

Ana Paula Seiffert

**CENSO, DIAGNÓSTICO, INVENTÁRIO E OBSERVATÓRIO
LINGUÍSTICOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS E PAPEL
POLÍTICO-LINGUÍSTICO**

Tese submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Müller
de Oliveira.

Coorientadora: Profa. Dra.
Rosângela Morello.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Seiffert, Ana Paula

Censos, Diagnósticos, Inventários e Observatórios
Linguísticos: : aspectos metodológicos e papel político
linguístico / Ana Paula Seiffert ; orientador, Gilvan
Müller de Oliveira ; coorientadora, Rosângela Morello. -
Florianópolis, SC, 2014.

200 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós
Graduação em Linguística.

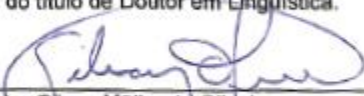
Inclui referências

1. Linguística. 2. Linguística. 3. Política Linguística. 4.
Sociolinguística. 5. Diversidade Linguística. I. Müller de
Oliveira, Gilvan . II. Morello, Rosângela. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Linguística. IV. Título.


**Censo, Diagnóstico, Inventário e Observatório Linguísticos:
aspectos metodológicos e papel político-linguístico**
Ana Paula Seiffert

Orientador: Professor Gilvan Müller de Oliveira
Coorientadora: Professora Rosângela Morello

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Linguística.



Prof. Doutor Gilvan Müller de Oliveira



Profa. Doutora Rosângela Morello (presidente)



Prof. Doutor Cleo Wilson Altenhofen - UFRGS



Profa. Doutora Marci Filetti Martins - UNIR



Prof. Doutor Adair Bonini - UFSC



Profa. Doutora Cristine Gorski Severo - UFSC



Prof. Doutor Fábio Lopes - UFSC

Florianópolis
Dezembro de 2014

A todos que me ajudaram a recuperar a
coragem diária.

Ao Cris, meu esposo, que sempre
acreditou em mim e com quem amo
partilhar a vida.

Aos meus pais, Oswaldo e Edite,
sempre tão amorosos e presentes.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que estiveram ao meu lado durante o longo e difícil processo de escrita (e entrega) desta tese e que contribuíram de uma ou outra maneira para que eu a pudesse concluir. Todos os que menciono a seguir foram imprescindíveis e eu os agradeço muito carinhosamente pelo apoio, parceria e amizade.

Aos meus pais, Oswaldo Carlos Seiffert e Edite Schwetler Seiffert, por sempre terem garantido e incentivado minha educação e também pelo amor incondicional que dedicam a mim.

Ao meu companheiro Cristiano J. Dums, com quem diariamente renovo minha coragem e quem me oferece total apoio em todos os meus projetos e sonhos.

Aos amigos-irmãos Dayane Cortez, Elaine Delatorre, Vanessa Danielle de Moraes, Carla R. Brand Noriller, Ângela Cristina Valentini e Marcelo Pessin, assim como aos seus respectivos companheiros e filhos, pelo amor, carinho, parceria e amizade. Em especial, agradeço ao querido Lorenzo Neckel Junior também pela tradução do resumo deste trabalho.

A Naissara Daniela Fonseca Trombetta, Márcia Sagaz e Mariela F. da Silveira, incríveis parceiras de trabalho e estudo.

Às amigas do Coletivo Feminista Mulheres em Movimento de São Bento do Sul, que fizeram com que eu ressignificasse o meu lugar de origem e visse oportunidades onde antes via apenas dificuldades.

Às queridas Cassiana Leal de Oliveira, Jéssica Diane Bail, Sabrina Idalêncio, Elaine Deunísio, Bárbara Gugelmin Beilke e Danielle Pykocz que me ampararam (e empoderaram) muitas e muitas vezes nos últimos tempos.

Aos parceiros de trabalho do Ipol, com quem todos os dias aprendo e me inspiro no seu engajamento para a valorização e promoção da diversidade linguística.

Aos amigos e colegas de trabalho do DPI /Iphan em Brasília pela acolhida e pela oportunidade de viver e aprender sobre uma política linguística do lugar de sua gestão. Em especial, ao Marcus Vinicius Carvalho Garcia e a Giovana Ribeiro Pereira, pela generosidade da acolhida e pelas trocas sempre tão profícuas e enriquecedoras.

Aos meus orientadores, Gilvan Müller de Oliveira e Rosângela Morello, pelo convívio, pelo apoio, pela paciência, pela amizade e pelo aprendizado constante.

“Há um velho pensamento que diz: quanto maiores a agudeza e a severidade com que formularmos uma tese, tanto mais irresistivelmente ela clamará por sua antítese.”
(Hermann Hesse, O Jogo das Contas de Vidro, p. 15)

RESUMO

Nesta tese são analisados três tipos de levantamento – censo, diagnóstico e inventário – e um mecanismo de acompanhamento linguístico – observatório –. A análise desses instrumentos político-linguísticos, como mostraremos ao longo das discussões, segue uma perspectiva metodológica, quanto à sua constituição, e político-linguística, quanto ao tipo de ações que ancoram, subsidiam ou desencadeiam esses mesmos instrumentos. Os modelos de levantamento e de acompanhamento linguístico que são problematizados neste trabalho têm figurado nos discursos e nas ações que envolvem a promoção e o fomento de línguas no Brasil. Com caráter panorâmico e ampla cobertura territorial, censos linguísticos são tematizados como instrumento político-linguístico de gestão que possibilita a identificação de realidades linguísticas. Diagnósticos sociolinguísticos, por outro lado, com caráter analítico-especializado são normalmente realizados com foco na compreensão de um contexto de línguas em contato e costumam ser politicamente orientados, visando ou funcionando eles mesmos como intervenções político-linguísticas. Inventários, por sua vez, priorizam (em sua face de levantamento, já que também operam na perspectiva de reconhecimento de línguas) a documentação de uma ou mais línguas com vistas à sua preservação. Observatórios não se constituem como levantamentos, mas possibilitam acolher, organizar e disponibilizar informações quanto à identificação, caracterização e documentação de línguas, proporcionando um acompanhamento sistemático desses contextos. Possibilitam, ainda, o acompanhamento de legislação envolvendo línguas minoritárias e do cumprimento dos direitos linguísticos, além de possibilitar a articulação em rede de todos os interessados na manutenção de uma língua ou da diversidade linguística de uma região ou país. Assim, são estudados nesta tese aspectos relacionados à origem, à estrutura e aos métodos de cada um dos objetos, seguidos de uma discussão sobre o tipo de conhecimento linguístico gerado por cada um desses elementos e seu potencial (ou não) para desdobramentos de outras ações político-linguísticas que objetivem a promoção da diversidade linguística ou de uma língua específica.

Palavras-chave: Política Linguística. Sociolinguística. Pesquisa linguística. Metodologia de levantamentos sociolinguísticos.

ABSTRACT

In this thesis, three types of survey – census, diagnosis and inventory – and a linguistic follow-up mechanism – observatory – are analyzed. The analysis of these political-linguistic instruments, as will be shown throughout the discussions, followed a methodological perspective, as to its constitution, and political-linguistically, as the type of actions that anchor, subsidize or trigger those same instruments. The models of survey and linguistic follow-up that are problematized in this work have figured in the speeches and actions involving the promotion and development of languages in Brazil. With panoramic character and wide territorial coverage, linguistic censuses are themed as a political-linguistic management instrument that enables the identification of linguistic realities. Sociolinguistic diagnostics, on the other hand, with analytical-specialized nature, are usually performed focusing on understanding a context of languages in contact and often are politically oriented, aiming or working themselves as a political-linguistic interventions. Inventories, in turn, prioritize (as its survey face, as they also operate from the perspective of recognition languages) documentation of one or more languages focusing on its preservation. Observatories do not constitute themselves as surveys, but enable to host, organize and make available information regarding the identification, characterization and documentation of languages, providing a systematic monitoring of these contexts. They allow also the monitoring of laws involving minority language and the compliance of languages rights, and enable networking between all stakeholders in maintaining a language or a linguistic diversity of a region or country. Therefore, this thesis studies aspects related to the origin, structure and methods of each object, followed by a discussion about the type of linguistic knowledge generated by each one of these elements and their potential (or not) to developments of other political-linguistic actions focusing on the promotion of linguistic diversity or a specific language.

Keywords: Language Politics. Sociolinguistics. Language research. Language survey methodology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trecho do questionário aplicado no Censo Demográfico do IBGE, 2010	51
Figura 2 - Tipologia da diversidade linguística canadense utilizada pela pesquisa censitária do país	70
Figura 3 - Ficha de identificação que acompanha a aplicação de entrevista familiar do Diagnóstico Sociolinguístico da Modalidade de Atenção Educativa a População Indígena do CONAFE, México.	105
Figura 4 - Questões estruturadas de entrevista familiar do Diagnóstico Sociolinguístico da Modalidade de Atenção Educativa a População Indígena do CONAFE, México.	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual das pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade que falavam língua indígena, por localização do município, segundo Grandes Regiões	54
Gráfico 2 - Distribuição percentual de indígenas com 5 anos ou mais de idade por tipo de língua falada no domicílio	55
Gráfico 3 - Línguas maternas não-oficiais mais comuns no Censo do Canadá 2011	73
Gráfico 4 - Retenção da língua materna (inglês e francês) no Censo do Canadá, 2011	74
Gráfico 5 - Uso das línguas que os entrevistados pelas duas etapas do Censo de Santa Maria de Jetibá afirmaram utilizar em âmbito doméstico.	80
Gráfico 6 - Identificação da segunda língua utilizada pelos indivíduos que afirmaram utilizar outra língua além de português no ambiente doméstico nas duas etapas do Censo Linguístico de Santa Maria de Jetibá.	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo de informações sobre línguas faladas nos Censos Demográficos de 1940 e 1950.	59
Quadro 2 – Presença de quesitos linguísticos no Censo do Canadá em 2001, 2006 e 2011.	68
Quadro 3 - Atributos linguísticos elaborados por Fasold para construção de tipologia linguística.	129

Quadro 4: Sistematização de características de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos: definição e principais funções	172
Quadro 5: Sistematização de características de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos: tipo de dados linguísticos gerados, natureza dos dados e existência de princípios ou parâmetros para a pesquisa	173
Quadro 6: Sistematização de características de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos: cobertura territorial, intervalo de realização e principais realizadores ou financiadores.....	174
Quadro 7: Sistematização de características de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos: características dos instrumentos e métodos de pesquisa e mobilização social.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Retenção da língua materna (línguas indígenas) no Censo do Canadá, 2011	75
--	----

SUMÁRIO

Apresentação	19
1 INTRODUÇÃO	23
2 CENSOS LINGUÍSTICOS.....	33
2.1 INTRODUÇÃO	33
2.2 RECOMENDAÇÕES PARA A INCLUSÃO DE LÍNGUAS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS	40
2.3 CENSOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL	46
2.4 CENSOS LINGUÍSTICOS CANADENSES	61
2.5 CENSOS LINGUÍSTICOS LOCAIS	77
2.6 SÍNTESE	83
3 DIAGNÓSTICOS SOCIOLINGUÍSTICOS	85
3.1 INTRODUÇÃO.....	85
3.2 TÉCNICAS, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	88
3.3 DEFINIÇÃO DE MÉTODOS E PLANEJAMENTO DE DIAGNÓSTICOS	96
3.3.1 Questionários	98
3.3.2 Entrevistas.....	101
3.3.3 Observação e inovação como eixos fundamentais de diagnósticos sociolinguísticos	107
3.4 SÍNTESE	111
4 INVENTÁRIOS LINGUÍSTICOS	113
4.1 INTRODUÇÃO	113
4.2 INDL: PROPOSTA DE UMA TIPOLOGIA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DO BRASIL.....	126
4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS INTERNOS	133
4.4 O INVENTÁRIO PILOTO DO GUARANI MBYA, LÍNGUA INDÍGENA DE GRANDE POPULAÇÃO E EXTENSÃO TERRITORIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	138
4.5 SÍNTESE	141
5 OBSERVATÓRIOS LINGUÍSTICOS	143
5.1 INTRODUÇÃO.....	143
5.2 ANÁLISE DE OBSERVATÓRIOS.....	147
5.2.1 Contexto brasileiro	148
5.2.2 Contexto internacional.....	155
5.3 SÍNTESE	168
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS.....	179
ANEXOS.....	195

APRESENTAÇÃO

Política Linguística, Sociolinguística, Censos, Inventários, Diagnósticos e Observatórios Linguísticos: todos esses são termos em ascensão de uso, não apenas no universo acadêmico (nele também), mas principalmente, e aqui nos interessam ainda mais esses, nas instâncias governamentais, nas ONGs, nas organizações de grupos sociais e comunidades de falantes de línguas minoritárias no Brasil. Esse interesse crescente pelo tema torna-se mais perceptível quando se observa o maior investimento em ações em torno de questões linguísticas, sobretudo no que tange à promoção da diversidade linguística e/ou de uma língua minoritária.

No âmbito da legislação, destacamos as declarações internacionais, sobretudo a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2001) da Organização das Nações Unidas – ONU¹ e a *Declaração Internacional dos Direitos Linguísticos* (Barcelona, 1996)². No Brasil, as principais ações jurídicas em prol da diversidade linguística ou do reconhecimento de línguas minoritárias são: a cooficialização da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais em nível nacional através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002³; e as cooficializações de línguas em âmbito municipal, sendo até o momento oito línguas em onze municípios:

Nheengatu, Baniwa e Tukano, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; Guarani, em Tacuru, no Mato Grosso do Sul; Pomerano, em Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Pancas, Laranja da Terra e Vila Pavão, no Espírito Santo e em Canguçu no Rio Grande do Sul; Talian, em Serafina Corrêa no Rio Grande do Sul; Hunsrückisch, em Antônio Carlos, Santa Catarina e Alemão, em Pomerode, Santa Catarina. (MORELLO, 2012a, p. 8)

Soma-se à lista acima o Akwê Xerente no município de Tocantínia, Tocantins, além de Macuxi e Wapixana em Bonfim, Roraima. Essas legislações, por vezes desencadeiam, sobretudo através de suas

¹ Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

² Em tramitação na ONU. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm

regulamentações, outras ações de apoio e fomento às línguas minoritárias, como a promoção de Censos Linguísticos Municipais, como no caso de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo e Antônio Carlos em Santa Catarina, por exemplo.

Outro tipo de estatuto jurídico para as línguas em crescente uso ou aplicação no Brasil são os processos de reconhecimento das línguas como patrimônio, como referência cultural de um município, estado ou mesmo em âmbito nacional, como é o caso do previsto pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instituído através do Decreto nº 7387 de 10 de dezembro de 2010⁴ e em fase de implementação pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional. A política do INDL, segundo seu Art. 3º, concederá à língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística o título de “Referência Cultural Brasileira”, expedido pelo Ministério da Cultura. Além dessa iniciativa nacional, o Talian já é considerado “patrimônio histórico e cultural” do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Nº 13.178, de 10 de junho de 2009⁵) e também do Estado de Santa Catarina (Lei nº 14.951, de 11 de novembro de 2009⁶), assim como a variedade de português cuiabana foi decretada como patrimônio imaterial do Estado do Mato Grosso em 2013⁷.

Mas talvez o interesse na promoção das línguas e da diversidade linguística fique mais evidente através da análise de ações isoladas, não necessariamente vinculadas a uma legislação, promovidas por instâncias variadas, desde comunidades linguísticas até organizações internacionais, o que demonstra, por um lado, a atenção dada às questões e, por outro, a urgência em fazê-las. Destacamos, nesse sentido, *esforços para uma educação bilíngue e intercultural*, como o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF) no âmbito do MERCOSUL Educacional e o I Seminário de Gestão em Educação Linguística no Mercosul⁸ promovido em 2011 pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm

⁵ Disponível em: <http://forlibi.blogspot.com.br/2012/10/lei-declara-o-talian-como-patrimonio.html>

⁶ Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2009/014951-011-0-2009-001.htm>

⁷ <http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=394557>

⁸ <http://seminariogelf.blogspot.com.br/2011/07/programa-do-i-seminario-gelf.html>

(IILP), União Latina e IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. Destacamos, ainda, *levantamentos para identificar as realidades linguísticas locais*, além de *articulações entre detentores do conhecimento linguístico de modo a fomentar ações*, como o Forlibi⁹ – Fórum Permanente das Línguas Brasileiras de Imigração e eventos (como o PommerBR¹⁰), dentre tantas outras frentes de ações atualmente em vigor. Vale menção, ainda, à esfera acadêmica, onde a manifestação do interesse crescente pela diversidade linguística e pela promoção de línguas minoritárias também podem ser percebidas, por exemplo, na maior quantidade de produção científica e de apresentações e discussões atinentes à Política Linguística em eventos, na abertura de linhas de pesquisa em Política Linguística em Programas de Pós Graduação de Universidades e na produção bibliográfica que tem se expandido fortemente nos últimos anos¹¹.

Nesse (s) contexto (s), os quatro modelos de levantamento e de acompanhamento linguístico que serão problematizados neste trabalho têm figurado nos discursos e nas ações que envolvem a promoção e o fomento de línguas no Brasil. A oportunidade de nos debruçarmos sobre eles alimenta-se deste período profícuo e objetiva, também, subsidiar futuras ações no campo político-linguístico que garantam direitos linguísticos para falantes de línguas minoritárias.

⁹ <http://forlibi.blogspot.com.br/>

¹⁰ <http://www.pommerbrasil.com.br/>

¹¹ Oliveira (2007 p. 9 in Calvet 2007) chama a atenção para uma ‘virada político-linguística’: “o movimento pelo qual os linguistas”, ou parte deles, “(mais que a linguística) passam a trabalhar junto com os falantes das línguas, apoiando tecnicamente suas demandas políticas e culturais”.

1 INTRODUÇÃO

A pergunta orientadora deste trabalho é “*De que modo censos, inventários, diagnósticos e observatórios linguísticos podem apoiar, sustentar, organizar e/ou instrumentalizar políticas linguísticas de fomento à diversidade e de promoção de línguas minoritárias no Brasil*”¹²?” A proposta desta tese, portanto, constitui-se numa espécie de estudo descritivo para a construção de epistemologia dos levantamentos sociolinguísticos, aliada à uma problematização quanto ao tipo de consequência ou influência que cada um desses levantamentos desencadeia ou pode desencadear para a realização de outras ações político-linguísticas de fomento à diversidade linguística.

Desse modo, em cada um dos capítulos desta pesquisa em que se propõe descrever e aprofundar os tipos selecionados de instrumentos, problematizamos aspectos relacionados à origem, à estrutura e aos métodos de cada um. Na sequência desses itens, encaminhamos uma discussão sobre o tipo de conhecimento linguístico gerado por cada um desses elementos e seu potencial (ou não) para desdobramentos de outras ações político-linguísticas que objetivem a promoção da diversidade linguística ou de uma língua específica.

O recorte para os instrumentos analisados neste trabalho leva em conta, em primeiro lugar, a análise de línguas em contato em sociedades e não em nível individual (bilinguidade¹³), ou seja, trata-se de levantamentos de bi/plurilinguismo social, em que dois ou mais códigos coexistem em comunidades e podem (ou não) ser utilizados numa mesma interação. (HAMERS; BLANC, 2000). Além disso, convém mencionar que a seleção dos instrumentos leva em conta seu caráter *instrumentalizador* de ações político-linguísticas

¹² A pergunta original feita no projeto desta tese era “Que instrumentos de levantamento e acompanhamento linguístico apoiam / sustentam / organizam Políticas Linguísticas de fomento à diversidade e de promoção de línguas minoritárias no Brasil?”, a mesma foi sendo reformulada durante o processo de pesquisa.

¹³ Hamers & Blanc (2000) distinguem os tipos de métodos e instrumentos utilizados para medir a bilinguidade: 1) medidas comparativas; 2) medidas de competência bilíngue; 3) medidas de bilinguidade composta e coordenada; 4) uso de produção de auto-avaliação e auto-julgamento dos bilíngues; 5) medidas de especificidades bilíngues; 6) medidas de aspectos cognitivos da bilinguidade e 7) medida de aspectos afetivos da bilinguidade.

Cabe aqui, ainda, apresentar minha vivência e experiência com cada um dos instrumentos que serão discutidos, o que certamente motivou a geração da problemática para esta pesquisa. Seguindo a mesma ordem de apresentação dos instrumentos neste estudo, em primeiro lugar, esclareço que com relação a **Censos Linguísticos**, tive a oportunidade de integrar a equipe do IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística –, na realização de um levantamento dessa natureza no município de Santa Maria de Jetibá – ES, realizado em duas etapas e abarcando aproximadamente 80% da população daquele município. Integrei o projeto na elaboração de instrumentos e metodologia, na sistematização de dados e consolidação de resultados. Em fase de planejamento, integro também a equipe do IPOL responsável por outro Censo Linguístico, desta vez a ser realizado em Antônio Carlos – SC no ano de 2015.

Quanto a **Diagnósticos Sociolinguísticos**, cabe ressaltar que realizei um diagnóstico em minha dissertação de mestrado (SEIFFERT, 2009) a qual se propôs a analisar o cenário plurilíngue do município de São Bento do Sul, localizado ao norte do estado de Santa Catarina. O trabalho demonstrou que no referido município coexistiam pelo menos cinco línguas brasileiras de imigração: Bayerisch, Hochdeutsch, ucraniano, polonês e italiano, além de português e LIBRAS, as duas línguas oficiais do Brasil. A dissertação concentrou-se principalmente nos usos, nas atitudes e nas representações dos falantes com relação às duas línguas minoritárias alemãs: Bayerisch e Hochdeutsch e para compreender esses aspectos, realizei um diagnóstico sociolinguístico que compreendeu três etapas de investigação: 1) entrevistas com alunos de escolas municipais; 2) entrevistas com falantes das duas línguas alemãs mencionadas, de forma a desenhar uma rede de relações, e 3) observação da circulação dessas línguas na cidade e também dos indivíduos, entidades e eventos incentivadores delas, ou seja, indicadores da vitalidade das duas línguas alemãs. Diante das situações de substituição e perda linguística de todas as línguas minoritárias faladas em São Bento do Sul, foram propostas estratégias com o intuito de revitalizar e sustentar a manutenção dos idiomas na cidade.

Além da experiência descrita com diagnóstico, também tive a oportunidade de integrar levantamentos desse tipo durante minha participação no Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF), ação que nasceu do quadro bilateral Brasil-Argentina e que foi expandido para o Plano Operativo do MERCOSUL Educacional. No PEIBF, o Ministério da Educação do Brasil e as escolas envolvidas foram

assessorados pelo IPOL e, além de outras atividades de formação e acompanhamento, tive a oportunidade de participar de discussões para a construção da metodologia de diagnósticos sociolinguísticos realizados no âmbito do Projeto. Além disso, integrei etapas do trabalho de campo em escolas da fronteira entre Brasil e Uruguai, especificamente nas cidades de Chuí (RS) e Chuy (Uruguai); Jaguarão (RS) e Rio Branco (Uruguai) no ano de 2009 e acompanhei a realização de novos diagnósticos em diferentes cidades de fronteira entre Brasil e Argentina no ano de 2010. Acompanhei também as discussões sobre a construção de metodologia de pesquisa para os diagnósticos sociolinguísticos desenvolvidos no âmbito do Observatório da Educação na Fronteira – OBEDF, realizados em 2012.

Com relação a **Inventários Linguísticos**, atuei como Coordenadora Adjunta do *Projeto-piloto do Inventário da Língua Guarani Mbya* executado pelo IPOL com apoio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (convênio 703941/2009). Além disso, desenvolvi consultoria junto ao IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-, cf. Edital nº 001/2013, Perfil 002/2013-CGIR para atender às demandas do Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL, em fase de readequação metodológica e implementação da política pelo Instituto, através do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI). Dentre as atividades, destaco a atuação na elaboração do Guia de Aplicação do INDL.

Minha atuação direta em **Observatórios** contempla duas experiências: 1) integrei a equipe do subprojeto "Observatório Linguístico da Educação Escolar Indígena do Território Etnoeducacional Leste"¹⁴, vinculado ao Projeto Interinstitucional (UFMG / UFSJ / UFSC / UniRio) "Práticas de interculturalidade, plurilinguismo e aprendizagem nas propostas de formação de professores e nas escolas indígenas: explorando perspectivas transdisciplinares", financiado pela CAPES para o Observatório da Educação Escolar Indígena e 2) integrei a equipe do OBEDF - Observatório da Educação na Fronteira¹⁵ –, apoiado pela CAPES (Edital 038/2010/CAPES/INEP – Programa Observatório da Educação) e desenvolvido em rede pelas Instituições Públicas de Ensino Superior: Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir/Campus Guajará-Mirim e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; e em

¹⁴ <http://oleei.blogspot.com.br/>

¹⁵ <http://obedf2010.blogspot.com.br/>

parceria com as Escolas de Ensino Fundamental: Escola Municipal Maria Lígia Borges Garcia e Escola Polo Municipal Ramiro Noronha em Ponta Porã (MS), Escola Estadual Ensino Fundamental Durvalina Estilbem de Oliveira e Escola Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Floriza Bouez em Guajará Mirim (RO), e Escola Municipal de Ensino Fundamental Bela Flor em Eptaciolândia (AC).

Assim, um dos objetivos deste trabalho é permitir o diálogo entre os instrumentos de pesquisa desenvolvidos sobretudo no âmbito do IPOL com outros gerados por diferentes grupos e frentes de trabalho, contrastando e valorizando esses diferentes fazeres no campo das Políticas Linguísticas. O IPOL é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Florianópolis (SC) que desde 1999 realiza, entre outras, atividades ligadas à valorização da diversidade linguística e à preservação de línguas minoritárias. Formado por profissionais advindos de diversas áreas do conhecimento realiza trabalhos técnicos-especializados em áreas como a educação bilíngue / multicultural, censos, inventários e diagnósticos linguísticos.

Se por um lado, a experiência com cada um dos instrumentos aqui analisados pode se mostrar fundamental por conhecê-los detalhadamente, por outro, minhas construções e reflexões jamais se aproximarão de uma *outsider*. O tipo de relato e a escolha dos objetos estão indissociavelmente relacionados às minhas próprias vivências e o desafio é aproveitar essas experiências sem deixar de construir aquilo que de fato cada objeto desses é, ressaltando quais foram os percursos que contribuíram para a constituição de seu formato atual, as contradições internas desses trajetos e todos os demais aspectos que podem contribuir na conformação dos *fatos*. Sobre essa relação da narração do pesquisador quanto a fatos ou objetos, Geertz afirma:

Assim são os fatos. Ou, em todo o caso, é assim que eu os relato. As dúvidas que se levantam, seja em mim ou em meu público, só muito parcialmente tem a ver com questões relativas à base empírica sobre a qual esses relatos, ou outros relatos como esses, se sustentam. Os ditames da “prova” antropológica são o que são (imitações de diligências mais austeras, como a mecânica ou a fisiologia), ou seja: naturalmente dizem respeito a como tais dúvidas são mais frequentemente expressadas e, na medida em que o são, mais frequentemente silenciadas. As notas de rodapé auxiliam, os textos literais ajudam ainda mais, os

detalhes impressionam, os números geralmente representam uma vitória. Mas na antropologia, de qualquer modo, por alguma razão eles permanecem secundários: necessários, é claro, mas insuficientes, sem conseguir tocar exatamente no ponto crucial. O problema – a precisão, a ordem, a objetividade, a verdade se debruça em outra questão, bem menos acessível às habilidades do método. (GEERTZ, 2012, p. 22)

A metodologia para a construção deste trabalho constitui-se, assim, basicamente, de pesquisa bibliográfica e consulta a acervos e arquivos com o objetivo de analisar experiências e compor problematizações sobre cada um dos modelos propostos. A construção deste texto passa, desse modo, por uma espécie de relato de cunho etnográfico de minha própria experiência com cada um desses mecanismos de levantamento e acompanhamento linguísticos. Essa construção de cunho etnográfico é por vezes contradita e por vezes reafirmada por outras fontes que discutem teoricamente os mesmos elementos.

Este trabalho está construído sob uma *ótica político-linguística*, tal qual compreendida e definida por Oliveira (2004b) em oposição à uma teoria, do modo como o termo é empregado habitualmente na Linguística. Para o referido autor, a principal diferença entre teoria e ótica está no modo como cada uma concebe seus objetos de pesquisa:

Uma *teoria* constitui objetos homogêneos a partir do recorte de mundo que realiza, e opera apenas com os objetos que dela decorrem e que a ela retomam. O tipo de resposta que uma *teoria* pode dar está previsto nos próprios objetos que ela cria: a *teoria* da Mudança e da Variação de Labov, por exemplo, cria *variáveis* e *variantes*; logo, sua análise linguística incluirá determinadas situações de mundo, por exemplo, a variação interna a uma língua, e excluirá outras, por exemplo, as interações plurilíngues, donde a definição da sociolinguística laboviana sobretudo como uma “sociolinguística do monolinguismo”. Uma *ótica*, ao contrário, trabalha com objetos recortados por outros e diversos pontos de vista; uma *ótica* não reivindica o passo de constituir, ela mesma, com exclusividade, os objetos com os quais trabalha. Tomará objetos constituídos em outros campos dos

saberes estabilizados ou fora deles, em diversas épocas ou recortes teóricos. Lançará sobre eles um *olhar* definido. No caso específico da Política Linguística, delineará o *roten Faden* – ‘a linha vermelha’ – que os amarra à sua relevância política, isto é, ao conjunto de fazeres dos agentes humanos das sociedades atuais ou passadas, na sua interação múltipla e complexa. (OLIVEIRA, 2004b, p. 175, grifos do autor)

Neste trabalho, os objetos e saberes mobilizados são provenientes de variadas áreas de conhecimentos que ultrapassam aquelas estabilizadas (e legitimadas) tradicionalmente em disciplinas ou teorias pela Linguística, excetuando-se a Sociolinguística do Plurilinguismo ou Contatual e outras disciplinas que tem surgido e se consolidado no meio acadêmico com viés semelhante ao dessas. Nossas discussões operam, inclusive, com os saberes científicos apropriados e ressignificados pelas comunidades linguísticas e pelas instâncias promotoras de políticas para levantamentos e acompanhamentos linguísticos.

Dentre todos os campos de saber mobilizados, entretanto, a área político-linguística é uma das que permeia toda essa construção. A Política Linguística constitui-se como uma prática antiga mas recentemente o campo tem se estabelecido:

(...) para além de uma multidisciplina constituída de conhecimentos técnicos de linguística, antropologia, sociologia, história, direito, economia, politologia, mobilizados para a análise das situações linguísticas é, como diz Lia Varela, uma prática política, associada à intervenção sobre as situações concretas que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas. (OLIVEIRA, 2007 p. 8-9).

Calvet (2007) define o campo e a atuação da Política Linguística como as intervenções, ou melhor, a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (p. 11), inseparável de sua implementação, o planejamento linguístico. Decisões, intervenções e implementações dependem diretamente, é claro, das estruturas de poder constituídas. Uma ação político-linguística implementada, como é o caso das que são discutidas nesta tese, foi

decidida por um grupo de poder, tal qual o Estado ou outras estruturas de poder menos totalizantes como uma Igreja (OLIVEIRA, 2004b).

Calvet (ibid.) discute, também, que a o conceito de política / planejamento linguístico implica ao mesmo tempo “uma abordagem científica das situações sociolinguísticas, a elaboração de um tipo de intervenção sobre essas situações e os meios para se fazer essa intervenção” (p. 19). Embora toquemos nas questões relacionadas às intervenções e suas motivações, este trabalho concentra-se no primeiro desses itens elencados por Calvet, ou seja, propomos uma descrição e análise crítica de abordagens científicas para situações sociolinguísticas, a saber: censos, diagnósticos, inventários e observatórios (socio)linguísticos; os quais possuem uma ênfase maior nos aspectos associados ao *status* das línguas em detrimento ao *corpus* de cada uma delas – tendência que também se reflete nas análises deste trabalho.

Os tipos de instrumentos de levantamento e acompanhamento linguísticos estudados nesta tese se constituem como instrumentos não de pesquisa, mas seus resultados operam como insumos para decisões por grupos de poder. Cabe destacar que há um investimento neste texto na descrição dos modos de funcionamento de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos já que há uma carência desse tipo de informação na literatura, sobretudo para levantamentos ou mecanismos orientados politicamente, especificidade do recorte desta tese.

Sob a perspectiva da pesquisa, os objetos aqui discutidos constituem-se como alternativas metodológicas para esse fazer no caso de censos, diagnósticos e inventários e como uma ferramenta de disponibilização de resultados linguísticos e acompanhamento ou para a fiscalização de direitos no caso de observatórios. Essa meta-reflexão constitui-se como parte fundamental do fazer científico. Concordamos com Neves:

Saber fazer pesquisa é tão essencial aos pesquisadores quanto saber pensar. A discussão sobre metodologias torna-se ponto básico na formação de todos aqueles que estão se iniciando em uma forma de fazer científico (...). Afinal, fazer ciência produz conhecimentos teóricos e também metodológicos. (NEVES, 2006, p.1)

Entre outros campos mobilizados, como o do direito linguístico, também estão em pauta nesta tese conhecimentos metodológicos, dos

quais depende e se alimenta o ato de pesquisar. Thiollent discute os significados atribuídos à metodologia:

A metodologia é entendida como disciplina que se relaciona com a epistemologia ou a filosofia da ciência. Seu objetivo consiste em analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. A um nível mais aplicado, a metodologia lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração ou a experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticas da investigação. Além de ser uma disciplina que estuda os métodos, a metodologia é também considerada como modo de conduzir a pesquisa. Neste sentido, a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados. O estudo da metodologia auxilia o pesquisador na aquisição desta capacidade. Associado à prática da pesquisa, o estudo da metodologia exerce uma importante função de ordem pedagógica, isto é, a formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica. (THIOLLENT, 1986, p. 25)

A escolha de um caminho para a condução de uma pesquisa, ou seja, a definição de uma metodologia, tendo essa já fixado suas perguntas, objetos e hipóteses, não ocorre ao acaso: são vários os aspectos que incidem sobre as possibilidades de estratégias metodológicas adequadas. Marconi e Lakatos (2010) argumentam que a seleção do instrumental metodológico (métodos e técnicas) está diretamente relacionada ao problema que se pretende investigar e os fatores que a ele dizem respeito como a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros disponíveis, a equipe com que se conta e os demais elementos que possam surgir no processo da investigação.

A escolha de um determinado método ou técnica não é excluyente: podem ser conjugados diferentes métodos em um mesmo levantamento, como poderemos analisar nos tipos de levantamento abordados nesta tese. Uma investigação é composta de combinações desses tipos de procedimentos e compreensões, que operam concomitantemente na busca pelos resultados pretendidos. Além disso, concordamos com Becker (*apud* Neves, 2006) quando este argumenta que pesquisadores deveriam se sentir livres para criar e desenvolver métodos capazes de resolver os problemas enfrentados pela pesquisa que estão realizando.

Esta tese constitui-se, então, como uma pesquisa metodológica que pretende contribuir com o debate das alternativas de métodos e técnicas para levantamentos sociolinguísticos de situações de plurilinguismo utilizados como insumo na tomada de decisões político-linguísticas. Sobre a pesquisa metodológica, afirma Demo:

(...) a pesquisa metodológica é um dos horizontes estratégicos da pesquisa como tal, que não se restringe a “decorar” estatística com seus testes áridos, mas alcança a capacidade de discutir criativamente caminhos alternativos para a ciência e mesmo criá-los. (DEMO, 1996, p. 25)

Língua, como sabemos, é uma entidade abstrata e sua definição depende da perspectiva de análise que a ela se aplica, podendo esse olhar dirigir-se mais ao sistema ou a seu funcionamento social, por exemplo. A noção subjacente a esta tese compreende as línguas em seu funcionamento e não-autônomas, mas sim, dependentes dos processos culturais, econômicos e sociais, afinal, línguas não existem em si mesmas senão a partir de sujeitos e sociedades que as falam.

Assim, a noção mais importante em jogo neste texto não é a de língua e sim, a de cidadania, compreendida, em nível individual, como exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, dentre os quais também estaria a garantia ao uso das línguas minoritárias e de não ser discriminado em razão delas. As ações aqui abordadas têm (ou deveriam ter), nesse sentido, seu foco no empoderamento das comunidades linguísticas em vista da manutenção e promoção de seus idiomas minoritários.

Dentre os desafios colocados para esta tese está a escassez de materiais que discutam os objetos selecionados, seja por conta de a maior parte desses objetos terem um desenvolvimento muito recente, seja pelo conteúdo público disponibilizado a respeito de cada um deles ser

insuficiente, incompleto ou até mesmo incoerente internamente; por isso a necessidade de descrições mais detalhadas como as que procuramos realizar neste texto, como já afirmamos anteriormente. O desaparecimento de línguas torna evidente a emergência de políticas linguísticas de promoção e valorização de línguas ameaçadas e essa demanda depende da realização de levantamentos que demonstrem a situação real de cada uma dessas línguas e contextos. Por outro lado, há políticas linguísticas que não são motivadas pelo risco de extinção de línguas, mas por diversos outros fatores influentes às decisões dos grupos de poder que implementam políticas linguísticas (sobretudo no âmbito educacional) e que igualmente dependem de geração de dados a respeito do panorama sociolinguístico de uma situação. Para as duas possibilidades, é fundamental o interesse e o investimento, sobretudo das representações de Estado, por instrumentos que facilitem tais tomadas de decisão baseados no estudo dos panoramas sociolinguísticos locais. Esperamos contribuir para todos esses debates.

2 CENSOS LINGUÍSTICOS

2.1 INTRODUÇÃO

A ação de recensear é uma prática observada desde as grandes civilizações antigas (BAYER, 2004), em períodos anteriores à era de Cristo, e normalmente justificava-se sua realização com objetivos militares ou para a cobrança de impostos. O termo *censo* deriva de palavra latina cujo significado remete a um “conjunto de dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado ou nação” (IBGE, 2013, p. 17).

Embora não tenhamos o objetivo de construir uma historiografia desse tipo de levantamento linguístico, apresentamos a seguir alguns dados históricos para ilustrar sua realização em diferentes períodos. O primeiro censo que possui registros foi realizado na China, no ano de 2238 a.C., quando o imperador Yao solicitou uma contagem da população e também um levantamento das lavouras cultivadas no seu território (Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal, s.d.). Também existem registros de um censo realizado por Moisés, cerca de 1700 a.C., e que os povos egípcios, no século XVI a.C., faziam recenseamentos anualmente.

Outro registro histórico muito conhecido de censo encontra-se na Bíblia, texto religioso do cristianismo, no livro de Lucas, capítulo 2¹⁶, texto que relata que José e Maria iam de Nazaré para Belém a fim de responderem ao censo ordenado pelo imperador César Augusto porque os indivíduos deveriam ir até a sua cidade natal para cumprirem o recenseamento. Teria sido durante este período que Jesus nasceu. Há registros de que os povos Incas também já realizavam uma contagem de sua população utilizando um instrumento chamado *quipus*, que eram cordões com nós, e representavam os números segundo um sistema decimal.

No Brasil, as primeiras informações sobre a população que se conhece eram obtidas através de contagens eclesiásticas dos fiéis que frequentavam a igreja (IBGE, 2013). Em 1846 foi determinado o primeiro regulamento censitário no Brasil, mas somente em 1850 o governo foi

¹⁶ “Naqueles dias César Augusto publicou um decreto ordenando o recenseamento de todo o império romano. Este foi o primeiro recenseamento feito quando Quirino era governador da Síria. E todos iam para a sua cidade natal, a fim de alistar-se.” (Lucas 2, 1-3)

autorizado a utilizar recursos para a realização do censo, que foi então previsto para o ano de 1852. Contudo, esse levantamento não se realizou, e somente em 1870 foi definido um novo regulamento para o censo brasileiro. Assim, em 1872 foi realizado o *Recenseamento da População do Império do Brasil*, nome dado ao primeiro levantamento censitário brasileiro. A respeito dessa pesquisa e dos desdobramentos subsequentes, temos a seguinte análise:

Apesar da pobreza dos meios disponíveis, 10 112 061 habitantes foram recenseados em 1872, em todas as províncias, e a sua distribuição se fez segundo a cor, o sexo, o estado de livres ou escravos, o estado civil, a nacionalidade, a ocupação e a religião. O relativo êxito do Recenseamento de 1872 poderia ter incentivado o governo imperial a prosseguir nos seus esforços para melhorar a estatística do País, habilitando o Departamento criado em 1871 a proceder, em melhores bases, às pesquisas que lhe cumpria efetuar no campo da Demografia. Tal objetivo só poderia ser atingido com a normalização dos inquéritos censitários, levados a efeito periodicamente e em moldes cada vez mais aperfeiçoados, graças à experiência adquirida na série de operações sucessivas que estivesse a seu cargo realizar. Não perseveraram, todavia, nessa esclarecida política administrativa os estadistas do passado regime. A mudança de orientação do governo imperial devia, em breve, concretizar-se no desaparecimento da Diretoria Geral de Estatística, por força do Decreto nº 2.940, de 31 de outubro de 1879. O Recenseamento de 1880 teve sua execução transferida para 1887 e, ainda assim, ficou apenas em projeto, e os últimos anos de monarquia assinalaram a indiferença dos poderes públicos, relativamente aos serviços da extinta repartição. (IBGE, 2013, p. 21).

O censo realizado em 1872 foi o primeiro e único conduzido no período imperial no Brasil. A Proclamação da República em 1889 fez emergir novamente o interesse estatístico das autoridades que, após trâmites burocráticos cabíveis, incluindo a criação de legislação específica, orientaram a realização do I Censo da República no ano de

1890. Os resultados desse primeiro recenseamento foram divulgados às vésperas da realização do II Censo da República em 1900. A partir daí realizaram-se censos demográficos em: 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e sua última edição em 2010¹⁷. O órgão oficial do governo brasileiro responsável pelo planejamento, produção, sistematização e análise de informações estatísticas no Brasil é o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o qual remonta sua criação ao ano de 1936 (IBGE, 2013b) quando Getúlio Vargas instalou o Instituto Nacional de Estatística (INE). O primeiro levantamento censitário a cargo do Instituto foi o Censo Demográfico de 1940.

O Censo de 1970 é indicado por autores (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005) como um marco divisório na pesquisa censitária nacional, em função de sua reformulação que garantiu, entre outros, maior confiabilidade dos dados gerados.

Ao longo dos anos o levantamento foi se especializando, assim como a legislação que ampara esse tipo de pesquisa no Brasil. Atualmente, direta ou indiretamente, há pelo menos treze leis ou decretos em vigor que incidem sobre as regras e condições para a pesquisa censitária brasileira, dentre os quais estão, por exemplo, o Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938 que dispõe sobre os “Recenseamentos Gerais do Brasil” e o Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974 que aprova o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Cabe destacar que, de acordo com o recorte e a abrangência, distinguem-se diferentes tipos de censos. O mais conhecido é o recenseamento demográfico, mas há também censos agropecuários, habitacionais, eleitorais e escolares, por exemplo. Referimo-nos, neste texto, aos censos exclusivamente linguísticos mas também a outros levantamentos que possam se relacionar ou abranger a identificação de uma realidade linguística, o que ocorre mais frequentemente com os recenseamentos demográficos e escolares.

No âmbito internacional, há acordos e recomendações que amparam e apoiam os levantamentos censitários demográficos nos diversos países. Dentre as normativas que orientam o trabalho do IBGE estão as recomendações da Organização das Nações Unidas – ONU, além de acordos locais, tal qual a integração do levantamento censitário

¹⁷ A periodicidade decenal no Brasil é prevista pela Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, que estabelece um máximo de dez anos para o intervalo intercensitário.

nacional brasileiro ao Censo das Américas. A respeito desses marcos, afirma-se:

Desde a segunda metade do século passado, o Brasil vem participando de Congressos Internacionais de Estatística e das seções periodicamente promovidas pelo Instituto Interamericano de Estatística - IASI -, visando ao desenvolvimento e à comparabilidade das estatísticas oficiais no âmbito das Américas. Assim, o Recenseamento 1950, levado a efeito no País, integrou o Censo das Américas, de realização patrocinada por aquele Instituto, em atendimento a uma solicitação específica da Organização das Nações Unidas - ONU. IBGE (2013, p.28).

Além dos acordos e parcerias mencionados, desde 1997 o IBGE está integrado ao Projeto “Censo Comum do MERCOSUL”, do qual também participam Argentina, Paraguai e Uruguai, além de contar com Chile e Bolívia como países associados. O Projeto tem como objetivo permitir a comparabilidade entre os levantamentos demográficos através do levantamento de informações “harmonizadas, integradas e comparáveis” (IBGE 2013) no âmbito do MERCOSUL. Ao referir a inclusão de quesito linguístico e de novas variáveis para caracterização dos povos indígenas brasileiros no Censo de 2010, inclusive, o IBGE afirma adequar-se, também, às pesquisas censitárias no contexto latinoamericano que abarcam ou intentam abarcar variados quesitos para a geração de informações sobre a sociodiversidade que possuem, sobretudo no tocante às populações autóctones (IBGE, 2012).

Além de acordos locais, o IBGE, assim como diversos outros institutos nacionais de estatística, responsáveis por levantamentos censitários (como Portugal, México e Canadá, por exemplo) afirmam atender, primordialmente, a um conjunto de recomendações mundiais para pesquisas dessa natureza intitulado *Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses*¹⁸ editadas pela ONU. Segundo esse material, um recenseamento ou censo demográfico é compreendido como “o conjunto de operações que consistem em recolher, agrupar e publicar dados demográficos, econômicos e sociais

¹⁸Disponível em:

http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/docs/P&R_%20Rev2.pdf

*relativos a um momento determinado ou em certos períodos a todos os habitantes de um país ou território*¹⁹ (UNITED NATIONS, 2008, p. 8). Em função de sua ampla abrangência, esse tipo de levantamento estatístico é geralmente realizado por governos e possibilita a geração de variadas informações sobre a população como quantidade, composição, estrutura e distribuição.

O referido conjunto de recomendações internacionais organizados pela ONU desde 1949 para recenseamentos da população e habitação organiza princípios e parâmetros com a finalidade de apoiar e instrumentalizar os institutos nacionais de estatística para o planejamento e execução de pesquisas censitárias. Em sua versão mais recente (2008), o manual é dividido em três partes: na primeira, são apresentados aspectos operacionais de recenseamentos da população e da habitação, nos quais são discutidos, principalmente, aspectos de planejamento e gestão de uma pesquisa dessa natureza. A segunda parte do manual, intitulada “Tópicos de recenseamentos populacionais e de habitações”, inclui os temas de pesquisa, as definições e classificações dos mesmos. A terceira parte do manual é destinada a melhorar a divulgação e utilização de dados pelos censos. Além disso, a publicação ainda traz em seus anexos exemplos de tabulações recomendadas sobre a população e a habitação que cada país deve produzir, além de tabulações opcionais. Há nesse material diretrizes e princípios para orientar o levantamento de aspectos linguísticos pelos censos demográficos dos países. Discutiremos mais à frente essa abordagem especificamente. Cabe mencionar, também, que além de uma publicação principal, a ONU disponibiliza uma série de outras publicações que discutem mais detidamente os principais itens das recomendações.

Um censo demográfico pode se constituir como uma importante fonte de informações de que dispõem os governos para conhecer panorâmica e extensivamente as condições de vida de sua população. Além disso, as informações geradas pelos censos podem ser fundamentais para o planejamento e a implementação de políticas públicas, como, por exemplo, para a definição de objetivos e prioridades para políticas de

¹⁹ Original (versão acima é tradução nossa): A population census is the total process of collecting, compiling, evaluating, analysing and publishing or otherwise disseminating demographic, economic and social data pertaining, at a specified time, to all persons in a country or in a well-delimited part of a country (p. 8) Documento está disponível em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo.

desenvolvimento econômico, social e ambiental (INE, 2011, p. 7). A realização de recenseamentos em intervalos regulares pode proporcionar, ainda, a comparabilidade de informações através da qual pode-se realizar o acompanhamento de políticas e ações implementadas, bem como as transformações da sociedade ao longo dos anos.

O *Census Bureau* dos Estados Unidos, responsável pela pesquisa censitária daquele país, afirma incluir em seu recenseamento três questões de natureza linguística, assim como fazem em outras pesquisas regulares, indicando os seguintes exemplos de usos ou justificativas para o levantamento desse tipo de informação:

Examples of Federal Uses²⁰

- Required to identify vulnerable populations that may be at disproportionate risk of experiencing limitations in health care access, poor health quality, and suboptimal health outcomes.

²⁰ Tradução nossa. **“Exemplos de Usos Federais:** • Requerida [a informação] para identificar populações vulneráveis que possam estar em risco desproporcional de sofrer limitações no acesso à assistência médica de saúde, má qualidade da saúde e resultados de saúde subaproveitados. • Requerido para reportar as necessidades habitacionais das minorias, incluindo os falantes não-nativos de inglês. [...] • Requerida nos esforços contra a discriminação na educação, no trabalho, nas eleições, em assistências financeiras e habitacionais, como a incapacidade de prestar serviços de assistência na língua para indivíduos com limitada proficiência em inglês poderia se constituir numa discriminação nacional de origem. • Requerida nas responsabilidades de execução contempladas no “Voting Rights Act’s bilingual requirements”, para determinar população votante elegível para análise e para apresentação em litígio federal. • Usada para desenvolver planos para satisfazer as necessidades dos indivíduos mais velhos, incluindo as línguas faladas por pessoas mais velhas na população potencial em serviço. **Exemplos de outros usos:** Agências estaduais e locais utilizam essas estatísticas para prestar serviços de tradução e materiais informativos apropriados sobre as eleições, planejamento de emergência, aplicação da lei, etc. em línguas que os moradores entendem. Funcionários da saúde pública usam essas informações para determinar se poderia haver obstáculos linguísticos ou culturais à obtenção de cuidados de saúde pela população. Bibliotecas usam essas informações para concentrar suas coleções. Grupos de defesa usam essas estatísticas para medir a demanda, planejar e financiar o ensino de inglês e programas para crianças e adultos.

- Required to report the housing needs of minorities, including non-native English speakers. [...]
- Required to enforce against discrimination in education, employment, voting, financial assistance, and housing, as failure to provide language assistance services to individuals with limited English proficiency (LEP) could constitute national origin discrimination.
- Required in the enforcement responsibilities under the Voting Rights Act's bilingual requirements, to determine eligible voting populations for analysis and for presentation in federal litigation.
- Used to develop plans to meet the needs of older individuals, including the languages spoken by older people in the potential service population.

Examples of Other Uses

State and local agencies use these statistics to provide translation services and appropriate informational materials about voting, emergency planning, law enforcement, etc. in languages that residents understand. Public health officials use this information to determine whether there could be language or cultural barriers to obtaining health care.

Libraries use this information to focus their collections. Advocacy groups use these statistics to measure demand, plan, and fund English language education and programs for children and adults. (UNITED CENSUS BUREAU, [20--])

No Brasil, desde a sua primeira realização em 1890, os levantamentos dessa natureza estão a cargo do governo e a produção de dados, além de subsidiar o próprio aparato governamental seria também destinada a atender outras demandas:

No que se refere ao estabelecimento do âmbito da investigação, podem ser citados, como relevantes para a definição de seu desenho e da listagem de temas, os seguintes aspectos de cunho geral: a demanda da comunidade científica que faz uso das informações, as recomendações internacionais, a

experiência internacional e a consistência com a série histórica. A estes pontos somam-se outros específicos que, no caso do Censo 2010, foram: a crescente necessidade de informações de natureza demográfica e socioeconômica, detalhadas para o nível municipal; a necessidade de otimização dos recursos disponíveis; e a premência na obtenção de resultados de qualidade com maior rapidez e precisão. (IBGE, 2013, p. 276)

Se são as demandas oriundas desses vários âmbitos que definem a formulação e organização de um censo, inferimos que informações sobre a diversidade linguística, ao menos no Brasil, ainda não correspondem a uma necessidade governamental relevante, reflexo da existência ínfima de uma legislação voltada à garantia de direitos linguísticos e consequência, principalmente, da não-compreensão da diversidade linguística como um valor. Entretanto, avanços significativos já ocorreram nos recenseamentos, inclusive na última edição nacional, em consonância com o crescente interesse por questões linguísticas nas mais variadas esferas. Discutimos esses avanços, assim como as lacunas ainda existentes para a contemplação de questões que revelem a realidade linguística de um município, estado ou país em seus levantamentos censitários nas seções subsequentes.

2.2 RECOMENDAÇÕES PARA A INCLUSÃO DE LÍNGUAS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS

A investigação quanto às línguas de um país ou território embora esteja presente nas recomendações da ONU para a realização de censos demográficos desde a década de 1970 (OLIVARES, 2009), nem sempre é contemplada nos censos nacionais. Na maioria dos países não há levantamento de questões linguísticas nos recenseamentos oficiais (VERDOODT, 1998), embora seja identificada uma tendência crescente nas últimas décadas. Atualmente, a inclusão nos questionários censitários de perguntas sobre diferentes aspectos sociolinguísticos é prática habitual em pelo menos 60 países²¹: 20 na Europa, 16 na África, 10 na Ásia, 8 na

²¹ Sendo estimados em 202 o número de países a realizar censos, aqueles que levantam aspectos linguísticos correspondem a quase 30% do total.

América e 6 na Oceania, segundo levantamento realizado por Olivares (*apud* ONU 2006).

Analisando-se o material editado pela ONU com recomendações gerais para a realização de censos demográficos nos diversos países, observam-se orientações para o tratamento de línguas tanto no planejamento da execução (formação de equipes, por exemplo) quanto do tipo de dado linguístico que se objetiva registrar. Quanto aos dados linguísticos passíveis de levantamento por um censo demográfico, dentro do escopo indicado, o manual orienta:

There are three types of language data that can be collected in censuses, namely: (a) Mother tongue, defined as the language usually spoken in the individual's home in his or her early childhood; (b) Usual language, defined as the language currently spoken, or most often spoken, by the individual in his or her present home; (c) Ability to speak one or more designated languages²². (UNITED NATIONS. 2008, p.138, item 2.156)

Ou seja, são tidas como informações pertinentes e passíveis de investigação²³: a língua materna, a língua de comunicação frequente e a habilidade de falar mais de uma língua. De fato, as orientações da ONU convergem com aquilo que mais usualmente tem sido levantado em pesquisas censitárias. Entretanto, pesquisadores como Verdoodt (1998) apontam para variações conceituais sensíveis que acabam por demonstrar a fluidez dos temas. É o caso da definição de língua materna:

²² Tradução nossa: “Existem três tipos de dados linguísticos que podem ser ‘coletados’ nos censos, a saber: (a) Língua materna, definida como a língua geralmente falada no lar do indivíduo ou em sua primeira infância; (b) Língua usual, definida como a língua atualmente falada, ou mais falada, pelo indivíduo em seu lar atual; (c) Capacidade de falar uma ou mais línguas designadas.

²³ Quanto ao local de inclusão de questões linguísticas nos questionários censitários, as recomendações da ONU consideram que o quesito “língua” esteja contemplado em características demográficas e sociais, juntamente com sexo, idade, estado civil, religião, etnicidade e populações indígenas. No escopo temático proposto pelo manual, há nove macro categorias de dados (p.112-113): 1) características geográficas e da migração interna; 2) características da imigração; 3) características domiciliares e das famílias; 4) características demográficas e sociais; 5) fertilidade e mortalidade; 6) características educacionais; 7) características econômicas; 8) caracterização de deficiências e 9) agricultura.

(...) generally defined as the language learned in early childhood. Minor variations (which have profound implications for analysis) are found, such as “the language usually spoken in the individual's home in early childhood, although not necessarily spoken by him at present” (UN Department of Economic and Social Affairs, 1959: 2) or “the language first learned and still understood by an individual,” as used today in the Canadian censuses²⁴. (VERDOODT, 1988, p. 24)

Assim como com “língua materna”, o autor explicita que a noção de “língua dominante” também possui variações como “língua principal” (Finlândia) e “língua falada com mais frequência no lar” (Canadá). Tais variações conceituais inviabilizam a comparabilidade de dados entre censos nacionais. Na perspectiva dos blocos regionais, como no caso do MERCOSUL, por exemplo, esta possibilidade de comparação dos dados seria de extrema importância no sentido de proporcionar o planejamento de ações conjuntas para a promoção das línguas.

Altenhofen (2002) discute a polissemia do conceito de *língua materna* e as implicações do uso quando é aplicado a contextos plurilíngues. Dentre as situações em que a polissemia do termo pode causar problemas ou ter implicações variadas, o autor relaciona a realização de censos linguísticos. Para isso, discute o exemplo do censo demográfico canadense (*apud* Romaine) que modificou sua compreensão de língua materna a partir de 1941, deixando de ser ‘a primeira língua adquirida e ainda falada’ para se tornar ‘a primeira língua adquirida e ainda compreendida’, o que implica na impossibilidade de “comparação longitudinal dos dados estatísticos”. Outra situação envolvendo o conceito de língua materna em um censo demográfico discutida por Altenhofen é o caso dos Estados Unidos:

²⁴ Tradução nossa: “(...) geralmente definida como a língua aprendida na infância. Pequenas variações (que têm profundas implicações para a análise) são encontradas, como "a língua normalmente falada na casa do indivíduo na primeira infância, embora não necessariamente falada por ele atualmente" (Departamento das Nações Unidas de Assuntos Econômicos e Sociais de 1959: 2) ou "a primeira língua aprendida e ainda compreendida por um indivíduo", como utilizada atualmente nos censos canadenses. (VERDOODT, 1998, p. 24)

Uma mudança mais séria, porém, verificou-se, segundo Romaine, nos Estados Unidos. Em 1910 e 1920, classificou-se a língua da segunda geração de imigrantes pela língua materna da primeira geração, representada pelos respectivos pais, nascidos no estrangeiro. Enquanto isso, no censo de 1940, a língua materna dessas populações foi registrada como sendo "a língua falada no lar desde a idade inicial". Consequentemente, nos primeiros censos não se pôde contar nenhum falante desse grupo com língua materna inglês, a não ser que os pais já falassem inglês em casa antes de emigrar para os Estados Unidos. (ALTENHOFEN, 2002, p.143)

Uma das principais críticas que se faz ao levantamento de informações linguísticas através de pesquisas censitárias, conforme Hamers e Blanc (2000), é o fato de que, como são aplicados por governos, as fronteiras políticas dos Estados é que os delimitam, as quais não correspondem às fronteiras linguísticas. Entretanto, retomando o exposto anteriormente, mesmo se os censos pudessem ser conduzidos em todos os países que partilham das mesmas comunidades linguísticas, aponta-se que dificilmente os resultados poderiam ser comparáveis.

(...) the basic concepts are not defined in the same way. The concept of mother tongue is a case in point. The Canadian census, for instance, defines the mother tongue as 'the first language learned in childhood and still understood'; in India, on the other hand, it was defined in the 1961 census as the language spoken in childhood by the respondent's mother. (HAMERS; BLANC, 2000, p. 46)

Para os levantamentos linguísticos indicados para os censos, o material editado pela ONU ainda orienta e discute (em 2.157, 2.158 e 2.159, p. 139) que:

1) Cada um dos levantamentos propostos serve a uma proposta analítica muito diferente e que, portanto, cada país deve decidir quais desses tipos de informações são aplicáveis às suas necessidades, sendo que a comparabilidade internacional das tabulações não é um fator importante na determinação da forma dos dados a serem coletados sobre o tema.

2) A compilação de dados sobre a língua habitualmente falada ou da língua materna é desejável para mostrar como cada idioma é numericamente importante no país e não apenas a língua dominante.

3) Informações sobre as línguas devem ser coletadas com todos os indivíduos (não por amostras) e nos resultados tabulados, o critério para determinar a língua para as crianças em fase de aquisição de uma língua deve ser claramente indicado.

Além dessas, nas indicações para a caracterização educacional, as línguas voltam a ser tematizadas com relação à investigação do letramento²⁵. Especificamente em relação aos processos de alfabetização, as recomendações da ONU incluem a orientação de que em países multilíngues, o questionário censitário inquiria todas as línguas nas quais a pessoa saiba ler e escrever, justificando que essa poderá ser uma informação essencial para a determinação de políticas educacionais. O material deixa de considerar nessa argumentação, assim, a possibilidade de elaboração de políticas educacionais para línguas utilizadas nos processos de aprendizagem que não necessariamente tenham uma grafia.

O manual defende, ainda (UNITED NATIONS, 2008, p. 294), a coleta de informações sobre a proficiência dos indivíduos em cada uma das línguas, argumentando que essa informação é amplamente utilizada pelos países, quando a possuem, seja no estudo da língua oficial ou das outras línguas existentes num território, associadas às informações de sexo, idade, grupo étnico, local de moradia e nascimento. É interessante observar o papel sugestivo do manual na demonstração de pertinência do levantamento de dados linguísticos e alusivo a políticas que podem desencadear, como em (UNITED NATIONS, 2008, p. 247):

3.118. Information about knowledge of the official language of the country would be very **useful for studying the integration of international migrants and may be used, for example, for development of programmes to learn the language.**

3.119. Information about knowledge of the mother tongue of indigenous population is very important.

²⁵ Traduzimos como letramento (e não alfabetização) em função do significado atribuído ao termo “literacy” no texto do manual (p. 147): “(...) uma nova compreensão referindo-se a uma gama de níveis de domínios de aplicação e de funcionalidades é agora amplamente aceita”.

This information could allow obtaining statistics of “indigenous” languages and would be very useful for development programmes to support the development of those languages²⁶. (Grifos nossos)

A inclusão de aspectos linguísticos impacta os processos de planejamento e gestão dos recenseamentos nacionais, desde a formulação de instrumentos, formação de recenseadores até os processos de sistematização e análise de dados. A respeito da formulação de instrumentos de pesquisa, que além de levantar informações linguísticas sejam elaborados nas próprias línguas minoritárias, as recomendações da ONU fornecem sugestões para a consideração e o tratamento dessas realidades multilíngues:

Several methods have been used to deal with this situation, such as (a) a single, multilingual questionnaire; or (b) one version of the questionnaire for each major language; or (c) translations printed in the enumerators' manual of the questionnaire in the various languages. The problem is more serious in the case of non-written languages. Information on the distribution of languages in the country is important for sound census planning and, if not available, will have to be collected at some stage of the census preparations.²⁷ (UNITED NATIONS. 2008, p. 44-45)

²⁶ Tradução nossa: “3.118. Informações sobre o conhecimento da língua oficial do país seriam muito úteis para estudar a integração de migrantes internacionais e podem ser utilizadas, por exemplo, para o desenvolvimento de programas de aprendizado da língua. 3.119. Informações sobre o conhecimento da língua materna da população indígena são muito importantes. Esta informação pode permitir a obtenção de estatísticas de línguas indígenas, o que seria muito útil para os programas para apoiar o desenvolvimento dessas línguas.”

²⁷ Tradução nossa: “Vários métodos têm sido utilizados para lidar com esta situação, tais como (a) um único questionário, multilíngue, ou (b) uma versão do questionário para cada língua franca, ou (c) traduções impressas no manual do questionário para os recenseadores nas várias línguas. O problema é mais grave no caso de línguas ágrafas. Informações sobre a distribuição das línguas no país

Essas orientações, quanto ao levantamento poder ser realizado em diferentes línguas, obviamente, têm consequências para a seleção e recrutamento dos recenseadores e o guia trata da necessidade de alocar recenseadores falantes das línguas/dialetos das áreas em que estão pesquisando (item 1.208 do manual) e do treinamento específico que o coletivo de pesquisadores necessitará para poder atuar em campo frente a essas especificidades linguísticas (item 1.210 do manual).

2.3 CENSOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL

Atualmente, não há concordância entre pesquisadores sobre a quantidade de línguas faladas no Brasil, o Censo do IBGE em 2010 apontou para 274 línguas indígenas faladas por 305 diferentes etnias. Além dessas, há outras comunidades linguísticas historicamente situadas no país: falantes de línguas de imigração, de sinais, crioulas e de comunidades afro-brasileiras. As divergências numéricas existem, sobretudo, porque nunca houve um levantamento de caráter nacional que incluísse informações de todas as línguas em seus inquéritos²⁸.

A inclusão de quesitos linguísticos numa pesquisa censitária nacional poderia preencher essa lacuna, oferecendo um extenso panorama de todas as línguas atualmente faladas no país. Na história dos recenseamentos no Brasil, houve quatro momentos em que o IBGE incluiu o quesito “língua falada” em sua pesquisa censitária nacional: 1890, 1940, 1950 e 2010, mas em nenhuma delas atingiu-se plenamente esse objetivo. Anteriormente a isso, houve um planejamento para inclusão de língua falada por populações indígenas no Censo de 1872, que se concretizou apenas em 1890. A abrangência e a abordagem quanto ao tema do plurilinguismo foram muito diferentes entre essas pesquisas e restringiram seu foco a categorias linguísticas específicas em detrimento da diversidade linguística como um todo. A respeito da inclusão de quesito linguístico em recenseamentos nacionais, afirma IBGE (2012, p. 89):

são importantes para o planejamento do censo e, se não estiverem disponíveis, terão de ser recolhidas em alguma fase da preparação do censo.

²⁸ Vale esclarecer que o desconhecimento da diversidade linguística não é uma realidade apenas do/no Brasil: estima-se serem falados cerca de 5 mil línguas em todo o mundo e praticamente inexisterem nações monolíngues, no entanto, carecem-se de números precisos. (CALVET, 1999, p. 1).

Na documentação relativa ao Censo 1872, consta que existia a previsão da identificação tanto das diversas etnias indígenas quanto das línguas faladas por cada uma delas. Contudo, por ocasião desse censo, os indígenas foram incorporados na categoria caboclos. Na prática, a investigação da língua falada no domicílio, no contexto dos Censos Demográficos, foi introduzida no levantamento seguinte, em 1890, como forma de mensurar o grau de assimilação dos imigrantes. Esse quesito foi incorporado novamente 50 anos depois, no Censo 1940, quando a presença de estrangeiros no País teria um maior espaço dentro da investigação censitária. O quesito aplicado, também, foi a língua falada no domicílio, sendo indagado para todas as famílias “se o português era a língua correntemente falada no lar e, em caso de não o ser, qual a língua alternativa”. No censo seguinte, em 1950, manteve-se a pergunta sobre a língua falada no domicílio, porém a forma de captação foi alterada. Durante o processo de apuração do Censo 1940 foi observado que muitas pessoas confundiram a expressão falar correntemente o português com o falar corretamente o português, sendo feita a substituição para a expressão habitualmente, em 1950. Os propósitos para a investigação da língua falada foram distintos nesses dois censos: enquanto, em 1940, a principal finalidade era mensurar o grau de assimilação dos imigrantes, de 1950, além dessa, era também uma aproximação para identificação da população indígena.

A última edição do Censo Brasileiro realizado pelo IBGE em 2010 contou com uma inovação importante: investigou a língua falada no lar por indivíduos autoidentificados como indígenas. A inclusão deveu-se, em parte, à mobilização realizada por diversos setores governamentais e não-governamentais que encaminharam solicitações formais ao Instituto. Dentre essas manifestações destacamos a do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL), instituído com o objetivo de discutir

uma política patrimonial para as línguas brasileiras²⁹. A respeito desse contato e da parceria subsequente com o IBGE afirma-se:

Com base na legislação nacional e considerando as funções e programas de instituições públicas que têm ou podem ter rebatimento numa política de valorização da pluralidade linguística brasileira, foi definido o encaminhamento de algumas ações estratégicas nos campos da informação demográfica e da educação, cuja execução foi considerada essencial para a consecução dos objetivos do grupo. Assim, realizou-se contato com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para inclusão, no censo de 2010, do recenseamento linguístico no Brasil, determinando-se, no mínimo, quais línguas são faladas no território nacional e o número de pessoas. O IBGE acolheu o pedido do GTDL e solicitou sua parceria na elaboração do quesito linguístico a ser incluído no teste cognitivo que definirá o levantamento desses dados no próximo censo. Esta ação se constituiu em uma realização de primeira grandeza, já que o Brasil apenas levantou informações sobre as línguas faladas no território nacional nos censos de 1940 e 1950. (IPHAN, 2007, p, 9)

Apesar das demandas e recomendações de muitas entidades e representações de falantes sugerindo a inclusão de língua falada no Censo de 2010 para todas as línguas, inclusive do GTDL, o IBGE optou por identificar apenas as línguas indígenas faladas no Brasil. Perdeu-se, com isso, a oportunidade única de conhecer a realidade linguística brasileira como um todo: línguas de imigração, afro-brasileiras, de sinais e crioulas

²⁹ O GTDL - Grupo de Trabalho sobre a Diversidade Linguística - foi encarregado de apurar informações a respeito das diferentes línguas faladas no país com o objetivo de criar uma política patrimonial para as línguas brasileiras de 2006 a 2010. No capítulo 3 apresentamos com maiores detalhes a formação e os objetivos do referido Grupo através da apresentação e discussão sobre o objeto “Inventários de Línguas”.

ficaram excluídas desse levantamento. Sobre isso, Oliveira e Altenhofen discutem:

Infelizmente, o que era para ser um aceno de “lucidez linguística” sucumbiu à antiga e antiquada visão monolingualista e tecnocrata que reduz as relações de valor e representatividade / relevância social a quantidades numéricas. Em outras palavras: o IBGE andou para trás na sua intenção de incluir, no censo de 2010, a questão do plurilinguismo brasileiro, indo na contramão de práticas e discussões importantes em andamento no cenário internacional. Continuamos assim sem conhecer com mais precisão as habilidades e práticas linguísticas dos brasileiros de todas as regiões, um dado que muito ajudaria na promoção das diversas manifestações culturais, bem como na melhoria do ensino – no sentido de explorar positivamente a diversidade linguística e cultural. (OLIVEIRA; ALTENHOFEN, 2011, p. 189)

Apesar da lacuna para as demais línguas, no caso das indígenas o Censo 2010 representou um avanço em termos informacionais e de visibilidade dessas comunidades linguísticas, já que os dados acerca da variedade de línguas autóctones foram amplamente divulgados e repercutidos pelo próprio IBGE e por outras fontes, como a mídia televisiva.

A inclusão do quesito linguístico indígena resultou, como já mencionamos, de um processo de construção e discussão do qual participaram instituições governamentais federais, da sociedade civil e da comissão de especialistas que assessoraram o censo (AZEVEDO, 2011).

A busca por visibilidade estatística das comunidades indígenas brasileiras é histórica e a melhoria do tipo de informações no censo demográfico vinha sendo sistematicamente reivindicada pelos indígenas e por grupos e associações apoiadoras, com pautas que incluíam, por exemplo, que além da autoidentificação como indígena através da cor (quesito que já fazia parte dos Censos de 1991 e 2000), também fosse incluída uma questão para a indicação da etnia correspondente (AZEVEDO, 2011). O Censo de 2010 atendeu a parte dessas demandas e trouxe como inovações a investigação do pertencimento étnico dos indígenas, a língua falada no domicílio e a população residente nas Terras

Indígenas e fora delas. Ainda foi incluída uma nova pergunta³⁰ para as populações residentes em Terras Indígenas que não se identificassem como indígenas no quesito cor ou raça. Essas pessoas responderam à questão “Você se considera indígena (de acordo com costumes, antepassados, cultura, etc)?”.

Em relação às características linguísticas, foi incluída questão sobre a língua falada no lar (questionários básico e da amostra), aplicados somente às populações autoidentificadas como indígenas³¹. Podiam ser indicadas até duas línguas indígenas e o quesito era aberto. Essa questão atende (ainda que parcialmente, já que é destinado apenas aos indivíduos indígenas) a um dos tipos de informações linguísticas indicadas pelas recomendações da ONU para censos: identificação da língua usual, a qual é definida como a língua atualmente falada, ou mais falada, pelo indivíduo em seu domicílio. A formulação dessa e das outras questões relacionadas às comunidades indígenas está reproduzida a seguir:

Figura 1: Trecho do questionário do Censo IBGE 2010 em que foram contempladas línguas indígenas.

³⁰ Em função dessa nova metodologia, o IBGE realizou comparativos apenas com as informações de cor e raça dos censos de 1991 e 2000, sem levar em conta os dados do novo quesito indagando identidade indígena. Apenas para os novos tipos de informações pesquisados – como etnia e língua – é que o novo quesito foi considerado.

³¹ Através do quesito cor ou raça ou da afirmação de se considerar indígena aplicada aos indivíduos residentes em Terras Indígenas.

6 CARACTERÍSTICAS DO MORADOR	
6.00 - NOME DA PESSOA <input type="text"/> Sigla 6.01	
6.01 - SEXO <input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO Sigla 6.02 <input type="checkbox"/> 2 - FEMININO	6.02 - QUAL É O MÊS E O ANO DO SEU NASCIMENTO? 6.021 - MÊS <input type="text"/> <input type="text"/> 6.022 - ANO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> (Se mês ou ano em branco, siga 6.03) (Se mês e ano preenchidos, passe ao 6.04)
6.03 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2010? 6.031 - UM ANO OU MAIS <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.032 - MENOS DE UM ANO <input type="text"/> MESES Sigla 6.04	
6.04 - TEM MÃE VIVA? (considere apenas mãe biológica) <input type="checkbox"/> 1 - SIM E MORA NESTE DOMICÍLIO (Siga 6.05) <input type="checkbox"/> 2 - SIM E MORA EM OUTRO DOMICÍLIO (Passe ao 6.06) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Passe ao 6.06) <input type="checkbox"/> 4 - NÃO SABE (Passe ao 6.06)	
6.05 - NOME DA MÃE DO MORADOR <input type="text"/> Sigla 6.06	
6.06 - A SUA COR OU RAÇA É: <input type="checkbox"/> 1 - BRANCA <input type="checkbox"/> 2 - PRETA <input type="checkbox"/> 3 - AMARELA <input type="checkbox"/> 4 - PARDA <input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 6.08) (Se terra indígena no tipo de setor e código 1 a 4 neste quesito, siga 6.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e código 1 a 4 neste quesito, passe ao 6.12)	
6.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.08) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.12)	
6.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE? <input type="text"/> Sigla 6.09	
6.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.10) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.11)	
6.10 - QUAL(ES)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATE DOIS REGISTROS) 6101 <input type="text"/> 6103 <input type="text"/> Sigla 6.11	
6.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Sigla 6.12	
6.12 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO? <input type="text"/> (Se tem até 10 anos de idade, siga 6.13. Caso contrário, passe ao 6.14)	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tanto a nomeação étnica quanto a linguística foram contempladas como campos abertos nos questionários, embora os recenseadores dispusessem de uma lista básica desses itens formuladas por especialistas para orientá-los nos preenchimento. Sobre os procedimentos a esse respeito, afirma-se:

Com base nos levantamentos realizados pelos diversos pesquisadores, foram elaboradas duas listas, uma para as etnias e outra para as línguas faladas pelos indígenas. Essas listas foram introduzidas no computador de mão, para que o recenseador, na medida em que o indígena declarasse tanto a etnia quanto a língua falada, procedesse à associação com as listas. No caso da etnia, o recenseador digitava as três primeiras letras e automaticamente a lista correspondente era aberta. No caso das línguas faladas, bastava digitar as duas primeiras letras. Caso o nome declarado não constasse na lista, o recenseador digitava a resposta do recenseado para posterior tratamento

no processo de codificação. Portanto, foi considerada a totalidade das declarações fornecidas pelos entrevistados. (IBGE, 2012, p. 19)

Assim, mesmo que a etnia ou língua não constasse das listas previamente disponibilizadas pelos recenseadores, a informação em questão foi levantada, respeitando a afirmação dos entrevistados. Cabe mencionar que a língua de sinais Urubu-Kaapor foi considerada na categoria de língua indígena nesse levantamento.

Foram levantadas até duas línguas faladas no domicílio pela população indígena, conforme indicam os campos do questionário na Figura 1, codificando duas variáveis distintas provenientes da questão: primeira língua indígena falada e segunda língua indígena falada (IBGE, 2012, p. 50) além de ser investigado se a língua portuguesa também era falada em âmbito doméstico.

Os resultados do Censo Demográfico de 2010, levando-se em conta apenas o quesito cor ou raça, indicam uma população de 817,9 mil autodeclarados como indígenas, correspondendo a 0,4% da população brasileira (IBGE, 2013). Quando considerados os indivíduos dentro de terras indígenas que se identificaram como indígenas, embora não através do quesito cor ou raça, os resultados apontam para 869,9 mil pessoas. É esse segundo universo que é considerado nos dados divulgados sobre línguas indígenas pelo IBGE, o primeiro acolhe e serve aos comparativos com censos anteriores que dispunham do mesmo critério de levantamento através de cor ou raça para que se possa acompanhar os ritmos de crescimento dessas populações. A respeito desse crescimento, inclusive, o Censo de 2010 identificou, através da comparação com os anos anteriores, que a autoidentificação indígena no mesmo quesito se manteve num patamar semelhante ao levantamento do ano 2000.

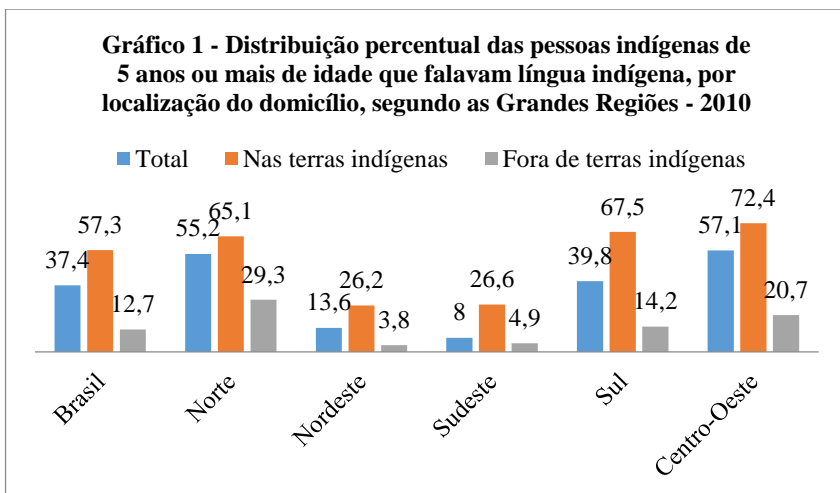
Há muitos outros aspectos acerca da população indígena revelados através do Censo de 2010 a explorar, entretanto, abordaremos aqui alguns resultados para quesito linguístico e as variáveis associadas.

Os resultados apontam para 274 línguas faladas por indígenas de 305 etnias diferentes. Em referência à quantidade de línguas e etnias, os números do IBGE são superiores às estimativas de linguistas, inclusive pelos membros do GTDL – Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística, que produziram listas para subsidiar o levantamento do IBGE no ano de 2008. De acordo com o IBGE em material de divulgação dos resultados relativos às populações indígenas:

Os resultados do Censo 2010 apontam para 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Essas declarações ultrapassaram as estimativas iniciais feitas pela FUNAI. Entretanto, no que diz respeito aos números totais de língua e etnia, há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia. (IBGE, 2012)

São muitas as possibilidades para essa divergência na contagem total de línguas indígenas, entre as quais, a indicação da origem étnica em lugar da língua por informantes que quiseram fazer mostrar sua existência a um Estado brasileiro que frequentemente é omissivo ao desaparecimento de povos indígenas, e conseqüentemente de suas línguas e culturas. Do mesmo modo, é possível haver algum grau de desconhecimento dos setores especializados quanto à reminiscência de determinadas línguas autóctones. Estabelece-se, com isso, a necessidade de estudos que analisem com maior profundidade as informações geradas através do Censo realizado pelo IBGE, esclarecendo esses pontos.

A língua autóctone foi declarada como usada no ambiente doméstico por um total de 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais (como primeira língua indígena falada no domicílio). Entretanto, se considerados apenas os indivíduos residentes nas Terras Indígenas esse percentual aumenta para 57,3%. O gráfico a seguir organiza a informação a respeito da língua indígena falada dentro ou fora de Terras Indígenas por Região do País:

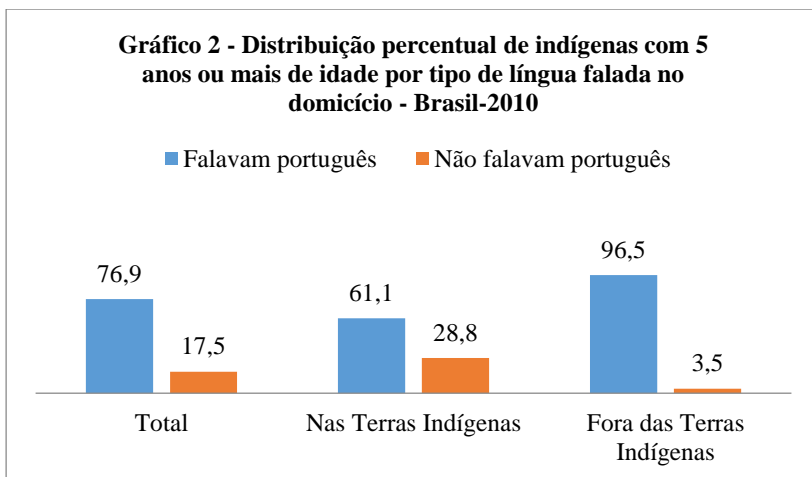


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No âmbito regional, os dados apresentados demonstram que as línguas indígenas foram indicadas como utilizadas no ambiente doméstico em maior percentual nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Quanto ao campo destinado à informação de uma segunda língua indígena falada no ambiente doméstico, o número de indivíduos que relatou falar uma segunda língua indígena foi relativamente pequeno: apenas 6 mil pessoas de 5 anos ou mais de idade, sendo que 65,5% desses estavam residindo em Terras Indígenas.

No que diz respeito à língua portuguesa, do total de indígenas do levantamento, apenas 17,5% afirmaram não falar o idioma no ambiente doméstico. Se considerados apenas os indivíduos residentes em Terras Indígenas, o resultado sobe para 28,8%. Tais resultados sobre os usos de línguas indígenas e da língua portuguesa demonstram que a variável “residir em Terras Indígenas” é muito significativa no que se refere aos usos e conseqüentemente à manutenção das línguas indígenas. O gráfico 2 ilustra os resultados referentes ao uso da língua portuguesa em ambiente doméstico.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os resultados de um censo, como já afirmamos, podem influenciar direta ou indiretamente políticas públicas que incidam sobre as realidades. No caso das populações indígenas brasileiras, a realização desse tipo de levantamento, inclusive, tem como uma de suas justificativas divulgadas a elaboração e implementação de ações pautadas na identificação e caracterização dessas realidades. Podem ser muitas, portanto, as derivações diretas a partir de um levantamento censitário no Brasil: desde a promoção de políticas específicas voltadas para a “saúde da mulher indígena”, por exemplo, até o fato que conselhos e comissões utilizam os dados dos Censos para sua constituição, como ocorre com cálculo de representantes indígenas por Região para a composição da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), instância política vinculada ao Ministério da Justiça, composta por representantes de órgão do governo federal e dos povos indígenas e da sociedade civil brasileira (VERDUM, 2009).

Quanto às línguas, o conhecimento da diversidade linguística nacional por si só já seria um elemento suficientemente relevante para a inclusão de quesito linguístico nos censos demográficos, pois poderia subsidiar inúmeras outras políticas linguísticas de promoção e valorização dessa diversidade. Entretanto, são inúmeras as possibilidades de desdobramentos que vão muito além do que se possa prever.

Na contabilização de 274 línguas indígenas, o IBGE (IBGE, 2012, p. 90) afirma, ter desconsiderado as línguas originárias de outros países (como Quéchua), além de informações genéricas ou troncos linguísticos

em lugar da denominação linguística. Dessas 274 línguas, 214 foram declaradas em Terras Indígenas e 249 em áreas rurais ou urbanas fora de TIs. Esse dado é interessante porque demonstra a diversidade linguística autóctone existente fora dos territórios como superior à de Terras Indígenas com Portaria Declaratória do Ministério da Justiça (*status* considerado pelo IBGE na definição). Entretanto, com a análise dos dados sobre línguas faladas nos domicílios anteriormente apresentadas, indicamos que o fato de estar numa TI parece ser um fator importante para a preservação dessas línguas. A posse dessas informações parece-nos muito relevante na luta não apenas dos direitos linguísticos dessas comunidades, mas das condições determinantes para isso, tal qual a demarcação e homologação de Terras Indígenas. Esse é um tipo de desdobramento proporcionado por um recenseamento demográfico que contemple quesitos sociolinguísticos.

Há variadas opções de cruzamentos e análise dos dados do Censo de 2010, apresentamos algumas reflexões a partir das informações disponibilizadas para demonstrar as potencialidades de um levantamento extensivo para conhecimento do plurilinguismo nacional.

O mesmo objetivo de identificação das línguas minoritárias faladas nos lares brasileiros foi a motivação para inclusão de quesito linguístico nos Censos Demográficos de 1940 e 1950. Naquelas oportunidades, entretanto, o levantamento de informações sociolinguísticas não se relacionava à promoção e valorização dos idiomas minoritários e sim à uma política de homogeneização linguística em torno do português. Mesmo com objetivos tão distintos, cabe ressaltar que tanto os levantamentos de 1940/50 quanto o de 2010 concentraram-se na identificação de apenas uma categoria linguística. Enquanto o de 2010 privilegiou os estudos relacionados à diversidade linguística autóctone, os levantamentos de 40/50 focalizaram a identificação de línguas de imigração. A respeito da seleção dessas línguas nos Censos de 1940/50, Oliveira diz:

(...) cumpre lembrar que o cerne dos interesses era o dos números relativos às línguas classificadas como ‘estrangeiras’, isto é, as línguas dos imigrantes, como é possível deduzir dos temas das análises realizadas em diversas publicações do órgão de estatísticas encarregado”. Além disso, no que tange às línguas ‘aborígenes’, o censo não se preocupou em minimamente **distinguir** as línguas indígenas entre si, mas trata-as em um único grupo,

o que aponta para o pouco interesse despertado por esse grupo de idiomas (...). (OLIVEIRA, 1997, p. 2, grifo do autor)

A motivação para identificação dos idiomas alóctones, como já mencionamos, girava em torno do fortalecimento da unidade linguística para o português. Desse modo, embora não estivesse explícito nos próprios levantamentos, esses acabaram por subsidiar a *Campanha de Nacionalização do Ensino*, qual seja, um conjunto de medidas adotadas pelo Estado Novo (1937 a 1945) sob o comando de Getúlio Vargas com a finalidade de forçar a integração das comunidades de imigração à população brasileira. Importante ressaltar que o Estado Novo possuía uma visão bastante particular a respeito de “integração”, o que não significa que essas comunidades não estivessem integradas à sociedade nacional. Entre as medidas adotadas no período estão a ‘nacionalização do ensino’ - com a obrigatoriedade do ensino exclusivo em língua portuguesa nas escolas - e a forte repressão linguística, através da expressa proibição de uso das línguas de imigração que contaram com a fiscalização do Exército Brasileiro nas “zonas de colonização estrangeira”.

Segundo os dados publicados em relatórios, no Censo de 1940 (IBGE, 1950) 1.624.689 pessoas, de um universo de 41.236.315, informaram não falar a língua portuguesa *correntemente*³² no lar, ou seja, 3,94% do total. À afirmação de não ser a língua portuguesa a língua do âmbito doméstico, procedia à identificação da língua alternativa utilizada pelos indivíduos nesses contextos. Dentre os indivíduos que afirmaram não falar o português no lar (1.624.689), a maior parte informou falar alemão (644.458 pessoas) ou italiano (458.054 pessoas) mas também foram mencionados espanhol (74.381), inglês (7.928), francês (3.190) ou outra língua europeia (167.362). Entre as línguas asiáticas, o Censo apresenta dados sobre japonês (192.698) e outra língua asiática (11.170). As línguas indígenas, como já mencionamos, não eram prioritárias para esse levantamento, ainda assim o Censo de 1940 revelou que falavam “guarani ou outra língua aborígene” 58.027 pessoas. Houve ainda menções a “outra língua qualquer” (7.157) e aqueles que não declararam língua (264). Para uma população estimada em pouco mais de 40 milhões

³² Os termos em itálico dizem respeito aos originais utilizados em ambos os levantamentos e, no primeiro caso, a publicação comentada do Censo de 1940 identificou uma possível falha na elaboração da questão que pode ter causado divergências nos dados: a confusão entre correntemente e corretamente.

de pessoas, a quantidade de falantes de línguas de imigração no lar mostrava-se bastante expressiva, representando 3,94% do total da população.

Já no levantamento realizado em 1950 (IBGE, 1956), de 51.944.397 pessoas, 1.305.720 declarou não utilizar a língua portuguesa *habitualmente* no lar, ou seja, 2,51% da população (1,43% a menos do que em 1940). Para esse universo, as línguas utilizadas no âmbito doméstico foram: alemã (551.951), árabe (8.601), espanhola (43.901), “guarani ou outra aborígene” (46.208), italiana (285.689), japonesa (200.991), polonesa (81.362), “outras línguas” (82.583) e sem declaração de língua (4.434).

O Quadro 1 sintetiza os dados referentes às línguas faladas nos Censos de 1940 e 1950:

Quadro 1 - Comparativo de informações sobre línguas faladas nos Censos Demográficos de 1940 e 1950.

Quadro comparativo dados dos Censos de 1940 e 1950		
	1940	1950
Universo pesquisado	41.236.315	51.944.397
Não falavam português correntemente no lar	1.624.689	---
Não falavam português habitualmente no lar	---	1.305.720
	1940	1950
Universo NÃO falante de português	1.624.689	1.305.720
Alemão	644.458	551.951
Italiano	458.054	285.689
Espanhol	74.381	43.901
Inglês	7.928	---
Francês	3.190	---
Outras línguas europeias	167.362	---
Japonês	192.698	200.991
Outras línguas asiáticas	11.170	
"Guarani ou outra língua aborígene"	58.027	46.208
Outra língua qualquer	7.157	82.583
Não declararam	264	4.434
Árabe	---	8.601
Polonês	---	81.362

Fonte: IBGE.

Interessante observar que o aumento populacional entre os censos de 40 e 50 foi de 26%. Entretanto, a quantidade de pessoas que afirmou falar uma língua em âmbito doméstico que não o português caiu 19,7% (de 1.624.689 para 1.305.720). Foi entre 1940 e 1950 que as políticas vinculadas à Campanha de Nacionalização do Ensino se intensificaram, e isso está refletido nos resultados oficiais. É possível que muitas famílias

tenham de fato abandonado o uso do idioma alóctone no ambiente doméstico, contudo, avaliamos que a maior parte dos indivíduos possivelmente omitiu informações sobre a língua de imigração temendo represálias. Corrobora esse raciocínio o aumento em 1580% (de 264 a 4334) das respostas “sem definição de língua” entre os Censos de 1940 e 1950.

Os recenseamentos demográficos de 1940, 1950 e 2010 demonstram como é possível a esse tipo de levantamento incorporar quesitos sociolinguísticos em âmbito nacional. Mais do que possível, o cenário de acelerado desaparecimento de línguas brasileiras³³ acentua a *necessidade* de uma ação de identificação da diversidade linguística em ampla extensão populacional e territorial.

A inclusão de línguas indígenas no Censo de 2010, embora muito importante, necessita ser ampliada para as demais categorias de línguas minoritárias no próximo Censo Demográfico a ser realizado no ano de 2020, de modo a atingir esse objetivo. Contudo, vale destacar que o mais prejudicial dos quadros não seria tão somente o Censo manter-se com o mesmo tipo de questão realizado em 2010, investigando apenas as línguas indígenas. O IBGE esclarece constantemente que todos os quesitos de um recenseamento são revistos e reconsiderados de uma pesquisa a outra, não há qualquer garantia da manutenção de levantamento de línguas nem mesmo indígenas no ano de 2020. Novamente, será necessário que as comunidades linguísticas e associações em defesa de direitos linguísticos, assim como os órgãos governamentais, mobilizem-se e encaminhem ao Instituto suas demandas e justificativas, do mesmo modo como ocorreu em 2010.

Considerando a possibilidade de ampliação da investigação da diversidade linguística nos censos demográficos realizados no Brasil, na seção a seguir discutiremos a análise de um caso de referência³⁴: o censo linguístico do Canadá.

³³ Compreendidas como: “Línguas faladas por comunidades de cidadãos brasileiros, historicamente assentadas em território brasileiro, parte constitutiva da cultura brasileira, independentemente de serem línguas indígenas ou de imigração, línguas de sinais ou faladas por grupos quilombolas.” (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

³⁴ Na literatura, a geração de dados linguísticos pelo Censo Canadense é tida como referência em diversos estudos, como em VERDOODT (1998) e HAMERS; BLANC (2000). Selecionamos o Censo Canadense para a análise que

2.4 CENSOS LINGUÍSTICOS CANADENSES

Para discutir as possibilidades de um recenseamento nacional que contemple toda a diversidade linguística de seu território, procederemos à análise de um caso tido como referência: o Censo Nacional Linguístico do Canadá. Segundo Verdoodt:

Normally, language censuses which are based on self-report data are to be validated by more detailed surveys (...), but also, as such. So “Canadian census reports (...) have included standard information about sampling variability and various components of measurement error. I am not aware of other countries giving comparable information about language statistics” (de Vries, 1988: 959). This is why Canadian language censuses are quite reliable, even for Quebec in its debate with Ottawa.³⁵ (VERDOODT, 1998, p. 24).

Por se tratarem de levantamentos amplos, os censos linguísticos fornecem ou podem fornecer uma visão parcial de determinada realidade sociolinguística. É nesse sentido que Verdoodt (idem) comenta a necessidade de que o recenseamento seja complementado por outros tipos de pesquisas linguísticas. No caso do Censo Demográfico do Brasil de 2010 ficou evidente a necessidade de outros levantamentos associados que detalhem ou discutam os resultados, como o elevado número de línguas indígenas revelado. O Canadá, através de seu instituto de estatísticas, realiza esse tipo de pesquisa complementar ao levantamento linguístico realizado no âmbito do censo demográfico. Sobre a necessidade de estudos complementares aos censos, Nelde (1998) discute aspectos importantes da identidade linguística dos informantes que não

segue por considera-lo um dos que levam em conta quesitos linguísticos em sua formulação e aplicação.

³⁵ Tradução nossa: Normalmente, os censos linguísticos que se baseiam em dados de auto-relato devem ser validados por pesquisas mais detalhadas (...), mas também, como tal. Assim, “Relatórios de censo canadenses (...) incluíram informações padrão sobre a variabilidade de amostragem e vários componentes de medição de erros. Não tenho conhecimento de outros países, dando informações comparáveis sobre as estatísticas de linguagem ”(de Vries, 1988: 959). É por isso que os censos de linguagem canadenses são bastante confiáveis, mesmo para Quebec em seu debate com Ottawa.

podem ser deduzidos apenas a partir de levantamentos amplos como censos demográficos:

The effects of such language contact processes can be registered by measuring language consciousness and attitudes. Language loyalty and prestige play a decisive role in the linguistic identity of any multilingual person, and extreme care must be taken in the interpretation of so-called language statistics (censuses and public opinion surveys)³⁶. (NELDE, 1998, p. 196)

O Canadá é um país multilíngue e possui duas línguas oficiais: francês e inglês. O Atlas das Línguas em Perigo da UNESCO³⁷ contabiliza 87 línguas no Canadá. Na escala de vitalidade linguística³⁸ proposta pelo referido Atlas, das 87 línguas, 27 estariam vulneráveis, 14 definitivamente em perigo, 16 severamente em perigo, 31 criticamente

³⁶ Tradução nossa: “Os efeitos de tais processos de contatos linguísticos podem ser registrados através da medição de consciência e atitudes linguísticas. Lealdade e prestígio linguísticos desempenham um papel decisivo na identidade linguística de qualquer pessoa multilíngue e deve ser tomado extremo cuidado na interpretação das chamadas Estatísticas Linguísticas (censos e pesquisas de opinião pública).”

³⁷ Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

³⁸ A escala do Atlas das Línguas em Perigo da UNESCO apresenta seis graus para classificar as línguas: seguras (língua é falada por todas as gerações, transmissão intergeracional é ininterrupta), vulneráveis (maioria das crianças falam a língua mas ela pode estar restrita a um único domínio, como a casa, por ex.), definitivamente em perigo (crianças não aprendem mais a língua como materna em seus lares), severamente em perigo (é falada por avós e por gerações mais velhas; enquanto a geração dos pais pode compreendê-la, ela não é falada com as crianças ou entre si), criticamente em perigo (falantes mais jovens são avós e mais velhos, e eles falam a língua parcialmente e com pouca frequência) e extintas (não restaram falantes). Vale mencionar que as línguas consideradas ‘seguras’, ou seja, aquelas faladas sem interrupção entre as gerações, não estão incluídas no Atlas.

em perigo e 2 línguas extintas. A mesma base de dados enumera 190 línguas no Brasil, sendo 97 em situação de vulnerabilidade, 17 definitivamente em perigo, 19 severamente em perigo, 45 criticamente em perigo e 12 línguas extintas.

Em uma relação comparativa, o Brasil possui, em números absolutos, a maior quantidade de línguas mas também o maior número de línguas em vias ou com risco de desaparecimento. A diferença crucial para poder intervir nessas situações de línguas em perigo é o conhecimento dessas realidades. Como já discutimos, o governo brasileiro ainda não conhece com clareza as línguas faladas no país, por quais populações e sua distribuição geográfica. No Canadá, ao contrário, o Censo populacional engloba perguntas de cunho linguístico e há diversos outros levantamentos nacionais que visam detalhar a caracterização dos usos dessas línguas no território.

Todas as pesquisas realizadas pelo Governo Federal do Canadá são centralizadas em um único departamento: *Statistics Canada*³⁹, o qual é responsável por produzir todas as estatísticas oficiais do país. Além de realizar o Censo canadense a cada cinco anos, também executa cerca de 350 pesquisas sobre diversos aspectos da vida naquele país, como por exemplo a “pesquisa sobre a vitalidade das línguas minoritárias oficiais” (*Survey on the Vitality of Official-Language Minorities*). Esse estudo coleta dados a respeito das minorias de língua oficial (falantes de inglês no Quebec e falantes de francês fora do Quebec) em áreas como: convívio familiar, educação, saúde, educação infantil e língua utilizada em esferas públicas.

O Censo do Canadá existe há mais de 300 anos, sendo que o primeiro foi realizado em 1666, a pedido da França, quando o Canadá ainda não era independente. Nesse Censo, foram contabilizados os habitantes da Colônia Nova França (3.215 no total), além de idade, sexo, estado civil e ocupação de todos os informantes. O Canadá tornou-se um país independente em 1867 e já em 1871 realizou seu primeiro Censo nacional. De acordo com a Constituição de 1867 (seção 8), o primeiro Censo deveria ser feito em 1871 e a cada 10 anos deveria ser aplicado um novo. Esse primeiro recenseamento da Confederação contou a população das quatro províncias (Nova Escócia, Novo Brunswick, Quebec e Ontário) e seu objetivo principal era determinar a representação apropriada da população no novo parlamento. No questionário do Censo

³⁹ *Statistique Canada* (em francês) ou ainda StatCan.

de 1871 havia 211 perguntas e contemplavam diversas áreas: propriedade privada, estatísticas vitais, religião, instrução, forças armadas, agricultura, comércio, indústria, finanças, entre outras. Os resultados compilados deste recenseamento foram publicados em cinco volumes bilíngues em 1873.

Ao longo dos anos, diversas mudanças e inovações foram sendo incorporadas ao Censo canadense. Em 1881, por exemplo, os recenseadores passaram a fazer um juramento de segredo das informações, o qual existe até hoje. Em 1912 a responsabilidade pela realização do Censo canadense se deslocou do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria e do Comércio e, seis anos mais tarde, foi criado o Escritório de Estatísticas da Confederação (*Dominion Bureau of Statistics*), o qual se tornou *Statistics Canada* em 1971.

O primeiro Censo canadense a contar com perguntas a respeito das línguas faladas no território foi, provavelmente, o Censo de 1911 (que tinha 13 questionários com 522 questões), entretanto, esses dados nunca foram liberados/divulgados, como afirma o próprio *Statistics Canada* em seu sítio. Questões linguísticas foram incluídas novamente no Censo a partir de 1971 e, neste mesmo ano, o Censo já contabilizava a língua falada em casa pelos cidadãos. Em 2001 foi incluída no Censo uma pergunta acerca da língua falada no ambiente de trabalho.

Em termos de acessibilidade, os materiais para os recenseamentos de 1986 e de 1991 foram disponibilizados em formatos alternativos tais como braile, áudio, e cópia ampliada. O recenseamento de 1996 foi traduzido para 49 línguas não-oficiais, 12 das quais eram as línguas indígenas, e estavam disponíveis nos mesmos formatos alternativos. No Censo de 2006, o questionário e as instruções para o preenchimento do mesmo estavam disponíveis, além de francês e inglês, em 62 línguas não-oficiais, entre as quais 18 línguas indígenas. Em 2011 a principal inovação no âmbito das informações linguísticas foi a inclusão de três questões linguísticas no questionário básico, aplicado a 100% da população do país enquanto nos anos anteriores os quesitos linguísticos estavam presentes, quase que exclusivamente, no instrumento de pesquisa aplicado a 20% da população (questionário longo). A respeito dessa alteração metodológica, o *Statistics Canada* (2012) afirma que os novos posicionamentos adotados pela pesquisa no que tange às línguas provavelmente influenciaram uma mudança nas informações disponibilizadas pelos informantes:

Evaluation of data on the knowledge of official languages and the first official language spoken

indicates that these data are comparable to those of previous censuses. However, Statistics Canada has observed changes in patterns of response to both the mother tongue and home language questions that appear to have arisen from changes in the placement and context of the language questions on the 2011 Census questionnaire relative to previous censuses. As a result, Canadians appear to have been less inclined than in previous censuses to report languages other than English or French as their only mother tongue, and also more inclined to report multiple languages as their mother tongue and as the language used most often at home. It is not uncommon in survey research to observe changes in response patterns due to changes to a questionnaire and most particularly due to changes in the context in which the question is embedded. Data users are advised to exercise caution when evaluating trends related to mother tongue and home language that compare 2011 Census data to those of previous censuses⁴⁰. (STATISTICS CANADA, 2012, p. 6)

A cada cinco anos, o *Statistics Canada* realiza o Censo geral, sendo que o último foi realizado em 2011 (com a eliminação do formulário do censo longo obrigatório, substituído por um questionário voluntário chamado *National Household Survey*). São contabilizadas no Censo todas

⁴⁰ Tradução nossa: “A avaliação dos dados sobre o conhecimento das línguas oficiais e para a primeira língua oficial falada indicam que estes dados são comparáveis aos dos censos anteriores. No entanto, *Statistics Canada* tem observado mudanças nos padrões de resposta a perguntas tanto da língua materna e de línguas faladas no lar que parecem ter surgido a partir de mudanças no posicionamento e no contexto das questões linguísticas no questionário do Censo de 2011 em relação aos censos anteriores. Como resultado, os canadenses parecem ter sido menos inclinados do que nos censos anteriores para comunicar outras línguas que não o inglês ou francês como sua única língua materna, e também mais propensos a relatar vários idiomas como língua materna e como a língua utilizada na maioria das vezes em casa. Não é incomum em pesquisas de opinião observar as mudanças nos padrões de resposta devido a alterações a um questionário e, mais particularmente, devido a mudanças no contexto em que a questão está inserida. Os utilizadores são aconselhados a ter prudência ao avaliar tendências relacionadas à língua materna e língua falada no âmbito doméstico que comparam os dados do Censo 2011 com os de censos anteriores.”

as populações residentes no país, incluindo crianças de qualquer idade, enquanto em outros países geralmente são consideradas somente as crianças com 5 anos ou mais. São contabilizados, também, os indivíduos residentes temporariamente no Canadá: trabalhadores, pesquisadores e intercambistas, por exemplo. Para a coleta de dados do Censo, há dois tipos de questionários, um curto e outro longo. Quatro de cinco lares canadenses recebem o questionário curto (80%) e um recebe o questionário longo (20%). A forma curta, até 2006, possuía oito questões: o nome do informante, sexo, idade, estado civil, informações sobre o lar/família e língua materna, enquanto o questionário longo inclui, além das oito questões do questionário curto, mais 53 questões adicionais, incluindo perguntas sobre religião, sobre o local de nascimento dos pais e a língua falada no ambiente de trabalho. Atualmente, a aplicação dos questionários ocorre por correspondência ou através da Internet (desde 2006), sendo que os informantes escolhem a forma que preferirem. Os lares recebem os questionários com as devidas explicações de como preenchê-los (há também campanhas publicitárias explicando como proceder, além de haver uma central telefônica com equipe especializada para esclarecer as dúvidas da população a respeito do Censo) e devem enviá-los preenchidos de volta a *Statistics Canada* pelo correio ou através da Internet. Essa metodologia, que conta com dois questionários (curto e longo) e na qual o próprio entrevistado preenche a pesquisa é aplicada nos recenseamentos canadenses desde 1971. No Censo de 2006 cerca de 18,5% da população utilizou a Internet para responder ao recenseamento.

Os dados linguísticos investigados, obrigatórios no Censo de 2011, incluíram o levantamento da língua materna e a retenção⁴¹ da língua materna, conhecimento de inglês, francês, das línguas autóctones e de línguas não-oficiais. Para obter os dados listados, são contempladas diferentes questões nos instrumentos de pesquisa. A seguir listamos as perguntas incluídas no questionário básico aplicado à totalidade da população do país:

⁴¹ Retenção linguística é definida pelo censo canadense como a situação em que sejam coincidentes a língua materna e a língua atualmente utilizada no ambiente doméstico pelos indivíduos. A taxa de retenção é um indicador da vitalidade linguística de um grupo. Retenção completa é compreendida quando a língua materna é utilizada “na maioria das vezes” e retenção parcial quando a língua materna é falada de forma regular no ambiente doméstico, embora não na maioria das vezes.

•A primeira questão visava levantar a habilidade de conduzir uma conversa em alguma ou em ambas as línguas oficiais do Canadá: *Essa pessoa sabe falar inglês ou francês suficientemente para conduzir uma conversa?* Para tal, apresentava como opções de resposta: *somente inglês, somente francês, tanto inglês quanto francês e nem inglês nem francês.*

•Foram contemplados dois aspectos na segunda questão envolvendo línguas no questionário básico do referido censo: a) a língua mais frequentemente falada em casa e b) as línguas faladas com regularidade no ambiente doméstico, mas diferente daquela indicada como mais falada em casa. Para tanto, foram elaboradas as perguntas a) *Qual língua essa pessoa fala mais frequentemente em casa?* Com opções de resposta: *inglês, francês e outra (especifique)* e b) *Essa pessoa fala alguma outra língua com alguma regularidade em casa?* As opções de resposta⁴² incluíam: a) *não*, b) *sim, inglês*, c) *sim, francês* e d) *sim, outra (especifique)*;

•A terceira questão envolvendo aspectos linguísticos no Censo 2011 visava ao levantamento da informação da língua materna da população através da pergunta: *Qual é a língua que essa pessoa aprendeu primeiramente na infância e que ainda compreende?* Com opções de resposta: a) *inglês*, b) *francês* ou c) *outra (especifique)*.

O quadro a seguir sistematiza a informação sobre inclusão de quesitos linguísticos nos três últimos censos canadenses:

Quadro 2 – Presença de quesitos linguísticos no Censo do Canadá em 2001, 2006 e 2011.

Questionário e ano do Censo	Número total de perguntas do questionário	Número total de questões linguísticas no questionário básico (aplicado a 100% da população)	Questão sobre a língua materna
------------------------------------	--	--	---------------------------------------

⁴² Pesquisas de demografia linguística, em geral, tendem a evitar campos fechados para a identificação das línguas para não induzir os entrevistados a indicarem determinadas línguas em detrimento de outras. No caso do censo canadense, o questionário oferece como opção de preenchimento as duas línguas oficiais do país, francês e inglês e oferece campos abertos para inclusão das demais línguas.

2001 – questionário curto	7	1 (questão 7)	Questão 7
2001 – questionário longo	51	4 (questões 13, 14, 15 e 16)	Questão 16
2006 – questionário curto	8	1 (questão 7)	Questão 7
2006 – questionário longo	53	4 (questões 13, 14, 15 e 16)	Questão 16
Censo de 2011	10	3 (questões 7, 8 e 9)	Questão 9

Fonte: Statistics Canada.

Como se evidencia na tabela, a inovação no censo de 2011 foi a inclusão de questões de cunho linguístico que antes eram restritas às amostras ao questionário aplicado à totalidade da população canadense. O levantamento sobre a “primeira língua oficial falada”, por exemplo, além de estar no Censo de 2011 (para 100% dos indivíduos) também foi aplicada nos levantamentos de 2006, 2001, 1996, 1991 e 1986 e em todos esses com amostra de 20% da população. Essa variável seria obtida em atendimento, segundo o órgão canadense responsável pelos recenseamentos, à Lei de Línguas Oficiais (Official Languages Act) e levaria em conta os regulamentos relativos à utilização das línguas oficiais para a prestação de serviços públicos. A referida lei entrou em vigor no Canadá em 1969, recebeu complementações e modificações em 1988⁴³ e dispõe sobre o estatuto de oficialidade de francês e inglês no país. Embora não seja a única legislação a regular direitos linguísticos, é considerada a fundadora das questões que envolvem o bilinguismo oficial do Canadá e garante igualdade de tratamento de ambas as línguas em todas as instâncias ligadas ao governo canadense.

A língua falada no ambiente doméstico faz parte dos levantamentos demográficos do Canadá desde 1971, quando era aplicada para um terço da população. Em 1981, 1986, 1991, 1996, 2001 e 2006 era aplicada a um quinto dos indivíduos entrevistados e em 2011 o quesito

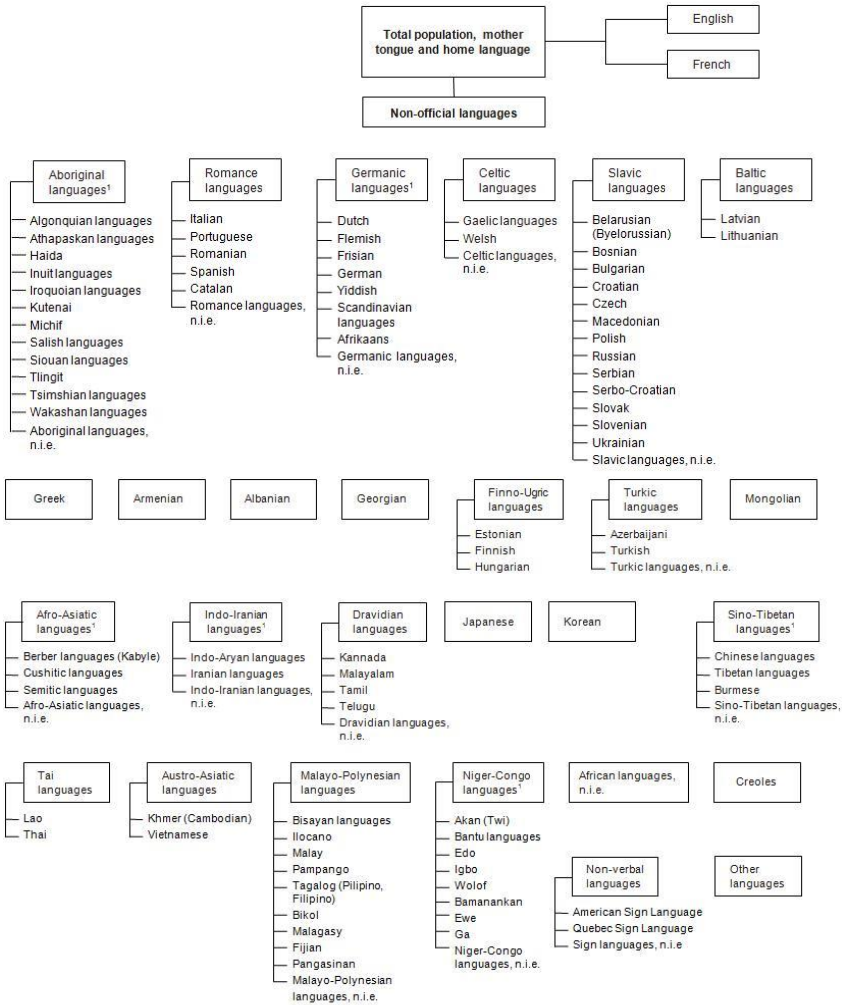
⁴³ Disponível em “Justice Law Website” do Canada: <http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/O-3.01/page-1.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

foi ampliado para 100% da população. A questão referente a esse ponto foi alterada após o Censo de 1996, momento até o qual o levantamento incluía apenas a informação a respeito da língua falada na maioria das vezes no ambiente doméstico. Essa pergunta compõe agora a parte (a) da questão proposta desde o Censo de 2001 que também recebeu uma parte (b) na qual são investigadas outras línguas faladas em uma base regular no ambiente domiciliar. Segundo o *Statistics Canada*, a alteração foi realizada a fim de refletir uma imagem mais completa da situação linguística das famílias canadenses.

A única questão de natureza linguística que já fazia parte do levantamento total da população canadense é a que contempla a língua materna dos indivíduos, incluída nos levantamentos de 2011, 2006, 2001, 1996, 1991, 1986, 1981, 1976 e 1971. Na formulação da questão sobre a língua materna, a expressão "em casa" foi adicionada para especificar o contexto em que o indivíduo aprendeu a língua no Censo de 2011: "*Qual a primeira língua que essa pessoa aprendeu em casa na infância e que continua falando?*". Como opções fechadas de resposta apenas inglês e francês estão presentes, as demais línguas devem ser incluídas em um campo aberto (também disponível em 2006, 2001, 1996 e 1991). Cabe questionar o significado simbólico da presença de quesitos fechados apenas para inglês e francês no levantamento canadense, induzindo o preenchimento e equiparando duas línguas oficiais fortes numa espécie de monitoramento do convívio dessas com as demais línguas formadoras da diversidade linguística do país. Uma hipótese possível para esse beneficiamento simbólico é a de que a diversidade linguística poderia ser um elemento atenuante para as tensões e disputas entre essas duas línguas majoritárias e oficiais.

Para os campos em aberto, em que não são induzidos nomes de línguas, é fornecido um apêndice com uma lista (disponível nos censos de 2001, 2006 e 2011). A figura a seguir apresenta uma visão geral das variáveis de língua materna e língua do ambiente doméstico para os Censos de 2006 e 2011. Além da representação, são decompostas ainda variáveis para línguas oficiais e não-oficiais; o grupo de não-oficiais é decomposto também em grupos linguísticos individuais.

Figura 2: Tipologia da diversidade linguística canadense utilizada pela pesquisa censitária do país.



n.i.e. = not included elsewhere

1. For a detailed breakdown of Aboriginal languages, Germanic languages, Niger-Congo languages, Afro-Asiatic languages, Indo-Iranian languages and Sino-Tibetan languages, see Figures 9A, 9B, 9C, 9D, 9E and 9F on the following page.

Fonte: Statistics Canada, 2011 Census of Population.

Na classificação utilizada no levantamento canadense, assim como em outros países, a exemplo dos Estados Unidos (na Modern Language Association), esta chave de permanência de categorias linguísticas

genéticas do século XIX parece ser importante. No Capítulo 3, apresentamos e discutimos as categorias histórico-sociológicas elaboradas pelo GTDL (Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística) para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística que parecem ser uma solução adequada para contemplar as categorias que compõem a diversidade linguística brasileira em levantamentos de ampla abrangência, solucionando questões colocadas quando se leva em conta apenas classificações genéticas.

Parte dos resultados e cruzamentos a partir do Censo Demográfico de 2011 já foram publicados, dentre os quais análises sociolinguísticas da população canadense.

Entre as informações divulgadas está a quantidade de indivíduos que domina as línguas oficiais do país, ou seja o plurilinguismo em nível individual. Quanto a esse quesito, 68,1% dos indivíduos declararam conhecer apenas inglês; 12,6% informaram falar apenas francês; 17,5% afirmaram conhecer inglês e francês e 1,8% responderam não dominar nenhuma das línguas. Os levantamentos canadenses analisados demonstram atribuir uma grande importância ao conhecimento dos graus de proficiência e usos de francês e inglês pelas populações. A justificativa para a ênfase na questão apontada pelo instituto de estatísticas canadense reside no acompanhamento da situação das línguas oficiais e na geração de informações que subsidiem políticas linguísticas para garantir o acesso aos serviços fundamentais nas duas línguas para a população. Outros cruzamentos e dados divulgados quanto aos usos e presença das línguas oficiais contemplam, por exemplo:

- Enquanto 20,6% dos canadenses (cerca de 6,8 milhões de pessoas) indicou ter uma língua materna que não inglês ou francês, apenas 6,2% dos canadenses falavam uma língua diferente do inglês ou francês como única língua do ambiente doméstico;

- Em 2011, 63,5% da população cuja língua materna não era nem inglês nem francês informou falar inglês em casa;

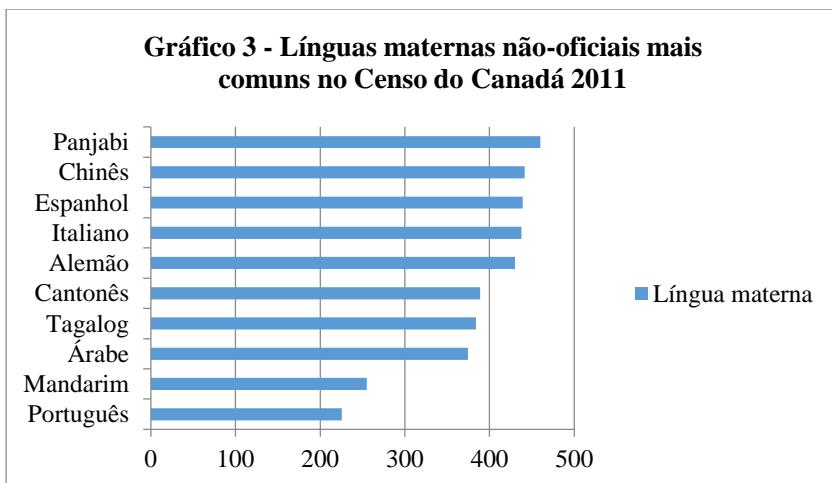
- Quase 7 milhões de canadenses relataram utilizar a língua francesa na maioria das vezes em casa em 2011, em comparação com 6,7 milhões em 2006. No entanto, representa uma ligeira queda, já que corresponde a 21,0% da população canadense, em comparação com 21,4% cinco anos antes;

- No Quebec, a proporção da população que relatou falar apenas francês em casa diminuiu de 75,1% para 72,8% entre 2006 e 2011. No restante do Canadá, a proporção da população que relatou falar apenas inglês em casa caiu de 77,1% para 74,1% entre 2006 e 2011;

- Entre 2006 e 2011, o número de pessoas que relataram ser capazes de conduzir uma conversa em ambas as línguas oficiais do Canadá aumentou: a taxa de bilinguismo da população canadense subiu de 17,4% em 2006 para 17,5% em 2011. Este crescimento do bilinguismo inglês-francês no Canadá é atribuído, principalmente, ao aumento do número dos quebequenses que relataram ser capazes de manter uma conversa em ambas as línguas.

Outro aspecto levantado por esse recenseamento contempla as línguas maternas da população, as quais são compreendidas como línguas aprendidas na infância e que ainda são faladas pelos indivíduos no momento da pesquisa. Na edição de 2011 mais de 200 línguas diferentes, além de inglês e francês, foram indicadas como línguas maternas ou língua de origem pelos entrevistados e faladas por aproximadamente 6,6 milhões de pessoas.

O gráfico 3 apresenta as línguas maternas (consideradas aquelas aprendidas na infância e ainda atualmente compreendidas) mais comuns dos entrevistados, excetuando-se as línguas oficiais, em números absolutos. As principais línguas maternas mencionadas no censo canadense incluem panjabi (459.985 indivíduos), chinês (441.265), espanhol (439.110), italiano (437.725), alemão (430.055), cantonês (388.930), tagalog ou filipino (384.050), árabe (374.410), mandarim (255.160) e português (225.530).



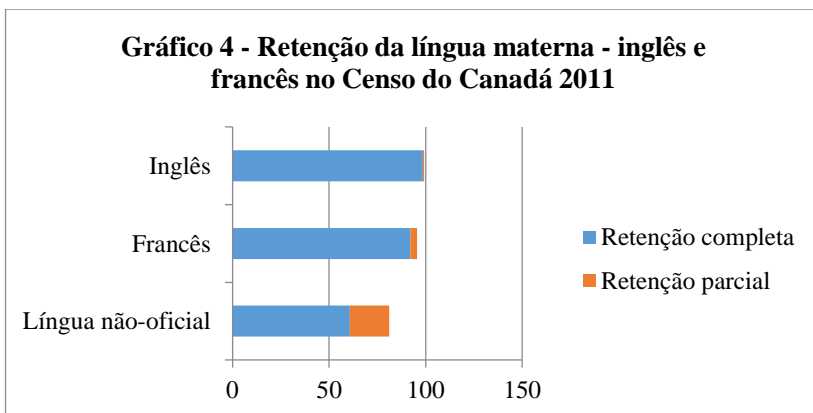
Fonte: Statistics Canada, 2011 Census of population.

A língua falada no ambiente doméstico é outro dado levantado pelo censo demográfico canadense. Houve um aumento significativo da quantidade de pessoas que informou falar pelo menos duas línguas no lar: passou de 14,2% (4,5 milhões de pessoas aproximadamente) para 17,5% da população canadense (5,8 milhões). Sobre quais línguas são faladas no ambiente doméstico, 4,7 milhões de pessoas (14,2% da população) informou falar uma língua diferente de inglês ou francês *na maioria das vezes* em casa e 1,9 milhões de pessoas (5,8%) relataram que falam essa língua *com regularidade* como uma segunda língua (além da sua língua materna principal, inglês ou francês). Ao todo, 20,0% da população do Canadá relatou falar uma língua diferente do inglês ou francês no lar. Para cerca de 6,4 milhões de pessoas, a outra língua mencionada é uma língua de imigrantes, falada com maior frequência ou em uma base regular em casa, sozinha ou em conjunto com inglês ou francês. Para mais de 213 mil pessoas a outra língua era uma língua indígena. Por fim, o número de pessoas que relatou falar línguas de sinais como as utilizadas em casa foi de aproximadamente 25.000 pessoas (15.000 na maioria das vezes e 9800 em uma base regular).

Igualmente aumentaram as afirmações de uso de inglês além de outra língua diferente do francês no ambiente doméstico. Em 2006 esse quesito continha 9,1%, já em 2011 a taxa foi de 11,5%. Isso representa um aumento de 960 mil pessoas, número muito superior se comparado ao período entre 2001 e 2006 que foi de 410 mil indivíduos. Ainda quanto à língua falada em ambiente doméstico o censo de 2011 revelou que houve

um aumento em 64% do uso de tagalog, principal língua filipina, entre 2006 de 2011 (de aproximadamente 170.000 indivíduos a 279.000). Dentre os indivíduos que afirmaram falar uma língua de imigração⁴⁴ em casa, cerca de 80% residiam em uma das seis maiores regiões metropolitanas do Canadá. Sete outros grupos linguísticos também tiveram crescimento acima de 30%: aqueles que falam mandarim (51%), árabe (+ 47%), hindi (+ 44%), crioulos (+ 42%), bengali (+ 40%), persa (+ 33%) e espanhol (+ 32%).

O cruzamento das informações sobre a língua materna e a língua falada atualmente ou mais frequentemente no ambiente doméstico proporciona ao censo canadense o cálculo da retenção linguística, um indicador importante do grau de vitalidade das línguas. O gráfico a seguir apresenta a retenção linguística das línguas oficiais do Canadá.



Fonte: Statistics Canada, 2011 Census of population.

O gráfico apresenta uma taxa de 98,5% de retenção completa de inglês, 92,1% de francês e 60,7% de línguas não-oficiais. Ou seja, para a ampla maioria dos falantes de inglês como língua materna (98,5%), essa língua continua sendo a principal língua de comunicação no ambiente domiciliar, já para os falantes de língua não-oficial a taxa de retenção completa é muito menor (60,7%). A taxa de retenção parcial, definida como o uso da língua materna *regularmente* no ambiente doméstico e não na maioria das vezes, foi de 0,8% para o inglês, 3,4% para o francês e

⁴⁴ Língua de imigração é compreendida pelo censo canadense como toda língua diferente de inglês, francês ou indígena.

20,4% para as línguas não-oficiais. Esses dados indicam a vitalidade do inglês que não deixa de ser falado no lar pelos seus falantes de língua materna, seguido do francês também com situação semelhante. Já para as línguas não-oficiais, é notória a quantidade de indivíduos que deixa de falar sua língua materna no ambiente familiar. A tabela a seguir detalha essa informação relacionando apenas as línguas indígenas canadenses:

Tabela 1 – Retenção da língua maternal indígena no Censo do Canadá 2011.

Língua indígena materna	Retenção da língua materna (em porcentagem)	
	Retenção completa: língua falada frequentemente em casa	Retenção parcial: língua falada regularmente em casa
Atikamekw	91.7	5.5
Blackfoot	28.9	35.2
Cree languages	55.2	27.0
Dene	67.9	21.1
Innu/Montagnais	88.6	6.7
Inuktitut	79.5	15.3
Mi'kmaq	53.0	27.2
Oji-Cree	65.4	24.8
Ojibway	37.4	33.9
Stoney	65.8	19.5

Fonte: Statistics Canada, 2011 Census of population.

Entre as línguas indígenas são muito variadas as taxas de retenção. Evidenciam-se línguas com alto grau de retenção da língua materna,

como Atikamekw (91,7%) e Innu/Montagnais (88,6%). Entretanto, a situação mais recorrente é a não-manutenção da língua indígena materna no âmbito doméstico, como no caso das línguas Blackfoot (28,9% de retenção completa e 35,2% de retenção parcial) e Ojibway (37,4% de retenção completa e 33,9% de retenção parcial).

Os resultados da pesquisa censitária canadense podem desdobrar-se em inúmeros cruzamentos e dados relativos à compreensão do perfil linguístico dos cidadãos daquele país, possibilitando, assim, o acompanhamento e a intervenção político-linguística no sentido de garantir direitos à população falante não apenas das línguas oficiais, mas de todas as demais que compõem o cenário sociolinguístico do país.

Ancorando as ações das pesquisas censitárias nacionais do Canadá há políticas e legislações específicas, sobretudo em relação às línguas oficiais do país. Em relação aos levantamentos linguísticos, são duas principais normativas:

1) *Canadian Charter of Rights and Freedoms* (Carta Canadense dos Direitos e Liberdades);

2) *Official Languages Act* (Lei sobre as Línguas Oficiais).

A Carta Canadense dos Direitos e Liberdades faz parte da Constituição canadense desde 1982 e seu propósito é proteger os direitos de cidadãos canadenses em todos os níveis de governo. A Carta atual provém da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e está disponível no sítio do Ministério da Justiça do Canadá. Nesse documento constam, por exemplo, garantias de direitos e liberdades dos cidadãos, liberdades fundamentais, direitos democráticos e igualdade de direitos, além de direitos relacionados às línguas oficiais e direitos educacionais dos falantes de línguas minoritárias. Com relação às línguas oficiais, inglês e francês, o documento afirma que ambas as línguas têm igualdade de *status*, de direitos e privilégios em todas as instituições do Parlamento e do Governo do Canadá. Além disso, qualquer cidadão residente no Canadá tem o direito de se comunicar e de receber os serviços disponíveis, em qualquer sede do Parlamento ou do Governo do Canadá, em inglês ou em francês. Sobre os direitos educacionais dos falantes de línguas minoritárias no Canadá, a Carta considera como minoria somente os falantes de línguas oficiais: falantes de inglês em determinadas províncias de maioria francófona e falantes de francês em províncias de maioria anglófona.

Já a Lei de Línguas Oficiais é uma lei canadense que entrou em vigor em 09 de setembro de 1969, a qual garante ao inglês e francês mesmo *status* no governo do Canadá. Embora não seja a única legislação

a tratar de línguas oficiais, é considerada a pedra fundamental no bilinguismo oficial do Canadá.

Legislações que amparam direitos linguísticos, como se evidencia nesta tese, estão intimamente associadas a levantamentos sociolinguísticos de identificação, caracterização e acompanhamento de realidades linguísticas. É possível dizer que legislações implicam levantamentos e vice-versa. São dados como os gerados pelo censo canadense que permitem ou podem permitir os governos implementarem ações de salvaguarda, valorização e promoção das línguas faladas em seus territórios⁴⁵. Por outro lado, a instituição de lei ou decreto relacionado às línguas, como uma oficialização, por exemplo, requerem o conhecimento aprofundado da realidade linguística a que dizem respeito.

Do mesmo modo que ocorre com países como o Canadá, em outros níveis como o municipal brasileiro, também se evidencia essa correlação entre legislação e os levantamentos linguísticos. Na seção a seguir trataremos dessa frente recente de realização de censos linguísticos e a potencialidade para ampliação desse tipo de política no Brasil.

2.5 CENSOS LINGUÍSTICOS LOCAIS

No contexto nacional, enquanto levantamentos amplos como o do Canadá ainda não se efetivam no Brasil, instâncias municipais têm se mobilizado para investigar suas realidades sociolinguísticas através de censos, com a finalidade de subsidiar políticas linguísticas locais. Em defesa de políticas culturais voltadas para o fomento de línguas:

Essa concepção heterogênea de língua leva ao entendimento de que, não obstante a necessidade de a União fixar diretrizes e consignar recursos para iniciativas voltadas ao exercício da diversidade linguística, bem como atuar na correção de distorções regionais de qualquer política, o papel historicamente atribuído a ela de unificação da língua para a manutenção da unidade nacional e a extensão de seu território criam consideráveis dificuldades para que seja ela o agente direto de política com aquele fim. Desta

⁴⁵ Percepção otimista da ação do Estado sobre as línguas; vale destacar, novamente, que informações sobre as línguas podem e já foram utilizadas no caso do Estado Brasileiro com a intenção de eliminar a pluralidade linguística e promover unicamente a língua portuguesa.

forma e considerando-se o tamanho dos estados brasileiros, o município apresenta-se como o espaço adequado para aquelas iniciativas, uma vez que é o cenário onde expressões as mais singulares podem ser mais facilmente percebidas. (RODRIGUES, [201?], p. 5)

Concordamos com a afirmação de que o âmbito municipal, dadas as condições de inexistência de um censo linguístico de caráter nacional, seja o local adequado para esse tipo de iniciativa de reconhecimento da diversidade linguística, inclusive para demonstrar às instâncias responsáveis nacionalmente a demanda e relevância desse tipo de conhecimento.

Nesse sentido, há duas iniciativas pioneiras de censos linguísticos municipais em desenvolvimento no Brasil: Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo e Antônio Carlos, em Santa Catarina. Em comum essas cidades possuem mais do que a forte presença de uma língua de imigração: ambas realizaram ou estão realizando censos especificamente linguísticos depois de um processo de cooficialização de uma língua em seus âmbitos.

Santa Maria de Jetibá, localizada na região centro serrana do Espírito Santo, realizou uma pesquisa linguística demográfica a respeito das línguas faladas na localidade. O município que, desde 2009 já conta com o pomerano como língua cooficial⁴⁶, realizou o levantamento que visa conhecer com detalhes a presença e a circulação das línguas em seu território. Promovido pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação e com assessoria técnica do IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística -, o Censo Linguístico é uma ação coordenada à cooficialização do pomerano no município e objetivou levantar dados sobre a circulação das línguas existentes na cidade, especialmente da língua pomerana, a qual se estimava ser falada pela ampla maioria dos habitantes. No caso de Santa Maria de Jetibá, a posse de dados oficiais sobre as línguas faladas por seus habitantes se constitui num importante insumo para a regulamentação da lei de cooficialização, na qual serão previstas ações concretas para a manutenção e preservação do patrimônio linguístico.

⁴⁶ No caso de Santa Maria de Jetibá, a língua Pomerana foi cooficializada em 2009 através da Lei n. 1136/2009. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=604>

Tendo sido realizado em duas etapas, I. Levantamento no âmbito escolar; e II. Levantamento residencial através de agentes de saúde comunitários, atualmente os dados finais do levantamento estão sendo compilados e sistematizados para publicação. No entanto, resultados preliminares já revelam indícios de um alto grau de vitalidade da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá. Além disso, apresentam evidências da presença de vários outros grupos e línguas, demonstrando que a cidade apresenta um rico cenário multilíngue e multicultural.

Dentre os resultados parciais das duas etapas do Censo Linguístico de Santa Maria de Jetibá, estão, por exemplo:

ETAPA I (42,6% dos moradores do município) – Cf. Ipol, 2010

- Presença massiva de falantes de Pomerano no município, representando 60% dos entrevistados na etapa, além de relatos de utilização de diversas outras línguas;

- Autoidentificação étnica como pomerano(a) foi relatada por 73% dos entrevistados;

- Dentre a população autoidentificada como pomerana, 78% informou falar a língua pomerana e 22% desses afirmaram não falar a língua em questão;

- Entre aqueles indivíduos que não se identificam como pomeranos (nem mesmo como segunda opção no caso de indivíduos que indicaram mais de uma etnia), também houve pessoas que responderam falar a língua pomerana: 7%;

- A presença de outras línguas é verificável inclusive dentre indivíduos autoidentificados como pomeranos, cujos relatos apresentaram menções a utilização ou conhecimento de: alemão, Döütsch, espanhol, holandês, Hunsbucklisch, inglês, italiano e português;

- Em relação aos âmbitos de uso da língua pomerana, as situações de uso menos formais e particulares (parentes, vizinhos e amigos) prevaleceram (ainda que em uma proporção pequena) com relação ao uso da língua nos ambientes públicos e com grau maior de formalidade (igreja, trabalho, comércio e escola).

ETAPA II - Cf. Ipol, 2012.

- O quesito “língua do âmbito domiciliar” revelou que mais da metade dos lares de Santa Maria de Jetibá contemplados na etapa são bilíngues português e língua de imigração ou monolíngues numa língua que não o português.

- A somatória de respostas indicando a presença de outra língua sozinha ou acompanhada do português no âmbito doméstico ultrapassa o

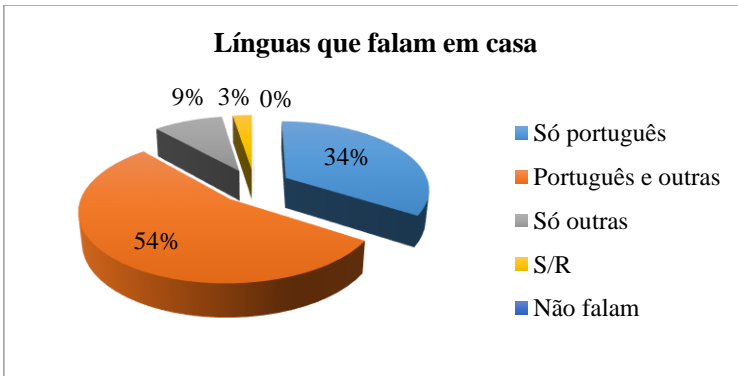
percentual de lares que informa utilizar somente a língua portuguesa em seu cotidiano;

- Os núcleos familiares parecem se constituir, portanto, como um dos principais âmbitos da preservação das línguas minoritárias, sobretudo do pomerano.

Os resultados preliminares do censo linguístico realizado em Santa Maria de Jetibá fornecem os primeiros indícios da vitalidade da língua cooficial no município, além de revelarem a presença de diversas outras línguas minoritárias.

Nos dois gráficos a seguir, evidenciam-se dados totais somando-se as duas etapas de investigação quanto às línguas utilizadas em ambiente doméstico. O gráfico __, demonstra que em mais da metade dos lares pesquisados, 54% (14.877) dos entrevistados afirmaram utilizar a língua portuguesa acompanhada de outra língua na comunicação cotidiana. Destacam-se, ainda, as respostas indicando apenas o uso de outras línguas (que não o português) para 9% dos entrevistados (2486 indivíduos).

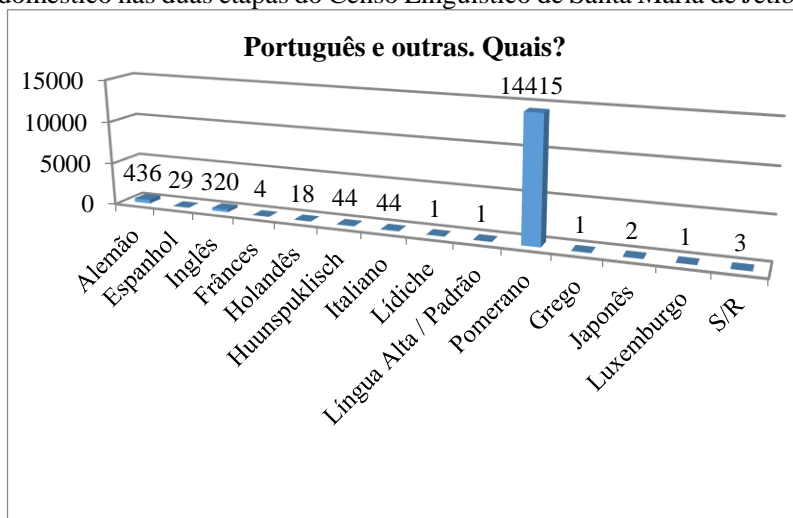
Gráfico 5 – Uso das línguas que os entrevistados pelas duas etapas do Censo de Santa Maria de Jetibá afirmaram utilizar em âmbito doméstico.



Fonte: IPOL.

Dentre os 34% que afirmaram falar português e outra língua, a grande maioria identificou o pomerano como aquela que se utiliza, entretanto, houve grande variação nas respostas e a indicação da existência de um grande número de variedades ou de línguas sendo cotidianamente utilizadas nos lares de Santa Maria de Jetibá:

Gráfico 6 – Identificação da segunda língua utilizada pelos indivíduos que afirmaram utilizar outra língua além de português no ambiente doméstico nas duas etapas do Censo Linguístico de Santa Maria de Jetibá.



Fonte: IPOL.

Os dados preliminares das duas etapas do Censo Linguístico apontam para o fato de que a constituição qualificada do cenário linguístico-cultural de Santa Maria de Jetibá pode subsidiar tomadas de decisões e implementações de políticas que visem regulamentar a lei de cooficialização, definindo prioridades e responsabilidades no que diz respeito às políticas linguísticas de promoção e valorização não apenas do pomerano, mas de toda as línguas que compõem o multilinguismo da cidade.

Antônio Carlos, em Santa Catarina, localizada a 32 km de Florianópolis, também está em vias de realizar seu censo linguístico. Desde 2010 a cidade aprovou a cooficialização da língua *Hunsrückisch* e tornou-se o primeiro município catarinense, e um dos 12 municípios brasileiros, a reconhecer em seu âmbito uma língua falada por grande parte de seus habitantes. A partir desse reconhecimento foi possível dar início à realização do censo linguístico, buscando indicadores que possibilitem visualizar a vitalidade da língua no local, e planejar e propor políticas públicas para sua manutenção e fortalecimento. O levantamento censitário será executado pelo IPOL e encontra-se em fase de planejamento do trabalho de campo.

Censos Linguísticos como de Antônio Carlos e Santa Maria de Jetibá são fundamentais para a produção de indicadores sobre a diversidade linguística dos municípios e, em especial, sobre as línguas cooficiais já que um estudo dessa natureza permite compreender a língua e seu funcionamento social, podendo instrumentalizar e fundamentar a tomada de decisões sobre as mesmas.

Ainda que iniciativas em âmbito municipal como a de Santa Maria de Jetibá e Antônio Carlos mostrem-se muito pertinentes, permanecem sendo viáveis e extremamente necessários os levantamentos de âmbito nacional ou mesmo supra-nacional, em consonância com o que problematiza Oliveira (1997):

Nesse sentido, vemos nesse trabalho uma contribuição à discussão sobre a necessidade de reimplantação dos censos linguísticos no Brasil. Elaborado e conduzido sobre novas bases, viria apoiar uma nova política do Estado Brasileiro frente às minorias étnicas, cujos direitos são hoje reconhecidos por lei e ancorados em diversos instrumentos legais. O censo linguístico, conduzido no âmbito do Recenseamento do Ano 2000, poderia ser a demonstração de boa vontade do governo brasileiro frente às minorias étnicas do país no século vindouro, quando comemoraremos os 500 anos do contato europeu com as populações indígenas e os 200 anos da chegada, ao então Império do Brasil, dos primeiros imigrantes não-ibéricos. O censo pode ser concebido no marco de outra política linguística do que aquela que dominou sua primeira edição nos anos de 1940 e 1950: é um instrumento valioso para o planejamento de políticas culturais de modo geral e de políticas educacionais em particular. A integração dos países platinos, por outro lado, ocorrida pelo desenvolvimento do Mercosul, estende desde já o âmbito deste planejamento e destas políticas culturais para todo o Cone Sul, já que muitas dessas políticas referem-se à situação cultural de dois ou mais países. Isso nos leva à equação ideal desta argumentação: a edição de um Censo Linguístico do Mercosul, como diagnóstico dos números e da natureza da problemática linguística na região, empreendimento de longo

alcance político, econômico e social. (OLIVEIRA, 1997, p.11)

2.6 SÍNTESE

Metodologicamente, como discutimos através da apresentação de exemplos, os censos linguísticos apresentam as seguintes características:

- Possuem ampla cobertura geodemográfica e são realizados em intervalos regulares (10 anos no contexto brasileiro);

- Objetivam contagens e estimativas populacionais, portanto, os dados gerados são de caráter panorâmico mas suficientes para possibilitar a elaboração de índices de diversidade linguística;

- As perguntas são fechadas ou semi-abertas (no caso do nome da língua os levantamentos costumam possibilitar autodenominações);

- São realizados por governos, o que implica na delimitação das fronteiras políticas, embora as fronteiras geográficas não correspondam aos territórios linguísticos;

- Além de variáveis de censo a censo, os conceitos ou perguntas podem ser vagas e/ou ambíguas nos levantamentos linguísticos;

- Informações entre censos nacionais seriam comparáveis caso não houvesse diferenças significativas entre os conceitos básicos adotados por cada levantamento e, mais do que isso, se os países que já realizam censos passassem a considerar a inclusão de questões linguísticas.

- Seus dados, quando geo-referenciados, costumam permitir a construção de mapas e atlas, identificando a distribuição geográfica das línguas – importante subsídio para políticas linguísticas de fomento à diversidade linguística dos países.

Pela sua constituição e finalidade, os censos demográficos levantam e mapeiam a diversidade linguística mas não dão conta de abarcar outros elementos de identificação e caracterização da diversidade linguística de uma região, município, estado ou país.

Nos dois próximos capítulos, discutiremos tipos de levantamentos que permitem maior aprofundamento de aspectos de uso, atitudes e representações linguísticas: diagnóstico e inventário. No Capítulo 4, abordaremos não uma ferramenta de levantamento linguístico, mas sim um mecanismo com a finalidade de receber e operar com os dados dessas pesquisas, proporcionando a composição de painéis mais detalhados de determinadas realidades linguísticas e, assim como os demais

instrumentos aqui discutidos, podendo subsidiar políticas públicas de valorização e promoção das línguas e da diversidade linguística.

3 DIAGNÓSTICOS SOCIOLINGUÍSTICOS⁴⁷

⁴⁷ Minha experiência pessoal na realização de diagnósticos sociolinguísticos envolveu três principais momentos: 1) diagnósticos sociolinguísticos do Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira - PEIBF para os quais estive em campo (2008); 2) diagnósticos sociolinguísticos do PEIBF para os quais estive na organização e orientação das equipes (2010) e 3) realização de diagnóstico sociolinguístico para a composição de dissertação de mestrado. Além desses momentos, cabe destacar que em muitas outras oportunidades estive

3.1 INTRODUÇÃO

De um tipo de levantamento linguístico de caráter panorâmico e com ampla cobertura territorial e populacional como um censo linguístico, passamos a discutir neste capítulo um fazer de pesquisa que, ao contrário, costuma ter sua aplicação restrita a um contexto específico e possui natureza analítico-especializada: diagnósticos sociolinguísticos.

O aumento no interesse por questões linguísticas nas últimas décadas é, também, facilmente percebido pela crescente realização de diagnósticos sociolinguísticos, financiados ou apoiados por poderes públicos e com a finalidade de compreender um determinado contexto ou situação envolvendo o uso de uma ou mais línguas. Neste capítulo, procuraremos construir uma concepção sobre diagnósticos sociolinguísticos a partir de sua estrutura, métodos e técnicas. Discutiremos também os resultados que esse tipo de levantamento alcança, além de sua aplicabilidade e produtividade como instrumento de decisão para políticas linguísticas.

O uso do termo *diagnóstico* é emprestado da medicina⁴⁸, o qual se refere ao processo analítico realizado por um especialista da área médica ao examinar uma doença ou um quadro clínico, levando-o a uma conclusão que permita um tratamento adequado. A conclusão em si mesma também é denominada de diagnóstico. Aproveitando-nos da metáfora, então, compreendemos diagnósticos sociolinguísticos como processos analíticos utilizados por especialistas ao examinar uma questão ou aspecto linguístico, chegando a conclusões sobre os mesmos e

envolvida nas discussões, sobretudo no IPOL, de equipes que realizavam investigações desse tipo e pude participar indiretamente dessas construções. Como já mencionamos, embora a participação nos levantamentos mencionados não tenha sido orientada para a construção desta tese, já que todos precederam a presente proposta, a experiência está refletida neste texto.

⁴⁸ Calvet (2006, p. 7) problematiza algumas das metáforas utilizadas por linguistas para descrever seu objeto de estudo com o objetivo de proporcionar compreensões mais simples de um rol de elementos e funções tão complexos quanto são as línguas. Esclarece um ponto fundamental: “languages are not alive, are not part of a Family, and are neither instruments nor organisms external to those who use them; languages exist only in and through their speakers, and they are reinvented, renewed and transformed in every interaction, each time that we speak”.

possibilitando algum tipo de decisão e/ou intervenção. Consideramos que conhecer e compreender aspectos de uma realidade linguística é pré-requisito fundamental para a eficácia de qualquer política linguística, sobretudo nos casos de línguas em situação de vulnerabilidade e de desaparecimento, por isso a importância não apenas de diagnósticos como de todos os demais tipos de levantamentos linguísticos. Desse modo, um diagnóstico sociolinguístico seria pertinente e cabível antes de qualquer tipo de ação de identificação, promoção, valorização e fomento de línguas, tais como a cooficialização de um idioma em nível municipal, a implementação de políticas educacionais envolvendo línguas minoritárias (como inclusão de uma nova língua no currículo escolar) ou a consolidação de uma ortografia (quando for o caso), entre outras. Cabe ressaltar, no entanto, que esse tipo de levantamento tem sido mais frequentemente aplicado em contextos educacionais.

Diagnósticos, assim, configuram-se como um tipo de pesquisa sociolinguística, não necessariamente acadêmica, que visam *compreender* alguma problemática relacionada a uma situação de contato linguístico com a finalidade de propor algum tipo de intervenção, ou seja, diagnósticos são politicamente orientados. Esse tipo de levantamento utiliza métodos e fazeres da pesquisa acadêmica, inclusive advindos da Sociolinguística e Dialetologia, entretanto, não restringe sua atuação aos pressupostos de uma única área: são inovadores e transdisciplinares na construção e realização de cada investigação.

A definição de línguas em contato, contexto de realização de diagnósticos sociolinguísticos, compreende situações em que um mesmo indivíduo alterne o uso de duas ou mais línguas ou variedades (o ponto de contato entre as línguas é o indivíduo) ou situações de bi ou plurilinguismo sociais, nas quais dois ou mais códigos coexistem num mesmo espaço territorial e podem se manifestar numa mesma interação (ponto de contato ocorre na interação entre indivíduos).

Embora a distinção entre Sociolinguística variacionista (ou laboviana) e Sociolinguística do contato se faça em função de um fazer hegemônico que privilegia a variação interna a uma língua, concordamos com Raso, Mello e Altenhofen (2011) quando argumentam sobre o contato linguístico ser a situação dominante nas sociedades mesmo quando apenas uma língua está em jogo:

Em certo sentido, poderíamos perguntar sobre a real existência de indivíduos plenamente monolíngues, em nossos dias, isto é, indivíduos que sequer variam a própria língua – “monodialetais”,

portanto. Por mais estranho que pareça esse tipo de questionamento, ao tratar do estudo dos contatos linguísticos, mostra-se necessário ampliar o horizonte de análise para além do *contato de línguas*, como entidades sociais, e abranger como acentua Altenhofen, “*variedades em contato (...)*”. (Grifos dos autores) (RASO; MELLO; ALTENHOFEN, 2011, p.44)

Destacadas as diferenças e a aproximação maior dos diagnósticos com a *Sociolinguística de contato*, cabe ressaltar que, metodologicamente, os diagnósticos também se aproximam da sociolinguística laboviana na utilização de procedimentos quantitativos de pesquisa. Contudo, o tipo de levantamento aqui abordado não encerra sua investigação com levantamentos dessa ordem: à geração de dados quantitativos é associado o levantamento de aspectos qualitativos sobre o fenômeno linguístico observado e demais aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados.

Mesmo tendo marcado algumas diferenças possíveis entre os diagnósticos sociolinguísticos que abordamos aqui e pesquisas sociolinguísticas acadêmicas, há casos de pesquisas elaboradas no âmbito acadêmico, no entanto, que se aproximam desse fazer sociolinguístico orientado politicamente, que contemplam diferentes métodos e abordagens para compreender um fenômeno linguístico com o foco na intervenção. A dissertação de mestrado realizada por mim contemplou um diagnóstico com a finalidade de conhecer a realidade sociolinguística do município de São Bento do Sul, Santa Catarina. No entanto, como o poder público municipal ou as comunidades linguísticas nunca se apropriaram da discussão, a mesma não cumpriu sua função (até o momento) de instrumentalizar políticas linguísticas para promoção da diversidade linguística local. Podemos relacionar aquela investigação como um diagnóstico na forma, no trabalho de pesquisa especializado. No entanto, faltou-lhe o interesse motivador por parte de quem detém o poder de implementar políticas linguísticas e, claro, as intervenções cabíveis e possíveis posteriores à divulgação dos resultados, que neste caso seriam ações de promoção dos cinco idiomas de imigração minoritários ainda falados mas em aceleradíssimo processo de desaparecimento⁴⁹. Apesar disso, consideramos o referido diagnóstico em

⁴⁹ Também podemos interpretar o silêncio do poder público diante do quadro de perda linguística do município demonstrado no diagnóstico de Seiffert (2009)

nossas análises neste texto, considerando os aspectos metodológicos da pesquisa que o conformaram. Outro exemplo de diagnóstico sociolinguístico efetivado a partir do contexto acadêmico é o conjunto de pesquisas realizadas no âmbito do Observatório da Educação na Fronteira – OBEDF. Embora sua realização provenha de uma iniciativa de pesquisa a partir das Universidades que integram o Observatório, houve apropriação e mobilização da comunidade em torno da pesquisa, como discutiremos mais à frente. Além dos exemplos mencionados de diagnósticos desenvolvidos no âmbito acadêmico e que surgem independentemente do interesse do poder público, há pesquisas acadêmicas que podem se relacionar a demandas governamentais. É o caso do estudo de Aquino (2010) que realizou um diagnóstico sociolinguístico da língua Asuriní do Tocantins como contribuição ao Inventário desta língua para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

3.2 TÉCNICAS, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Não se conhece a origem da realização de diagnósticos sociolinguísticos, talvez possamos afirmar que seja tão antiga quanto a possibilidade de grupos de poder tomarem decisões político-linguísticas baseadas na análise de um determinado quadro (vide origens de censos linguísticos debatida no capítulo 1, por exemplo). No Brasil, a prática, ao menos nomeadamente como diagnóstico sociolinguístico, ainda é recente.

A estrutura e os métodos de diagnósticos sociolinguísticos costumam variar de acordo com o *objeto, os objetivos e as condições de realização* de cada levantamento. Uma característica, no entanto, que se evidencia neste tipo de pesquisa é a mescla de enfoques qualitativo e quantitativo na geração de dados. A diferença entre esses dois tipos de fazeres em pesquisa diz respeito à abordagem de cada um deles. Pesquisas com abordagem qualitativa preocupam-se, principalmente, com o *aprofundamento* da compreensão de um fenômeno, grupo social, realidade, etc.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado

como uma política linguística de opção pela não valorização dos idiomas minoritários.

fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

A pesquisa de abordagem qualitativa, portanto, tem um caráter mais subjetivo e demonstra preocupação com explicações para aspectos de um fenômeno ou realidade que não possam ser quantificados. Os métodos qualitativos utilizados pelos diagnósticos incluem observações e entrevistas, por exemplo. Já a abordagem quantitativa:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (FONSECA, J. J. S. , 2002, p. 20).

Nas técnicas e procedimentos metodológicos quantitativos, muitos diagnósticos se apoiam nas reflexões e proposições da Sociolinguística variacionista, a qual entre seus princípios afirma a necessidade da geração de grande quantidade de dados e os desafios inerentes a esse tipo de fazer:

Para desvelar tanto a estrutura linguística quanto a estrutura social, devemos, necessariamente, coletar grande quantidade de dados de muitos indivíduos;

consequentemente, devemos enfrentar problemas ligados a controle de qualidade e confiabilidade, a manuseio e apresentação de dados, e a interpretação e inferência. (GUY, 2007, p. 19).

Cada uma das duas abordagens, quantitativa e qualitativa, possui aprofundamentos e problemas específicos. O desafio dos diagnósticos, portanto, é o de sintetizar no mesmo fazer científico as duas perspectivas que muitas vezes estão apresentadas como concorrentes em manuais de metodologia e que devem funcionar de maneira coordenada em diagnósticos sociolinguísticos: os estudos devem contemplar tanto a objetividade na geração de dados de ordem quantitativa quanto a subjetividade inerente aos modos de compreender e relatar aspectos de uma determinada realidade. O que varia são as técnicas e instrumentos de pesquisa utilizados por cada um dos levantamentos que gerarão dados dessas duas naturezas.

As técnicas de geração⁵⁰ de dados mais frequentemente utilizadas em diagnósticos sociolinguísticos são: questionários; entrevistas; observação; diário ou notas de campo para a composição de dados originais e pesquisa bibliográfica e/ou documental (dados secundários). Alguns diagnósticos utilizam-se de todas essas possibilidades e outros produzem combinações dessas técnicas para a geração de resultados. Para a análise de dois tipos de instrumentos e métodos empregados por diagnósticos, consideramos os seguintes trabalhos:

1. Diagnóstico sociolinguístico realizado pelo IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística) no âmbito do Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF) em Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen (Argentina) no ano de 2010. Teve como objetivo acompanhar e avaliar o reflexo do PEIBF (implementado em 2005), sobretudo com relação às línguas, para o público de docentes e discentes das escolas envolvidas naquela fronteira.

⁵⁰ Utilizamos “geração” no lugar do termo “coleta” de dados por entendermos que mesmo com o pesquisador procurando realizar sua investigação de modo a não interferir no curso dos eventos, sua presença no ambiente de observação nunca é nula. Assim, não se pode dizer que o pesquisador esteja simplesmente coletando os dados, como se sua presença não fosse percebida, mas sim, está gerando registros daquilo que observa.

2. Diagnóstico sociolinguístico realizado por Aquino (2010) como parte do Inventário da Língua Asuriní do Tocantins para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística⁵¹ (INDL) com o objetivo de aferir o grau de vitalidade da língua em questão e da sua situação sociolinguística atual, enfatizando as atitudes linguísticas dos falantes e anseios dos mesmos com relação à sua língua ancestral.

3. Diagnóstico sociolinguístico de comunidades escolares fronteiriças no norte do Uruguai (2007), realizado por Carvalho (Universidade do Arizona). Teve por objetivo a descrição do perfil sociolinguístico das comunidades de Rivera e Artigas no norte do Uruguai a partir do exame da distribuição social do português, do modelo diglótico de bilinguismo e o descolamento do português pelo espanhol em alguns grupos sociais. Para isso, analisou a variação interna do português uruguaio, especialmente a presença de traços rurais e de elementos transferidos do espanhol. Com os resultados, faz recomendações didáticas para o projeto de educação bilíngue espanhol-português por imersão dual nas escolas de Tempo Completo dessas duas comunidades.

4. Diagnóstico sociolinguístico realizado por Seiffert (2009). O trabalho analisa o cenário multilíngue do município de São Bento do Sul/SC onde coexistem cinco línguas brasileiras de imigração: Bayerisch, Hochdeutsch, ucraniano, polonês e italiano, além de português e LIBRAS. O estudo concentrou-se sobretudo nos usos, nas atitudes e nas representações dos falantes com relação às duas línguas minoritárias de origem alemã: Bayerisch e Hochdeutsch. Com os resultados, propôs recomendações para as ações de promoção e valorização dos idiomas minoritários no município abarcado pela pesquisa.

5. Conjunto de diagnósticos sociolinguísticos realizados no âmbito do Observatório da Educação na Fronteira (OBEDF)⁵². Realizados pelo IPOL no ano de 2012 e aproveitando das experiências

⁵¹ O Capítulo 4 desta tese dedica-se aos inventários de línguas.

⁵² Outros aspectos do funcionamento e dos objetivos do OBEDF são tratados no Capítulo 4 desta tese, Observatórios Linguísticos.

anteriores no âmbito do PEIBF, tais levantamentos visavam compreender a relação das línguas no contexto escolar e seu entorno de modo a proporcionar aos docentes, corpo funcional e gestores escolares um panorama da circulação dessas línguas. Foram contempladas no estudo as cinco escolas participantes do OBEDF nas cidades de Ponta Porã (MS); Guajará Mirim (RO) e Epitaciolândia (AC). Como resultado direto estão sendo publicados (no prelo) dois materiais: um dedicado aos diagnósticos que apresenta e discute o processo de pesquisa e seus resultados e outro derivado desse estudo onde são contemplados mapas linguísticos para uso pedagógico. Em uma terceira publicação, não relacionada diretamente aos diagnósticos mas contendo artigos com reflexões produzidas pelos membros da equipe, também se evidenciam os impactos dos diagnósticos nas escolas contempladas.

6. Manual para Diagnóstico Linguístico produzido pelo Conselho Nacional de Fomento Educativo (CONAFE) do México para aplicação pelos instrutores do *Proyecto de Atención Educativa a la Población Indígena* (MAEPI). O guia publicado em 2006 é dirigido aos instrutores comunitários do MAEPI a ser aplicado com educandos de diferentes níveis educacionais onde se atendam grupos multilíngues. Os diagnósticos orientados têm o objetivo de que professores conheçam o perfil sociolinguístico de seus alunos em relação aos usos de espanhol e de língua indígena. Essa avaliação permite que os agentes educacionais compreendam o modo pelo qual seus alunos utilizam as línguas indígenas e/ou o espanhol no ambiente doméstico, na comunidade e na escola, o que os permite tomar decisões sobre como orientar os processos de aprendizagem e desenvolvimento de leitura e escrita no ensino bi/multilíngue.

Dos 6 diagnósticos sociolinguísticos selecionados, apenas o de Seiffert (2009) e o conjunto de diagnósticos do OBEDF (2012) não atendem, subsidiam ou se ancoram em uma política linguística pública até o momento, como já mencionamos anteriormente. Apesar de ter sido formulado com a intenção de subsidiar tomadas de decisão para a promoção dos idiomas minoritários do município relacionado, a

discussão de Seiffert ainda não foi apropriada pelas instâncias a que se dirige⁵³.

No caso dos diagnósticos sociolinguísticos realizados no âmbito do OBEDF, seus resultados poderão futuramente subsidiar algum tipo de ação mais ampla, como a criação de uma legislação educacional nacional que permita e promova as especificidades linguísticas e culturais das zonas de fronteira nessas escolas, do mesmo modo como já ocorre com outras leis e diretrizes criadas especialmente para amparar as escolas indígenas no Brasil, por exemplo.

Entretanto, numa perspectiva mais imediata de ação, os diagnósticos realizados no âmbito do OBEDF focalizam e proporcionam ações político-linguísticas mais localizadas, advindas das próprias comunidades escolares e dos sistemas locais de gerência das mesmas, como Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Calvet (2002) inclui em sua definição de políticas linguísticas, além das grandes decisões e determinações relacionadas à existência e aos usos de línguas nas sociedades, também aquelas intervenções propostas por outros grupos como “políticas linguísticas familiares”, o que nos permite pensar em políticas linguísticas específicas de um professor, de uma ou mais escolas, de um município ou de uma rede de educação local. Dentre as políticas linguísticas desencadeadas pelos diagnósticos do OBEDF, parece-nos que aquelas relacionadas à própria instituição escolar e à prática pedagógica dos professores envolvidos nesses processos são as mais promissoras, considerando que sua implementação compreende menos burocratização e, portanto, incidem com muito mais rapidez nas situações de línguas em contato a que se referem. Nesse sentido, a tomada de consciência da realidade linguística pelos professores, funcionários e gestores das escolas proporciona e já tem proporcionado a implementação de ações que valorizem e fomentem a diversidade linguística no cotidiano escolar. Em uma publicação de artigos e estudos dos membros da equipe do OBEDF (no prelo⁵⁴), torna-se evidente a mobilização desses setores nas escolas em que os diagnósticos sociolinguísticos foram realizados,

⁵³ Apesar do diagnóstico ter sido disponibilizado à câmara legislativa e outros membros do poder executivo, acompanhado de considerações e sugestões.

⁵⁴ Observatório da Educação na Fronteira: Política Linguística em Contextos Plurilíngues: desafios e perspectivas para a escola. Organização: Rosângela Morello e Marci Fileti Martins – Florianópolis: IPOL: Editora Garapuvu, 2014.

assim como a reflexão e tentativa de incorporação de novas posições e ações nas práticas sociais, sobretudo dos docentes quanto à consideração e valorização da diversidade linguística. Assim, a mobilização social proporcionada através dos diagnósticos sociolinguísticos pode repercutir através da construção de políticas linguísticas específicas e locais, privilegiando o reposicionamento dos atores educacionais no que diz respeito às línguas em contato em cada uma das regiões.

Destacadas as possibilidades de ações a partir da realização de diagnósticos sociolinguísticos, cabe mencionar que, em si mesmos, esses levantamentos já se constituem como intervenções político-linguísticas, assim como censos e inventários também. Entretanto, pela natureza analítica da investigação dos diagnósticos, é implicado um aprofundamento maior na relação de pesquisa que se estabelece localmente. Isso faz com que esse tipo de estudo se aproxime mais do fazer de uma “pesquisa-ação”. Na definição de Thiollent (2000) a pesquisa-ação é compreendida como:

(...) um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2000, p.14)

Neves (2006) relaciona três momentos principais de uma pesquisa-ação: a) o conhecimento da realidade, objetivando sua compreensão e transformação dos problemas vivenciados por minorias; b) a participação dos envolvidos e c) a ação de cunho educacional e político subsequente. Podemos relacionar, dentre os elencados nesta tese, tanto os diagnósticos promovidos a partir do âmbito acadêmico, como Seiffert (2009) e os levantamentos do OBEDF (2012) com tais momentos como também os estudos promovidos a partir de políticas linguísticas específicas que discutiremos a seguir, diferindo-se apenas os modos de consolidar essas ações. Assim, a mobilização social está presente de diferentes modos em todos os diagnósticos analisados, embora nem sempre seja valorizada como um resultado desse tipo de investigação.

Como já antecipamos, a maior parte dos diagnósticos analisados neste texto estão associados a alguma política governamental em curso de conhecimento, reconhecimento, promoção ou valorização de línguas / da diversidade linguística.

O estudo de Carvalho (2007), por exemplo, se relaciona com uma consultoria que a autora realizou em 2002 para a implementação do programa uruguaio de educação bilíngue português / espanhol. O “Programa de Educación Bilingüe” do Uruguai (BROVETTO et. al, 2007) é desenvolvido desde 2003 em escolas de tempo integral e compreende duas modalidades de funcionamento: imersão parcial em inglês e imersão dual em espanhol/português. As escolas do modelo dual estão localizadas, majoritariamente, nos departamentos e regiões do país que fazem fronteira com o Brasil.

No caso do guia para diagnóstico sociolinguístico desenvolvido pelo CONAFE do México, o material é diferenciado porque se insere numa política linguística do país que visa proporcionar o conhecimento das realidades linguísticas onde estão inseridos os agentes educacionais que atuam nesses contextos. Neste sentido, os resultados dos trabalhos, apesar de serem significativos também para o acompanhamento dessa modalidade educacional pelo poder público, são direcionados à própria formação continuada e à prática docente dos profissionais que atuam em realidades plurilíngues.

Quanto ao diagnóstico realizado no âmbito do PEIBF contemplado nesta análise, vale esclarecer que o Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira é uma ação educativa realizada no âmbito do Mercosul Educacional⁵⁵. Segundo Sagaz (2013a), os diagnósticos sociolinguísticos para o Projeto ocorreram como resultado de ações indicadas em reuniões do Grupo de Trabalho de Política Linguística (GTPL) do Setor Educacional do Mercosul (SEM) em 1997 e 2000 e também pelo Plano de Trabalho anexo à Declaração Conjunta de 2004 e foram realizados nos anos de 2004, 2006, 2008 e 2010 “em razão de prospecção sugerida pelo IPOL que foi também o responsável por sua elaboração e aplicação” (Ibid., p. 77). Os diagnósticos de 2004⁵⁶, 2006 e 2008 foram realizados no ano de ingresso de cada uma das escolas participantes no PEIBF (SAGAZ, 2013a) e objetivavam conhecer a

⁵⁵ Referimo-nos aqui, ao período compreendido entre 2005 e 2010. Atualmente é chamado de “Programa Escolas Interculturais de Fronteira” (sem o termo “bilíngue”), com gestão e atuação diferenciados do seu primeiro período de realização.

⁵⁶ Referências constam de 2005 porque foi apenas neste ano que os resultados foram sistematizados.

presença de cada uma das línguas naquele contexto, assim como usos, atitudes e representações de alunos e professores com relação a essas mesmas línguas. Em 2010, os diagnósticos foram realizados com o objetivo de acompanhar e avaliar o reflexo do Projeto com relação às línguas para o público de docentes e discentes das escolas envolvidas na fronteira entre Brasil e Argentina. Ao todo, foram realizados 12 diagnósticos sociolinguísticos nesse Projeto: Dionísio Cerqueira/SC e Uruguaiana em 2004; Foz do Iguaçu/PR, São Borja/RS e Itaqui/RS em 2006; Ponta Porã, Chuí, Jaguarão e Santa Elena de Uiarén em 2008 e Itaqui, São Borja, Dionísio Cerqueira e Foz do Iguaçu em 2010. Para nossa análise, contemplamos apenas o estudo realizado na fronteira entre Dionísio Cerqueira / Bernardo de Irigoyen no ano de 2010.

3.3 DEFINIÇÃO DE MÉTODOS E PLANEJAMENTO DE DIAGNÓSTICOS

A ação de pesquisar é tradicionalmente definida como um procedimento de investigação que busca respostas para problemas não solucionados (SILVA; MENEZES, 2005), e é nessa perspectiva que os diagnósticos analisados se inserem: todos partem de uma problemática específica. Tratar dos métodos utilizados pelos diagnósticos sem levar em conta a questão que cada um investiga seria inapropriado, afinal, é a problemática que define os modos de atuação de cada diagnóstico.

Assim, a escolha do método de geração de dados adequado depende do tipo de questão que se objetiva levantar em campo: questionários são mais apropriados para o atendimento de questões objetivas e pontuais enquanto entrevistas parecem se adequar melhor ao atendimento de questões mais subjetivas e interpretativas, por exemplo. Entretanto, cabe à equipe de pesquisa avaliar em cada contexto os métodos que melhor se adequam e adaptar às possibilidades da investigação.

Com caráter analítico e especializado, os diagnósticos têm seu foco na identificação e análise de uma questão, visando intervenções político-linguísticas ou se constituindo como forma de intervenção em si. O tipo de informação linguística gerada varia entre os estudos: é específica de acordo com a problemática estabelecida e podem contemplar diferentes aspectos de usos, atitudes e representações, tais como proficiência em diferentes línguas, diglossia, existência de grafias concorrentes, além de diversos outros aspectos. Diferentemente dos censos que permitem ampla cobertura territorial e populacional, a abrangência de diagnósticos

costuma ser local, privilegiando uma instituição ou âmbito e muitas vezes até mesmo um recorte de um âmbito (“alunos de Ensino Médio da escola X, município Y”). Seus resultados costumam fornecer um panorama analítico aprofundado das questões que se propõem a investigar e além dos dados, a mobilização política dos atores envolvidos é uma das principais implicações de sua realização.

Para ilustrar as diversas possibilidades de realização de diagnósticos, a seguir discutiremos brevemente algumas características dos instrumentos mais frequentemente utilizados nos estudos analisados: questionários e entrevistas. Abordaremos, também, o espaço para inovação que há nos diagnósticos sociolinguísticos e o papel da observação sistemática do objeto para a conformação de instrumentos e metodologia para esse tipo de levantamento. Para cada um dos métodos apresentados a seguir, propomos definições, potencialidades e limitações, além de uma breve discussão a respeito do uso que os diagnósticos analisados fizeram dessas estratégias metodológicas.

3.3.1 Questionários

Questionários⁵⁷ configuram-se como um dos mais frequentes instrumentos de pesquisa utilizados por diagnósticos sociolinguísticos. Constituem-se de uma série de questões ordenadas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) e possibilitam a geração de uma grande quantidade de informações de forma rápida e padronizada, por isso são utilizados em situações em que o número de indivíduos que se pretende abarcar seja alto. Sua utilização está associada à geração de informações de natureza mais objetiva e sua estrutura e questões refletem os objetivos da investigação.

⁵⁷ Metodólogos costumam diferenciar questionários de formulários: o primeiro seria preenchido exclusivamente pelo entrevistado, sem a interferência do pesquisador, e no segundo a aplicação seria mediada pelo pesquisador, que inclusive preencheria as informações. Optamos por não fazer essa distinção em razão das informações pouco disponíveis sobre os métodos de aplicação, além do fato de que essa distinção não aparece nos diagnósticos estudados (quando há a informação sobre a aplicação): ambos são caracterizados como questionários.

Gil (2007) listou as principais limitações desse instrumento de pesquisa em sua aplicação mais usual, ou seja, por escrito e preenchido pelo respondente:

- a) exclui as pessoas que não sabem ler e escrever, o que, em certas circunstâncias, conduz a graves deformações nos resultados da investigação;
- b) impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas;
- c) impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas;
- d) não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra;
- e) envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas, porque é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos;
- f) proporciona resultados bastante críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significado diferente para cada sujeito pesquisado. (GIL, 2007, p. 122)

Aos apontamentos de Gil, consideramos o acréscimo de muitas outras limitações que não são inerentes ao tipo de instrumento mas que podem surgir caso sua construção técnica apresente falhas tendo em vista a aplicação mais usual do método, ou seja, preenchido o questionário por escrito, como a ambiguidade de questões, a falta de espaço suficiente ao preenchimento pelo respondente, o uso de termos desconhecidos ao respondente no questionário, entre outros. Tanto as limitações elencadas pelo autor quanto outras podem ser minimizadas com a aplicação de pré-testes ou piloto dos instrumentos.

Dentre os diagnósticos estudados, cinco referem o uso de questionários para sua realização: o diagnóstico do PEIBF (Dionísio Cerqueira 2010), Aquino (2010), Carvalho (2007), o conjunto de diagnósticos do OBEDF (2012) e Seiffert (2009). Os instrumentos muitas vezes não são disponibilizados juntamente à pesquisa, sobretudo em se tratando de questionários. Uma das justificativas dadas para que muitas pesquisas não disponibilizem seus instrumentos é a especificidade dos mesmos em relação ao contexto da investigação. Trata-se, portanto, do não-estabelecimento de “modelos” de instrumentos que possam ser

simplesmente reaplicados em vez de construídos e discutidos localmente⁵⁸. Outra questão a respeito da prática de não disponibilização de modelos de instrumentos é que esses são produtos institucionais, desenvolvidos por grupos de pesquisa. São, portanto, produtos autorais, embora não sejam protegidos por direitos autorais.

Quando não explicitado, do próprio questionário utilizado no diagnóstico se depreendem os objetivos da utilização desse método na pesquisa. Dos diagnósticos analisados, esse tipo de instrumento foi utilizado pelos seguintes levantamentos:

1. PEIBF (IPOL, 2010) – utilizou dois tipos de questionários: um para alunos e outro para profissionais das duas escolas envolvidas em Dionísio Cerqueira (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). Quanto aos alunos, como o objetivo era de acompanhamento dos impactos do Projeto no uso das línguas pela comunidade escolar, foram aplicados questionários a todos os alunos participantes do PEIBF naquele momento (26 turmas nas escolas brasileira e argentina envolvidas). Ambos os tipos de questionários compreenderam uma ficha contendo **variáveis sociais** (tais quais faixa etária, sexo, etc.), além de informações sobre **usos, proficiência, atitudes e representações linguísticas** em relação às línguas que circulam naquela zona de fronteira.

2. Carvalho (2007) – refere a utilização de questionários nas duas fases da investigação diagnóstica de comunidades escolares fronteiriças ao norte do Uruguai que realizou. Os questionários foram aplicados com professores e diretores das escolas incluídas na pesquisa objetivando compreender a **experiência** desses agentes educacionais no que diz respeito ao **bilinguismo** da clientela escolar.

3. Aquino (2010) – Na primeira pesquisa de duas fases de investigação que compõem o diagnóstico sociolinguístico de Aquino, é mencionada a utilização de questionários com os falantes da língua Asuriní do Tocantins que tiveram por finalidade: a) identificar graus de **proficiência** em português e na língua indígena em questão; b) identificar **graus de bilinguismo** individual; c) relacionar o grau de proficiência

⁵⁸ Vide discussão apoiada em Maher (2008) mais à frente quanto às especificidades do local, a necessidade de observação sistemática para composição de metodologia e a participação agentiva dos membros da comunidade linguística no levantamento.

linguística com outros **aspectos demográficos e sociais** (tais quais sexo, faixa etária, etc.). Aquino argumenta que a utilização de questionários permitiu realizar a pesquisa com toda a aldeia indígena abarcada pelo estudo.

4. OBEDF (IPOL, 2012) – Os diagnósticos realizados no âmbito do OBEDF privilegiaram-se da experiência de investigação do IPOL em pesquisa de contexto semelhante no âmbito do PEIBF. Foram aplicados questionários diferenciados a três grupos: alunos (separados em dois subgrupos: de 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), professores e corpo funcional das escolas. Todos os tipos de questionários foram compostos de uma ficha descritiva com **informações demográficas** (faixa etária, grau de escolarização, sexo, entre outras informações) dos respondentes mais um número variável de questões abertas e fechadas destinadas a compreender aspectos associados às línguas em contato no contexto escolar e naquela zona fronteiriça. Entre os dados linguísticos que o instrumento visava levantar estão: informações sobre **usos, âmbitos, proficiências, atitudes e representações** com relação às línguas que compõem o repertório dos moradores das cidades.

5. Seiffert (2009) – Aplicou questionários com estudantes do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do município de São Bento do Sul. O instrumento procurou levantar as línguas que possam fazer parte do **repertório linguístico** do estudante e de sua família. As perguntas do questionário procuravam identificar: as **línguas faladas** nos lares são-bentenses pelas crianças, o **grau de proficiência** que os informantes avaliam ter nessas línguas, as **atitudes linguísticas** e as línguas que fazem parte do **imaginário** dos estudantes.

Com base no exposto, identificamos objetivos variados para a utilização de questionários nos diagnósticos sociolinguísticos analisados e diferentes dados linguísticos objetivados, como proficiência, atitudes, usos, entre outros. Em comum entre os questionários parece estar o levantamento de variáveis de natureza social que possam ser utilizadas nas análises dos aspectos linguísticos focalizados por cada um dos diagnósticos. Evidencia-se não ser o tipo de dado pretendido ou o próprio levantamento a definir a utilização de questionário na pesquisa, senão a definição da problemática do estudo e a definição das características organizacionais e possibilidades do levantamento.

3.3.2 Entrevistas

Assim como os questionários, entrevistas também são instrumentos de pesquisa muito frequentes em diagnósticos sociolinguísticos. Entrevista costuma ser definida como uma técnica de investigação de interação social, um diálogo assimétrico no qual o pesquisador busca levantar informações com seu entrevistado. Gerhardt e Silveira (2009) distinguem seis tipos de entrevistas: estruturada (segue-se um roteiro pré-determinado), semiestruturada (há um roteiro mas a entrevista pode avançar para além do conteúdo principal), não-estruturada (o entrevistado é orientado a falar livremente sobre o tema), orientada (a atenção do entrevistador é sobre uma experiência dada e seus efeitos e ele já sabe com antecipação os tópicos que precisa obter com a entrevista) em grupo (pequenos grupos respondem simultaneamente) e informal (utilizada em estudos exploratórios, pode ser utilizada para mapear outros informantes, por exemplo). Vale mencionar que essa categorização foi organizada a partir de tipos de entrevistas frequentemente aplicadas, no entanto, observamos que os diagnósticos sociolinguísticos configuram-se como terrenos para a inovação de técnicas e procedimentos.

As desvantagens associadas à realização de entrevistas em pesquisas dessa natureza estão relacionadas à necessidade de especialização do pesquisador que as realiza, da necessidade do custoso trabalho de transcrição de dados que nem sempre contempla os aspectos objetivados, da influência que o entrevistador pode acabar exercendo sobre o entrevistado, entre outros.

Todos os diagnósticos analisados para este trabalho afirmaram utilizar-se de entrevistas, embora nem todos disponibilizem os instrumentos e técnicas em detalhes. A constituição do instrumento de pesquisa deste tipo e sua aplicação variam conforme os objetivos de cada um dos diagnósticos.

No diagnóstico do PEIBF contemplado é mencionada a utilização de entrevistas com dois públicos distintos: alunos e pais de alunos. Os dois tipos foram estruturados de modo diferenciado e atenderam a objetivos específicos. Sobre as entrevistas realizadas com pais de alunos das escolas envolvidas, afirma-se:

Em 2010 o diagnóstico buscava compreender, também, qual a relação dos familiares dos alunos da Escola Dr. Theodureto com a fronteira, com os argentinos e com o espanhol. Assim, para tal

estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (...). As entrevistas demonstram a possibilidade de aprovação dos pais no bilinguismo dos filhos e também a relação dos pais com a fronteira e sua percepção do outro que neste caso tem, inclusive, uma língua distinta da sua, pois estes são, entre outros, fatores relevantes para a efetivação da educação bilíngue, segundo Baker (1993). (SAGAZ, 2013a, p. 84).

Já as entrevistas com os próprios alunos, por sua vez, foram realizadas em grupos e os entrevistadores estimularam os alunos a falarem na segunda língua (português na Argentina e espanhol no Brasil), com objetivo de compreender aspectos de uso, como grau de bilinguagem dos estudantes.

As entrevistas com grupos de alunos da 5ª a 8ª série apresentam a relação com a língua e a proficiência oral (entendimento e fala). O objetivo dessas entrevistas é de perceber a posição que os alunos assumem perante a L2, ou seja, se a compreendem, se buscam ajuda com colegas do grupo para compreendê-la, se têm atitudes de valorização para com os que a dominam em alguma medida, se demonstram desinteresse ou repulsa, se querem enfatizar que sabem usar a língua. Os alunos brasileiros de quatro grupos, sendo um de cada série dos anos finais que não participaram do PEIBF nos anos anteriores e uma 5ª série que participou foram entrevistados em espanhol em trabalho conjunto com a assessoria argentina. (SAGAZ, 2013a, p. 89).

Em Aquino (2010) foram realizadas entrevistas (gravadas e parte delas filmadas) com o objetivo de obter informações linguísticas, históricas e culturais que contribuíssem na construção de diagnóstico sobre a vitalidade da língua Asuriní do Tocantins⁵⁹. Esse trabalho contemplou duas pesquisas e em ambas foram utilizadas entrevistas: na primeira fase (desenvolvida em seis etapas e valendo-se de outros levantamentos anteriores), realizou-se entrevistas com amostra

⁵⁹ Os Asuriní do Tocantins também são conhecidos por Asuriní do Trocará.

heterogênea de membros da aldeia para avaliar competências e atitudes linguísticas (em relação à língua indígena e à língua portuguesa). Essas entrevistas contaram com a participação de membros da comunidade tanto no trabalho de pesquisa quanto na sistematização dos dados. Na segunda fase, pesquisadores externos realizaram entrevistas que tratavam de usos linguísticos na comunidade, atitudes linguísticas dos falantes da língua indígena quanto à própria língua Asuriní quanto também a respeito das demais línguas que compõem o repertório linguístico dos indivíduos daquela comunidade (Português, Mundurukú, Tembé, Urubu-Ka'apor, Parakanã e Anambé), além do aferimento do grau de transmissão da língua indígena. Na segunda etapa de investigação foi utilizado instrumento elaborado por Maher (2007 cf. AQUINO, 2010, p. 73) e fundamentado em estudos de mesma autora. No próximo subitem abordaremos alguns elementos discutidos por Maher (2008) sobre a conformação desse instrumento que são imprescindíveis para a constituição de diagnósticos sociolinguísticos.

Carvalho (2007) relatou ter realizado entrevistas de dois tipos na construção de seu diagnóstico sociolinguístico. Em uma das situações, realizou entrevistas em duas etapas com 88 indivíduos da cidade de Rivera: na primeira oportunidade as entrevistas com duração média de uma hora foram realizadas em espanhol e na segunda (com uma semana de diferença) em português. O objetivo foi observar o comportamento linguístico dos indivíduos frente às línguas que circulam naquela zona fronteira bem como de discutir as atitudes frente a essas línguas e variedades. O segundo tipo de entrevista foi realizado com grupos de crianças nas duas cidades (45 indivíduos em Artigas e 16 em Rivera). O objetivo consistia em avaliar a produção linguística e o grau de bilinguismo na população escolar Também realizou entrevistas com mães de alunos (4 em Rivera e 7 em Artigas) para avaliar a produção linguística e conhecer as atitudes dos pais frente ao ensino bilíngue português / espanhol naquelas zonas de fronteira.

O diagnóstico de Seiffert (2009) contemplou entrevistas estruturadas e gravadas com falantes das línguas alemãs de São Bento do Sul (Bayerisch e variedade de Hochdeutsch) com o objetivo de compreender os usos, os âmbitos, as atitudes e representações dos falantes com relação à língua. A realização das entrevistas ocorreu sob a forma de uma rede de relações, através da qual, cada falante de alemão entrevistado indicou mais duas pessoas que também fossem falantes dessa língua para também serem entrevistados.

Já o roteiro para entrevistas fornecido pelo manual do CONAFE / México sugere que os professores realizem a entrevista com toda a família dos seus educandos, preferencialmente em seu próprio domicílio. A entrevista semiestruturada é composta por perguntas que objetivam levantar a língua materna de cada um dos membros da família, a língua utilizada no âmbito doméstico e outros aspectos de uso das línguas, além do levantamento de atitudes dos entrevistados com relação às línguas indígenas, ao espanhol e ao ensino bi/plurilíngue, conforme se evidencia nas figuras 3 e 4:

Figura 3 : Ficha de identificação que acompanha a aplicação de entrevista familiar do Diagnóstico Sociolinguístico da Modalidade de Atenção Educativa a População Indígena do CONAFE, México.

Formato 1-A

USO DE LAS LENGUAS RECUPERADO EN LA ENTREVISTA FAMILIAR (PARA ALUMNOS DE 0 A 15 AÑOS)

Madre (o persona que esté o estuvo a cargo de la crianza del alumno)

Nombre: _____

Edad: _____ Lengua Materna: _____

Segunda Lengua: _____

Habla con sus hijos en: _____

Comunidad de origen: _____

Municipio: _____ Estado: _____

Padre

Nombre: _____

Edad: _____ Lengua Materna: _____

Segunda Lengua: _____

Habla con sus hijos en: _____

Comunidad de origen: _____

Municipio: _____ Estado: _____

Otros familiares cercanos al educando

Familiar	Lengua materna	Descripción de la relación del educando y la familia
Abuela		
Tíos		
Otros		

Observaciones: _____

Fonte: CONSEJO NACIONAL DE FOMENTO EDUCATIVO, 2006.

Figura 4 : Questões estruturadas de entrevista familiar do Diagnóstico Sociolinguístico da Modalidade de Atenção Educativa a População Indígena do CONAFE, México.

Guía de entrevista

1. ¿Cuál es su opinión sobre la enseñanza de la lengua indígena y el español en la escuela?
2. ¿Cuál es su opinión respecto de escribir y leer en lengua indígena?
3. ¿Qué opina de que los niños aprendan a escribir al mismo tiempo en la lengua indígena y en español?
4. ¿Cuál es su opinión de que a los hijos de las personas indígenas ya no se les enseñe la lengua materna en la escuela?
5. ¿Qué opina de que se pueda hacer una biblioteca con textos escritos en la lengua indígena?
6. ¿Cuál es su opinión de que a los niños se les enseñe en la escuela a hablar bien en la lengua indígena y en español?

Conocer la opinión de la comunidad respecto del uso y enseñanza de las lenguas indígenas y el español tiene un gran valor para el desarrollo del trabajo del Instructor.

Fonte: CONSEJO NACIONAL DE FOMENTO EDUCATIVO, 2006.

As entrevistas parecem constituir-se, portanto, como método produtivo aos diagnósticos sociolinguísticos porque garantem a abordagem de temas de ordem muito variadas e a possibilidade de identificar contradições, silenciamentos ou negações reveladoras nas falas, por isso, também, reitera-se constantemente nos manuais a indicação para a gravação em áudio e/ou vídeo dessa investigação, de modo que o pesquisador, ao transcrever e ouvir novamente, possa deprender outras compreensões além das aquelas estritamente expressas na fala. Esse aspecto é muito relevante quando são investigados aspectos associados a atitudes e representações linguísticas nos diagnósticos.

3.3.3 Observação e inovação como eixos fundamentais de diagnósticos sociolinguísticos

Os dois exemplos – questionários e entrevistas - ilustram como técnicas e procedimentos utilizados em diagnósticos referem-se menos ao tipo de levantamento e mais à problemática que se está investigando. Outro fator para a definição de métodos e técnicas são as próprias condições que a equipe ou o pesquisador possui para realizar o levantamento. Aplicar questionários em uma escola ou numa rede educacional requer, além do próprio instrumento de pesquisa adequado ao público-alvo, também uma série de procedimentos de ordem burocrática como negociações e autorizações para o cumprimento da investigação. Muitas vezes há fatores externos à própria pesquisa que impedem a utilização de um ou outro método e que conduzem o pesquisador a desenvolver e aplicar novas possibilidades.

Os diferentes tipos de observação que os diagnósticos sociolinguísticos têm incluído em seus procedimentos de geração de dados é uma dessas frentes inovadoras. Por definição, a observação na pesquisa de cunho social constitui-se como um elemento primordial e processual de toda a construção e execução do estudo. Seu papel na geração de dados em campo, no entanto, torna esse procedimento mais evidente (GIL, 2007), assim como o desafio de elaboração de técnicas e instrumentos que deem conta de contemplá-lo adequadamente.

Dentre os diagnósticos sociolinguísticos analisados, em nenhum utilizou-se a observação com exclusividade para obtenção ou geração de informações: a técnica é utilizada de modo conjugado a outros métodos. Carvalho (2007), por exemplo, utilizou da observação participante para comprovar a veracidade de respostas sobre o uso das línguas por indivíduos de Artigas e Rivera, as duas cidades contempladas no estudo. Como o uso de português e espanhol está socialmente estratificado e, segundo a autora, há um forte estigma associado ao português, Carvalho (2007) utilizou de observação para confrontar as autodeclarações dos falantes com o uso social que fazem das línguas em ambientes públicos e privados, identificando contradições. Já no contexto dos diagnósticos realizados no OBEDF, a observação da(s) língua(s) na(s) cidade(s) em sua forma escrita ou nas interações sociais foi o foco das observações.

Mesmo que não seja utilizada como método específico para geração de dados, é a observação que permite a adequada formulação do instrumental metodológico de um diagnóstico sociolinguístico. Em artigo, Maher (2008) traz contribuições muito importantes ao debate dos procedimentos metodológicos em pesquisas linguísticas realizadas em comunidades indígenas. Defendendo a *descolonização das metodologias de pesquisa* (SMITH, 1999 apud MAHER, 2008) argumenta-se que as

pesquisas são condicionadas por representações culturalmente determinadas. Maher (2008) demonstra que as diferenças na compreensão no modo de geração de dados que uma comunidade indígena possui (em relação a ela própria que é não-indígena) são significativas e podem causar impactos negativos ou até impedir a condução desse tipo de investigação.

A autora relata sua própria experiência a partir de oficinas de formação com professores-pesquisadores indígenas no Acre, nas quais foram desenvolvidos “Instrumentos Metodológicos para Levantamento Sociolinguístico” que objetivavam:

Tais investigações, ainda em andamento têm o intuito de fazer diagnósticos das situações de suas línguas tradicionais em suas aldeias e das atitudes dos membros de suas comunidades em relação a elas, de modo a terem subsídios para definir e implementar políticas linguísticas locais capazes de assegurar a sobrevivência das línguas tradicionais de suas comunidades. (MAHER 2008 apud AQUINO, 2010, p. 73).

O processo de observação da construção e da aplicação desses instrumentos por Maher articula discussões fundamentais para o debate sobre a formulação não apenas de diagnósticos sociolinguísticos, mas também de todos os outros tipos de levantamentos abordados nesta tese.

Um dos impasses metodológicos observados pela referida autora (2008) diz respeito ao ato de entrevistar, o qual se mostrou inviável para parte dos pesquisadores indígenas. Dentre os objetivos propostos para a pesquisa com os professores-pesquisadores, estava o de realizar entrevistas com amostra heterogênea de membros da comunidade para avaliar competências orais na língua indígena e em língua portuguesa, além das atitudes dos falantes em relação a ambas as línguas. Mesmo entre os pesquisadores que conseguiram realizar entrevistas, houve dificuldade em cumprir com o objetivo pré-determinado de realizar entrevistas com indivíduos de ambos os sexos e de todas as faixas etárias porque os protocolos culturais determinaram quem poderia ou não ser entrevistado pelos pesquisadores. Entre os Manchineri, menciona a autora, foi indicada a impossibilidade de um professor entrevistar mulheres, já entre os Ashaninka, foi a faixa etária que se colocou como uma barreira, os indígenas indicaram que as pessoas mais jovens não têm o perfil para esse tipo de abordagem, apenas as pessoas mais velhas é que

poderiam ser entrevistadas, de ambos os sexos de acordo com os protocolos culturais daquele povo. Já entre os Jaminawa se deu o oposto: a prática de entrevistar os mais velhos não foi bem vista pelos indígenas daquela comunidade.

A autora discute esses exemplos (2008, p. 419) em que os instrumentos metodológicos careceram de adaptações e flexibilizações por parte dos professores-pesquisadores de modo a torná-los “culturalmente mais adequados”. Além da geração de informações em campo, o registro de dados pelos pesquisadores também gerou desconfortos metodológicos. Para o registro, foram elaboradas fichas que, apesar de terem sido apresentadas pela autora e discutidas conjuntamente com os indígenas, suscitaram uma série de dúvidas e problemas relacionados a fatores como a opacidade de alguns enunciados para os indígenas, ao modo como estavam organizadas tais fichas, entre outros. A partir do relato de dificuldades de um pesquisador com o preenchimento do instrumento, afirma:

Confesso que foi só quando li o excerto acima que me dei conta que minha convivência com a leitura e escrita de tabelas já há anos havia me *cegado* para a sua real complexidade e para o fato de que pessoas com pouca experiência de letramento, quando as vêem, podem, muito justificadamente, se deparar com uma barreira muito difícil de ser transposta. Se é verdade que a maioria dos professores em questão não teve problemas com o preenchimento desses quadros, já que, como já dito, havíamos praticado como preenche-los, para alguns – principalmente para aqueles que, como Mauro, já eram adultos quando tiveram o primeiro contato com a escrita – esses quadros continuavam se constituindo em verdadeiros enigmas. Era preciso simplificar esses instrumentos de registro de dados, de modo que eles cumprissem sua função sem, contudo, inviabilizar as pesquisas para as quais os professores estavam tão motivados. (MAHER, 2008, p. 421).

A autora esclarece que sua fala não tem relação alguma com a possibilidade de aquele ou outros professores poderem aprender a ler tabelas mas sim, de oferecer *conforto metodológico* para que aquela pesquisa pudesse se desenvolver, sem, no entanto, impedir que tal prática de letramento envolvendo a leitura e o preenchimento de tabelas pudesse

ir sendo desenvolvida em situações de menos estresse. Essas armadilhas metodológicas (CAVALCANTI 2006 *apud* MAHER, 2008, p. 422) nesse contexto de pesquisa com/em/por universos indígenas são de diversas ordens: além da questão sobre as práticas de letramento replicadas a partir de uma sociedade grafocêntrica, há questões que envolvem as categorizações clássicas das pesquisas como faixa etária, para a qual a determinação de que um indivíduo corresponda a criança ou adulto é êmica e não universal. É sob essa ótica que a pesquisadora argumenta em favor da descolonização de metodologias de pesquisa, compreendendo que é necessário desvincular a ideia do fazer sociolinguístico em pesquisa associado somente aos instrumentos clássicos dessa área de investigação, defesa da qual compartilhamos. Outra contribuição fundamental da autora para refletir sobre o instrumental teórico de diferentes realidades culturais é quanto à perspectiva de *local*. A afirmação de que o desenvolvimento de instrumentos metodológicos depende e precisa levar em conta uma ‘realidade local’ pode levar à compreensão equivocada desse local como homogêneo, como uma totalidade consensual, o que de fato nunca será. A solução, para a autora, consiste em:

É preciso, portanto, ter clareza que, com nossas pesquisas, o máximo que conseguiremos fazer, se tanto, é dar voz, é tornar inteligível uma, ou algumas, das perspectivas locais, como me dizem, com insistência, os dados com que venho trabalhando. (MAHER, 2008, p. 424)

Assim, fica clara a necessidade da formulação de diagnósticos sociolinguísticos em consonância com as especificidades do objeto e da comunidade linguística onde o estudo será realizado mas tendo claro que toda realidade é inerentemente heterogênea.

Em recente publicação de diagnóstico sociolinguístico do fá d’ambó, crioulo de base lexical portuguesa originário de Ano Bom (uma das províncias insulares da Guiné Equatorial) Morello define as atividades e objetivos de diagnósticos sociolinguísticos:

Do ponto de vista metodológico, o diagnóstico se estrutura em questões concebidas e ajustadas aos objetivos da pesquisa, as quais são apresentadas aos falantes por meio de questionários ou entrevistas individuais. Simultaneamente, observações pontuais *in loco* associadas a registros de variadas situações de interação ampliam o

quadro interpretativo, permitindo compor um panorama sociolinguístico o mais diversificado possível. Esse corpus finalmente é analisado de modo articulado. Tão relevantes quanto os resultados aferidos pelas respostas dos falantes são os fatos observados durante o trabalho, incorporados nas análises como informações processuais. (MORELLO, 2014, p. 61).

Assim, a constituição aprofundada, crítica e reflexiva sobre uma problemática envolvendo uma comunidade linguística ou situação de línguas em contato de que se compõem os diagnósticos sociolinguísticos configura-se, portanto, como um qualificado subsídio para a elaboração e implementação de políticas linguísticas adequadas à defesa de direitos linguísticos e à promoção da diversidade linguística.

Dentre os levantamentos linguísticos discutidos nesta tese, são os diagnósticos sociolinguísticos que possibilitam a construção de panoramas mais complexos e qualificados de situações envolvendo línguas em contato.

3.4 SÍNTESE

Compreender uma determinada problemática em um contexto de línguas em contato é o objeto de diagnósticos sociolinguísticos. O estabelecimento das problemáticas que orientam diagnósticos, como nos exemplos de levantamentos abordados, referem-se ao intento de acompanhamento de ações ou para a implementação de políticas públicas para a valorização ou promoção de uma língua ou da diversidade linguística de um local ou região.

Através de instrumentos de naturezas qualitativa e quantitativa, diagnósticos sociolinguísticos costumam aprofundar-se na compreensão de usos, atitudes e representações de sujeitos em uma determinada localidade onde haja coexistência e contato entre línguas. Esse tipo de levantamento ressignifica instrumentos e métodos tradicionais na busca pela compreensão de uma realidade sociolinguística e se constitui como um espaço profícuo para o desenvolvimento de novos instrumentos e procedimentos.

Como ilustram os exemplos apresentados, diagnósticos sociolinguísticos têm sido realizados mais frequentemente em contextos educacionais, sobretudo associados à implementação de propostas de educação bi ou plurilíngua. Nesses casos, além de apoiar a implementação

das políticas a que se relacionam, os diagnósticos também podem constituir-se em importante instrumento para a formação continuada e prática docente, no sentido de proporcionarem aos profissionais da educação o conhecimento de uma realidade de uso de línguas pelos seus discentes muitas vezes ignorada.

Cabe destacar também que, sendo a observação um dos eixos fundamentais de qualquer pesquisa de cunho social, é ela ao mesmo tempo método de geração de informações e subsídio para toda a execução de uma pesquisa, inclusive e principalmente para a formulação de metodologia do trabalho.

Quanto ao papel político-linguístico, assim como censos e inventários, os diagnósticos podem subsidiar tomadas de decisão pelos grupos de poder no que tange às línguas, sendo muitas vezes inclusive encomendados com essa finalidade. Mais do que apenas cumprir com esse objetivo, há uma outra face dos diagnósticos que é constitutiva desse tipo de investigação e que possibilita que, além de subsidiar tomadas de decisão para a efetivação de ações, o levantamento em si mesmo produza ou funcione como uma intervenção político-linguística. Diagnósticos sociolinguísticos embora nem sempre contenham essa perspectiva em seus resultados, configuram-se como um importante meio de conscientização linguística das comunidades e mobilização social em torno da promoção da diversidade linguística.

4 INVENTÁRIOS DE LÍNGUAS

4.1 INTRODUÇÃO

O maior diferencial da política de Inventário de Línguas, tal qual implementada em âmbito nacional através do Decreto n.º. 7.387/2010⁶⁰ que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL, em nosso entender, diz respeito ao *reconhecimento* das línguas existentes no país como referência cultural brasileira. O reconhecimento público de identidades e culturas, sobretudo de minorias estigmatizadas, tem se mostrado como uma necessidade fundamental e um desafio para as democracias ocidentais. No caso de minorias linguísticas no Brasil, a discussão e a implementação de ações nesse sentido são muito mais recentes do que outras políticas de igualdade, mas também fundamentais.

A defesa de uma política legítima de reconhecimento público das diferenças pelo poder público em contextos multiculturais é realizada por Taylor (1993) que analisa a possibilidade de sociedades democráticas reconhecerem a diversidade de identidades de que são constituídas. De acordo com o autor:

Cierto número de corrientes de la política contemporánea gira sobre la necesidad, y a veces la exigencia, de reconocimiento. Puede argüirse que dicha necesidad es una de las fuerzas que impelen a los movimientos nacionalistas en política. Y la exigencia aparece en primer plano, de muchas maneras, en la política actual, formulada en nombre de los grupos minoritarios o "subalternos", en algunas formas de feminismo y en lo que hoy se denomina la política del "multiculturalismo". En estos últimos casos, la exigencia de reconocimiento se vuelve apremiante debido a los supuestos nexos entre el reconocimiento y la identidad, donde este último término designa algo equivalente a la interpretación que hace una persona de quién es y de sus características definitorias fundamentales como ser humano. La tesis es que nuestra identidad se moldea en parte por el reconocimiento o por la falta de éste; a menudo, también, por el falso reconocimiento de otros, y así, un individuo o un grupo de personas puede sufrir un verdadero daño, una auténtica deformación si la gente o la sociedad que, lo rodean le muestran, como reflejo, un cuadro limitativo, o degradante o despreciable de sí

⁶⁰ O texto completo do decreto está disponível no Anexo 1 deste trabalho.

mismo. El falso reconocimiento o la falta de reconocimiento puede causar daño, puede ser una forma de opresión que aprisione a alguien en un modo de ser falso, deformado y reducido.⁶¹ (TAYLOR, 1993, p. 20-21)

A discussão de Taylor em “Multiculturalismo e a política do reconhecimento” engloba a relação próxima entre reconhecimento e identidade. Identidade é descrita pelo autor como a compreensão que o sujeito possui de si mesmo a partir da descoberta de sua própria diferença ou autenticidade. A associação entre reconhecimento e identidade tem, para Taylor a influência de um traço decisivo da condição humana: a dialogenicidade. O papel da linguagem nesse contexto é assim definido (id., p. 26):

Nos transformarnos en agentes humanos plenos, capaces de comprendernos a nosotros mismos y por tanto de definir nuestra identidad por medio de nuestra adquisición de enriquecedores lenguajes humanos para expresarnos. Para mis propósitos

⁶¹ *Tradução minha*: Certo número de correntes da política contemporânea gira sobre a necessidade, e às vezes a exigência, de reconhecimento. Pode-se argumentar que essa necessidade é uma das forças que impulsionam os movimentos nacionalistas na política. E a exigência é em primeiro plano, em muitos aspectos, na política atual, formulada em nome dos grupos minoritários ou "subalternos" em algumas formas de feminismo e no que hoje é chamado de “política do multiculturalismo”. Nesses dois últimos casos, a exigência de reconhecimento torna-se urgente por causa de supostos vínculos entre reconhecimento e identidade, onde esse último termo designa algo equivalente à interpretação de que uma pessoa faz de quem é de suas características definidoras fundamentais como um ser humano. A tese é que a nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento e em parte pela falta dele; muitas vezes, também, pelo falso reconhecimento dos outros, e assim, um indivíduo ou um grupo de pessoas pode sofrer danos reais, distorções reais se as pessoas ou a sociedade ao seu redor, se as pessoas ou a sociedade ao seu redor lhe mostrarem, como reflexo, um quadro limitador ou aviltante ou desprezível de si mesmo. O falso reconhecimento ou a falta de reconhecimento pode causar danos, pode ser uma forma de opressão que prende alguém em uma maneira de ser falsa, distorcida e reduzida.

sobre este punto, deseo valerme del término lenguaje en su sentido más flexible, que no sólo abarca las palabras que pronunciamos sino también otros modos de expresión con los cuales nos definimos, y entre los que se incluyen los “lenguajes” del arte, del gesto, del amor y similares. Pero aprendemos estos modos de expresión mediante nuestro intercambio con los demás. Las personas, por sí mismas, no adquieren los lenguajes necesarios para su autodefinición.⁶² (TAYLOR, 1993, p. 26).

Assim, é na relação dialógica com o outro que ocorre a conformação de uma identidade. Tal conformação, gerada internamente no indivíduo, atribui uma nova compreensão e importância ao reconhecimento para ele próprio. A identidade individual, assim, depende crucialmente das relações dialógicas com outros, assim como as identidades coletivas dependem da própria sociedade. E o reconhecimento, nesse quadro, configura-se como uma “necessidade humana vital” - e um direito humano -, tanto individualmente quanto coletivamente.

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística, INDL, instituído pelo Decreto nº. 7387 de 9 de dezembro de 2010, é o primeiro instrumento de reconhecimento público de línguas de ampla abrangência. A legislação nacional anterior operou com avanços consistentes em termos de direitos linguísticos ao longo dos anos mas com escopo de menor alcance em termos do reconhecimento da diversidade linguística constitutiva do país. Dentre as ações nessa direção, citamos a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que representou um marco por

⁶² *Tradução minha:* Nos tornarmos agentes humanos plenos, capazes de entender a nós mesmos e, portanto, de definir nossa identidade por meio da aquisição de línguas humanas que permitem nos expressar. Para os meus propósitos neste ponto, eu gostaria de aproveitar o termo linguagem em seu sentido mais flexível, abrangendo não só as palavras que falamos, mas também outras formas de expressão com a qual nós nos definimos, e entre os que se incluem são as “linguagens” da arte, do gesto, do amor e assim por diante. Mas aprendemos essas formas de expressão através do nosso intercâmbio com os outros. As pessoas, por si mesmas, não adquirem as linguagens necessárias para sua auto definição.

contemplar os direitos linguísticos e culturais das populações indígenas nos seus Artigos 210⁶³ e 231⁶⁴.

Assegurado o direito constitucional de as populações indígenas manterem suas culturas, línguas e tradições e de que suas línguas pudessem ser utilizadas, assim como seus processos de ensino e aprendizagem no sistema escolar, instituiu-se a possibilidade de sistemas educacionais próprios e diferenciados pautados na interculturalidade e na utilização das línguas indígenas. Assim, a legislação educacional que sucedeu a Constituição Federal passou a incorporar os direitos relacionados aos sistemas educacionais indígenas diferenciados, baseados, entre outros aspectos, no direito linguístico quanto ao funcionamento do sistema escolar nessas línguas, como se vê na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação. Essas ações, incluindo a garantia de direitos a partir da Constituição Federal, embora representem um marco muito importante, priorizaram apenas as línguas indígenas, privando dos mesmos benefícios as demais categorias linguísticas, como línguas de imigração, afro-brasileiras, crioulas, variedades do português e línguas de sinais.

Fora do escopo indígena, outra ação de reconhecimento público de língua em âmbito nacional se deu através da oficialização da Libras (língua brasileira de sinais), conforme determina a Lei n.º. 10.436 de 24 de abril de 2002 que atendeu a reivindicações históricas da comunidade surda e usuária dessa língua do Brasil.

Outras ações com abrangência em âmbitos municipal e estadual visando ao reconhecimento de línguas minoritárias foram sendo implementadas em todo o Brasil. Em 2002, por exemplo, ocorreu pela primeira vez a cooficialização de línguas em âmbito municipal, em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Foram cooficializadas as línguas baniwa, nheengatu e tukano ao lado do português, língua oficial da República Federativa do Brasil. Segundo Morello (2012b), essa primeira

⁶³ Art. 210: “§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

⁶⁴ “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

cooficialização abriu o precedente e inúmeros outros processos seguiram-se a esse sendo contabilizados até então 9 línguas cooficiais em 12 municípios.

Embora possamos relacionar as legislações mencionadas como fundamentais no campo nos direitos linguísticos, até a publicação da lei que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística não havia qualquer outra que privilegiasse não apenas uma língua ou categoria mas todas as demais línguas faladas em todo o território nacional, as quais são “portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 1º do Decreto INDL). Já no âmbito internacional, é importante destacar a existência e a relevância da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, aprovada na conclusão da Conferência Mundial sobre Direitos Linguísticos realizada de 06 a 09 de junho de 1996 em Barcelona, na Espanha, e divulgada a partir de então. Essa Declaração foi firmada pela UNESCO, pelo PEN (clube) e por diversas organizações não-governamentais, incluindo comunidades de falantes. Em seu texto, a Declaração afirma apoiar e se pautar nos documentos que a precederam, como a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” de 1948 e o “Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos”, de 16 de Dezembro de 1966 (artigo 27º), entre outros documentos e declarações. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos concebe nos itens 1 e 2 de seu Artigo 3.º:

1. Esta Declaração considera como direitos individuais inalienáveis que devem ser exercidos em todas as situações os seguintes:

- o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística;
- o direito ao uso da língua em privado e em público;
- o direito ao uso do próprio nome;
- o direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem;
- o direito a manter e desenvolver a própria cultura;
- e todos os outros direitos de caráter linguístico reconhecidos no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos de 16 de Dezembro de 1966 e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da mesma data.

2. Esta Declaração considera que os direitos coletivos dos grupos linguísticos podem incluir ainda, em acréscimo aos estabelecidos no número

anterior, e de acordo com as especificações do ponto 2 do artigo 2º:

- o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura;
- o direito a dispor de serviços culturais;
- o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação;
- o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas.

A tomada do direito linguístico como direito fundamental é uma compreensão que alguns juristas vêm adotando em âmbito nacional. Em artigo, o procurador Paulo Thadeu Gomes da Silva discute a temática a partir de um processo em que foi negado a indígenas testemunharem em sua língua num Júri, ao que o Ministério Público interferiu favoravelmente em relação aos indígenas⁶⁵. Para isso, Silva (2011) retoma os modelos que reconhecem o direito linguístico na legislação internacional:

De acordo com Xabier Arzoz há, na sociedade mundial, cinco modelos normativos que reconhecem direitos linguísticos: a) o modelo de direitos humanos; b) o antigo modelo de direitos das minorias; c) o novo modelo de direitos das minorias; d) o modelo dos povos indígenas; e) o modelo dos direitos oficiais de linguagem. No que interessa a este estudo, o modelo de direitos humanos significa a existência de norma na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da Organização das Nações Unidas, que

⁶⁵ Sobre o processo: “O Ministério Público Federal impetrou mandado de segurança contra a decisão do juízo singular que, em sessão plenária do Tribunal do Júri, indeferiu pedido do impetrante para que às testemunhas indígenas fosse feita a pergunta sobre em qual idioma elas se expressam melhor, restando incólume a decisão do mesmo juízo de perguntar a cada testemunha se ela se expressaria em português e, caso positiva a resposta, colher-se-ia o depoimento nesse idioma, sem prejuízo do auxílio do intérprete. O pedido de concessão de medida liminar foi indeferido e, após interposto agravo regimental pelo mesmo Órgão Ministerial, a Turma do TRF da 3ª Região, por unanimidade, desproveu o recurso”. (SILVA, 2011, p. 183)

provê um regime de tolerância linguística, garantia essa que não suporta direitos linguísticos de forma específica, i.e., protegem-se, imediatamente, outros direitos fundamentais, tais como direito de liberdade de expressão, de reunião, de associação, de privacidade e do devido processo legal, e apenas mediadamente o direito linguístico; já o modelo dos povos indígenas tem por base legal a Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho, que prevê a proteção, imediata, de direitos de desenvolvimento da personalidade, tais como oportunidade econômica, educação e saúde, e, mediadamente, de direitos linguísticos. (SILVA, 2011, p. 184-185).

No processo específico de que trata o Procurador em seu texto, o direito linguístico em questão, afirma o próprio, poderia ser enquadrado em dois dos modelos: tanto com relação à liberdade de expressão na própria língua quanto no direito do indivíduo indígena manifestar-se em sua língua em função de seu direito “ao desenvolvimento de sua personalidade”. No entanto, o Procurador ressalta que há ainda uma outra possibilidade que vai além das normas internacionais e dos próprios direitos humanos: o reconhecimento através da Constituição Federal de 1988 da *proteção* da língua indígena. O entendimento de Silva dessa proteção constitucional é amplo: incorpora a compreensão da própria cultura, composta das inter-relações pessoais realizadas por meio de uma língua e garante, portanto, seu uso como um direito fundamental.

O tipo de reconhecimento jurídico, além do processual em termos de legitimidade, que o Inventário Nacional da Diversidade Linguística proporciona, no modo como foi implementado, é o das línguas como *patrimônio imaterial*, ou, nos termos do próprio Decreto que o implementa: como “*referência cultural brasileira*” (Art. 1º). Do ponto de vista do patrimônio imaterial, o processo de reconhecimento de línguas remete ao *Registro do Patrimônio Imaterial*⁶⁶ (conforme Decreto n. 3551/2000) que é um instrumento jurídico semelhante em alguns aspectos ao INDL e que foi pioneiro para bens dessa natureza, inclusive foi através de pedidos de inclusão nesta política que toda a discussão para a construção do INDL foi iniciada, como discutiremos mais à frente. A

⁶⁶ Decreto n. 3551/2000 atende às demandas dos artigos constitucionais 215 e 216.

compreensão para o registro e reconhecimento de bens de natureza imaterial pelo IPHAN – que é o órgão responsável pela política – é muito recente: enquanto o tombamento de bens de natureza material vem sendo discutido desde a década de 1930⁶⁷, foi somente a partir da Constituição de 1888 se abriu o precedente para o abarcamento de bens imateriais na compreensão de patrimônio cultural. O Decreto nº. 3.551/2000 atendeu a essas demandas constitucionais e: a) instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; b) criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI); e c) consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Apenas no ano de 2004 o IPHAN passou a contar com um Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) para tratar das ações envolvendo a patrimonialização de bens culturais de natureza imaterial. Esse fato também contextualiza, em parte, a dificuldade de o Instituto lidar com os primeiros pedidos de reconhecimento de línguas que foram recebidos já a partir do ano de 2001.

O reconhecimento do patrimônio cultural imaterial que as línguas brasileiras compõem implica também no reconhecimento das próprias comunidades de falantes, afinal, línguas não existem em si mesmas e sim através e em função de pessoas que as utilizam. Reconhecer cada uma das línguas ainda vivas no Brasil, implica também, em reconhecer a diversidade linguística do país como um todo, o que conseqüentemente influencia na representação social do Brasil como um país multilíngue. Afirma o relatório do GTDL:

Reconhecem [os instrumentos no INDL em fase de construção] que nosso país é formado historicamente por várias comunidades lingüísticas, constituídas de cidadãos brasileiros que têm o direito a manterem e a desenvolverem sua herança lingüística e cultural, e contribuem para que o país continue sendo lar e abrigo de uma variada e rica parcela da experiência humana, plasmada no uso de mais de 200 línguas.(...) O Inventário Nacional da Diversidade Lingüística e o Livro de Registro das Línguas são a síntese de um percurso histórico de reconhecimento de direitos humanos que se inicia muito antes, como demonstra a exposição da evolução da legislação nacional e internacional. (IPHAN, 2007, p. 5).

⁶⁷ O IPHAN foi fundado em 1934.

Durante todo o percurso histórico até à conformação da política do INDL muitos trajetos e atuações se cruzam, como temos tentado demonstrar. Um papel decisivo na história dessa política foi e vem sendo desempenhado pelas comunidades linguísticas, as quais vem se organizando em torno do objetivo de reconhecimento público em âmbito nacional de suas línguas. Em 2001, a ASSAPROTABRAS – Associação dos Programadores de Rádio em Talian do Brasil, sediada em Erechim/RS enviou solicitação de inclusão da língua Talian na lista de bens imateriais da nação para o IPHAN, responsável pela condução daquela política de registro de bens imateriais. O pedido foi negado pela comissão que o analisou:

No entendimento da EMI⁶⁸, a língua funda e organiza a identidade de um grupo social, mas para que ela possa ser destacada como um item da cultura em si, torna-se necessária sua remissão aos indivíduos que a utilizam, a reproduzem e a atualizam, isto é, sua comunidade de falantes. Isto significa dizer que, em qualquer caso, a língua deve estar referida a um contexto cultural específico sendo sua relevância nacional aferida pela participação da população italiana que migrou e se estabeleceu no Brasil como coletividade participante na formação da nacionalidade. Como indicador de identidades, o Talian para se constituir em Patrimônio Cultural do Brasil seriam necessários, além de estudos de natureza antropológica e lingüística para uma adequada descrição e documentação dessa língua, a verificação de sua abrangência na formação da identidade brasileira. *Vale observar que a língua como categoria patrimonial, não está prevista em qualquer dos Livros de Registro. Isto se deve, por um lado, à dificuldade de apreensão, dada sua*

⁶⁸ De acordo com Garcia (2004, p.82) sigla corresponde à Equipe Multidisciplinar Interdepartamental (EMI), criada a partir da portaria n.º 52 de 04 de maio de 2001 a qual é “formada por servidores lotados em diferentes departamentos do IPHAN e encarregada de analisar e indicar instituições públicas ou privadas capazes de contribuir ou assumir a instrução técnica dos processos. É também atribuição da EMI a emissão de pareceres sobre a pertinência dos pleitos que chegam à instituição”.

complexidade e autonomia como campo de estudo e, por outro lado, à insuficiência dos instrumentos de descrição e documentação técnica disponíveis no momento. O Livro das Formas de Expressão (conforme o Decreto 3.551/2000) trata de linguagens, isto é, das expressões da cultura que atestam a comunicação e circulação dos produtos culturais em territórios específicos e sua difusão para fora dos grupos sociais de origem, a contextos culturais de abrangência nacional. Além disso, o requerimento solicitando o Registro da língua “Talian” não contém a documentação inicial prevista na Portaria n° 52 de 4 de maio de 2001. (Grifo meu) (EMI apud GARCIA, 2004, p. 84-85).

Quanto ao entendimento da política de patrimônio cultural até então estabelecida e a resistência em enquadrar línguas naquele modelo, explicita o relatório do GTDL (2007):

Embora o Decreto n. 3.551/2000 tenha focalizado os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares que concentram e reproduzem práticas culturais coletivas, estabeleceu a possibilidade de abertura de outros Livros de Registro para o reconhecimento patrimonial e a valorização de bens culturais que não pudessem ser abrigados nas categorias acima mencionadas. A questão do reconhecimento de línguas como patrimônio cultural constituiu uma preocupação da comissão e do grupo de trabalho criados em 1998 pelo Ministério da Cultura para propor formas de salvaguarda e valorização de bens culturais de natureza imaterial. Contudo, dúvidas relacionadas a aspectos conceituais e técnicos do Registro e do reconhecimento patrimonial de línguas, levaram o grupo a adiar a decisão de incluir a língua como uma categoria específica de bem cultural imaterial. Deixou-se, entretanto, aberta essa possibilidade ao se admitir a criação, como já mencionado, de novos livros de Registro. (IPHAN, 2007, p. 7).

Treze anos após o ofício de resposta do IPHAN para a Associação que fez o pedido citado anteriormente, no ano de 2014 o Talian finalmente foi reconhecido, assim como também Guarani Mbya e Asuriní do

Tocantins⁶⁹. O reconhecimento não se concretizou sob o instrumento que se pleiteava, mas através do INDL, construído especialmente para dar conta das especificidades de um reconhecimento de patrimônio imaterial de natureza linguística. Para que o processo avançasse, no entanto, foram necessárias muita mobilização e negociação.

Em 2004, uma ação fundamental nesse processo de mobilização ocorreu: o IPOL (MORELLO, 2013) encaminhou uma petição à Comissão de Educação e Cultura do Congresso Nacional solicitando a abertura de um Livro de Registro das Línguas Brasileiras, no mesmo modelo que havia sido implementado pelo Decreto n.º 3551/2000 para bens de natureza imaterial. Tal pedido foi encaminhado pela Comissão de Educação e Cultura para o IPHAN e, após trâmites institucionais, no ano de 2006 foi realizado um seminário legislativo para a discussão da relevância social da política (Ibid.). Sobre o referido Seminário:

O Seminário sobre a Criação do Livro das Línguas, que aconteceu entre 7 e 9 de março de 2006, foi realizado como tentativa de iniciar um diálogo entre representantes de seis línguas faladas no Brasil, comunidade acadêmica, especialistas em políticas linguísticas e técnicos dos Ministérios da Cultura e da Educação, além de parlamentares interessados no assunto. Sob forte influência do IPOL, que liderou (teórica e politicamente) a organização do evento, o Seminário foi conduzido pelo conceito de “línguas brasileiras” e teve como propósitos aprimorar a formulação de políticas públicas na área linguística, equiparar a existência da língua a um direito, discutir parâmetros políticos para a ação institucional no campo do patrimônio linguístico e reivindicar critérios técnicos para o registro das línguas como patrimônio da nação (Iphan, 2006b). Como assinalou Susana Grillo Guimarães, representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC) em sua participação no evento, o

⁶⁹ Fonte: Iphan. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18682&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>

Seminário marcou como a questão da pluralidade linguística no Brasil vem passando por uma reavaliação e reconceitualização. (CARDOSO, 2010, p.44).

Ao final do evento foi instituído o GTDL – Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística. Esse grupo, interinstitucional e interministerial reuniu-se de 2006 a 2010 e foi o responsável por discutir a viabilidade de uma política de reconhecimento / patrimonialização de línguas, bem como sugestões para sua implementação. Entre as atividades realizadas pelo GTDL estiveram (IPHAN, 2007): levantamento de informações, estudos e legislações sobre as línguas que compõem a diversidade linguística brasileira; definição e implementação de ações estratégicas como a interlocução com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para inclusão de identificação de línguas faladas no território nacional no Censo Demográfico de 2010; além da formulação de elementos estruturais para a política do INDL, como a proposta metodológica em si e a elaboração de mecanismos legais para instituir a política, com a proposição de uma minuta para o Decreto Presidencial para criação do INDL; entre outros.

O GTDL foi formado por representantes de diversos órgãos públicos (Câmara dos Deputados, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), da sociedade civil (IPOL) e a UNESCO (IPHAN, 2007). Ao final de quatro anos de trabalho, o encaminhamento do GTDL foi a criação de um instrumento específico de reconhecimento do patrimônio linguístico em vez da inclusão das línguas na política de registro de outros bens de natureza imaterial. Dentre diversas dúvidas concernentes à inclusão de línguas nos processos de Registro do Patrimônio Imaterial e que conduziram à criação de um novo instrumento estava o problema colocado pelo princípio da seletividade para o patrimônio cultural que não se aplicaria à diversidade linguística.

Refiro-me aqui ao dilema existente entre diversidade cultural e identidade nacional ou, em outras palavras, entre a inclusão/democratização e a lógica seletiva/exclusiva das políticas de patrimônio cultural que, no caso das línguas, quando comparado aos outros tipos de “bens culturais”, parece ficar mais evidente. (CARDOSO, 2010, p.9).

Com a proposta elaborada pelo GTDL foram realizados 8 projetos-piloto⁷⁰ através de editais públicos entre 2010 e 2012:

1. Levantamento Sócio-linguístico e Documentação da Língua e das Tradições Culturais das Comunidades Indígenas Nahukwa e Matipu do Alto-Xingu;
2. Inventário da Língua Guarani-Mbyá;
3. Inventário da Língua Ayuru;
4. A Língua Asuriní do Tocantins: projeto-piloto para a metodologia geral do INDL;
5. A Libras no Nordeste: um levantamento linguístico das variantes usadas nas comunidades de surdos de João Pessoa-PB e Recife-PE;
6. Para um Inventário da Língua Juruna;
7. Inventário da Diversidade Cultural da Imigração Italiana: o talian e a culinária;
8. Levantamento Etnolinguístico de Comunidades Afro-brasileiras: Minas Gerais e Pará.

Após a realização desses projetos, coube ao IPHAN sistematizar as contribuições dos pilotos e propor a consolidação da metodologia, ação realizada através de consultorias especializadas. Tive a oportunidade de compor essa equipe de consultores na revisão das propostas durante o período de maio de 2013 a abril de 2014. Outros consultores participaram antes, concomitantemente após essa colaboração ao projeto que resultará na publicação de um manual metodológico do INDL, atualmente no prelo.

Até este ponto, procuramos elaborar um histórico de ações e movimentos que culminaram na criação do INDL. Ressaltamos até aqui também, a questão do reconhecimento das línguas na política no Inventário Nacional da Diversidade Linguística por identificarmos neste valor seu diferencial em relação a outras ações envolvendo a promoção de idiomas minoritários e também em função de estender um tipo de reconhecimento à todas as línguas brasileiras. A ação dessa política, no entanto, compreende, além do reconhecimento também *identificação*, *documentação* e *valorização* das línguas, conforme prevê o Art. 1º do Decreto que o implementa. Na seção 3.3 abordaremos brevemente, a partir da proposta preliminar do GTDL, algumas das características

⁷⁰ Fonte: Portal do IPHAN.

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15772&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

metodológicas desse tipo de instrumento de valorização e promoção de línguas minoritárias.

Em termos metodológicos do INDL, na sequência temporal das discussões deste Capítulo, abrem-se duas discussões distintas: uma diz respeito à organização do conhecimento sobre a diversidade linguística no Brasil que a política implementa a partir da criação de uma tipologia que contempla, pela primeira vez, não apenas um grupo de línguas mas todas as coexistentes no país. Essa organização tipológica poderá subsidiar outras políticas públicas que visem a garantia de direitos linguísticos. Em seguida, na seção 3.3, abordamos aspectos metodológicos internos ao INDL com relação a sua aplicação por grupos de pesquisa que visem o reconhecimento de uma ou mais línguas.

4.2 INDL: PROPOSTA DE UMA TIPOLOGIA OU CATEGORIZAÇÃO DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS DO BRASIL

Nesta seção apresentamos uma das contribuições metodológicas do INDL para o campo das pesquisas e políticas linguísticas no Brasil: uma tipologia da diversidade linguística brasileira proposta pelo GTDL.

Algumas das línguas que compõem a diversidade linguística nacional, é verdade, tem características semelhantes: mesma classificação genética, coexistem num mesmo território, tem o mesmo *status* institucional, entre outras. Embora haja essas coincidências, o que prevalece é a heterogeneidade de situações, de funções, de graus de vitalidade, etc. entre todas as línguas hoje vivas no país.

Esclarecemos que uma tipologia sociolinguística é um modelo subjetivo criado para facilitar a compreensão de um rol de itens, um meio científico para a avaliação de situações plurilíngues, geralmente visando uma proposta de intervenção sobre essas situações. Sendo assim, são muito variadas as possibilidades de organização das situações plurilíngues. Calvet (2006) sobre isso argumenta:

Furthermore, these languages fall into different types: they can be classed from a **genetic point of view** into language families (indo-European, Semitic, Bantu, etc.), **from a functional point of view** (pidgins, creoles, vehicular languages, major world languages, etc.), **from a formal point of view** (isolating, inflected, agglutinative languages, etc.), **and from an institutional point of view** (regional, national and official languages, working

languages in international organizations, etc.).⁷¹
(Grifos meus) (CALVET, 2006, p.1).

No INDL, uma organização tipológica das línguas hoje vivas no Brasil é relevante porque possibilita ganhos para gestão de futuros inventários e também pode instrumentalizar, como já dissemos, a implementação de outras políticas linguísticas para promoção e valorização dessa diversidade.

Historicamente, as primeiras tentativas de equacionar situações plurilíngues preocupavam-se, sobretudo, com as possibilidades de intervenção sobre as línguas. Revisitando as produções, sobretudo na área de Sociolinguística, verifica-se que uma das primeiras tentativas de organização de uma tipologia plurilíngue foi a de Charles Ferguson no clássico artigo *Diglossia*, de 1960. Neste trabalho, o autor cunha o termo *diglossia*, o qual é amplamente utilizado desde então nos trabalhos de línguas em contato e diz respeito ao uso funcional distinto de variedades ou línguas diferentes⁷². Além disso, esse autor (*apud* CALVET 2007) propôs a distinção entre três categorias de línguas (*majoritárias, minoritárias e línguas de status especial*), cinco tipos de línguas (*vernácula, padrão, clássica, pidgin, crioula*) e sete funções (*gregária, oficial, veicular, língua de ensino, de religião, língua internacional, língua objeto de ensino*), o que permitia a Ferguson colocar situações plurilíngues “em equação”, como a do Paraguai: 3 L = 2 Lmaj (So, Vg) + 0 L min + 1 Lspec (Cr).⁷³

⁷¹Tradução nossa: Além disso, essas línguas pertencem a diferentes tipos: podem ser classificadas a partir de **um ponto de vista genético** em famílias de línguas (Indo-européia, Semita, Bantu, etc), a partir de **um ponto de vista funcional** (pidgins, crioulos, línguas veiculares, principais idiomas do mundo, etc), a partir de **um ponto de vista formal** (isoladas, flexionadas, línguas aglutinantes, etc) e, a partir de **um ponto de vista institucional** (regional, nacional e as línguas oficiais, línguas de trabalho em organizações internacionais, etc).

⁷² A aplicação do termo à línguas diferentes e não apenas variedades de uma mesma língua é atribuída a Fishman (*apud* Calvet 2004).

⁷³ Leitura da fórmula: “no Paraguai há 3 línguas (3 L), duas línguas majoritárias (2 Lmaj), uma padronizada, oficial: o castelhano (So); outra vernácula, gregária:

A partir de Ferguson, outros autores trabalharam em tipologias de situações plurilíngues, como William Stewart (*Ibid.*) que publicou outra proposta⁷⁴ de abordagem das tipologias de situações plurilíngues, levando em conta quatro atributos (*padronização, autonomia, historicidade e vitalidade*), cuja combinação de presença (+) ou ausência (-) permitia definir sete tipos de línguas: padrão, clássica, artificial, vernácula e dialeto. Além disso, Stewart acrescentou mais três funções às sete propostas por Ferguson (*provincial, capital e literária*) e dividiu as línguas de um país em seis classes, de acordo com o percentual de população falante da língua num país: falada por mais de 75% da população corresponderia à classe 1; mais de 50% à classe 2; mais de 25% à classe 3; mais de 10% à classe 4; mais de 5% à classe 5 e língua falada por menos de 5% da população corresponderia à classe 6.

A falta de precisão em alguns dos atributos elaborados por Stewart causaram muitas críticas à sua proposta tipológica, o mesmo que ocorreu com as tipologias de situações sociolinguísticas propostas por Fasold⁷⁵ (1984) e Chaudenson (1990)⁷⁶ (*Ibid.*).

Em um trabalho⁷⁷ de 1984, Ralph Fasold retoma os trabalhos de Ferguson e Stewart e trata da questão através de uma nova abordagem, considerando que, para assumir determinada função, uma dada língua precisa possuir determinados atributos. O ponto de vista foi resumido no seguinte quadro (*Ibid.*, p. 46-47):

Quadro 3: Atributos linguísticos elaborados por Fasold para construção de tipologia linguística.

o guarani (Vg), nenhuma língua minoritária (0 Lmin) e uma língua especial, clássica, religiosa: o latim (1 Lspec Cr).” (CALVET, 2007, p. 40).

⁷⁴ William Stewart, “An Outline of Linguistic Typology for Describing Multilingualism”, in *Study on the Role of Second Languages in Asia, Africa and Latin America*. Washington: 1962.

⁷⁵ Ralph Fasold, *The Sociolinguistics of Society*. London: Blackwell, 1984.

⁷⁶ Robert Chaudenson, *La francophonie: représentations, réalités, perspectives*. Aix-en-Provence: Institut d'études creoles et francophones, 1991. (*apud* CALVET, 2007, p. 49).

⁷⁷ Ralph Fasold, *The Sociolinguistics of Society*. London: Blackwell, 1984.

	Atributos sociolinguísticos requeridos
Oficial	1 – <u>padronização</u> 2 – utilizada corretamente por certo número de cidadãos escolarizados
Nacionalista	1 – símbolo de <u>identidade</u> nacional para uma parte importante da população 2 – amplamente utilizada na comunicação cotidiana 3 – ampla e frequentemente falada no país 4 – <u>sem alternativa maior</u> no país para a mesma função 5 – aceitável como símbolo de autenticidade 6 – <u>ligada a um passado glorioso</u>
de grupo	1 – utilizada por todos na conversação cotidiana 2 – <u>considerada pelos falantes como unificando-os e distinguindo-os dos demais</u>
Veicular	1 – considerada como “adquirível” por, pelo menos, uma minoria do país
internacional	1 – presente na lista das “línguas internacionais potenciais”
Escolar	1 – <u>padronização igual ou maior do que a língua dos alunos</u>
Religiosa	1 – clássica

Fonte: CALVET, 2007.

A proposta de Fasold também recebe críticas, sobretudo quanto à natureza dos atributos, no entanto, a noção de cruzamento entre esses e as funções de línguas mostra-se bastante pertinente para a construção de tipologias. Além de Fasold, merece destaque, ainda, nesta revisão das tipologias de situações plurilíngues, o trabalho de Chaudenson⁷⁸ que desenvolveu um instrumento de medida e comparação do *status* e *corpus* da língua francesa nos países da francofonia, instrumento que pode ser aplicado para qualquer língua. Considerando o *status* num sentido clássico e o *corpus* como o volume de produção linguística realizado na língua e a natureza da competência linguística dos falantes, Chaudenson elaborou um modo de cotação complexo, levando em conta o *status* (oficialidade, usos institucionalizados, educação, meios de comunicação de massa e setor secundário e terciário privados); *corpus* (apropriação linguística, vernacularidade, vernacularização versus veicularidade e

⁷⁸ Robert Chaudenson, *La francophonie: représentations, réalités, perspectives*. Aix-en-Provence: Institut d'études creoles et francophones, 1991. *Apud* Calvet 2007, p. 49.

veicularização, tipos de competências e produção e exposição linguísticas) como entradas.

Calvet (2007) propõe outra utilização para a grade de Chaudenson: em vez de considerar *um país em relação a uma língua* (como fez Chaudenson), leva em conta *as línguas em relação a um país*. Para isso, considera três critérios para cada língua: 1) seu grau de uso (percentual de falantes no país considerado – item *corpus* para Chaudenson); 2) seu grau de reconhecimento (grau de oficialidade da língua – item *status* para Chaudenson) e 3) seu grau de funcionalidade (as possibilidades que a língua tem de preencher as funções destinadas a ela – aproxima-se dos atributos/funções de Fasold).

No Brasil, a diversidade linguística não foi objeto de muitas construções de tipologias. A quantidade de línguas indígenas estimada no Brasil é de 247, segundo o Censo realizado pelo IBGE em 2010 e há diversas possibilidades de subcategorizações dessas línguas autóctones. Tem recebido atenção de especialistas da linguística, sobretudo, a organização dessa informação sob dois critérios: genético e em graus de vitalidade. Moore (2011) realiza um cruzamento desses critérios e apresenta essa subdivisão genética em dois *troncos linguísticos* (Macro-Jê e Tupí) e em *famílias linguísticas*, as quais ele subdivide em grandes, de tamanho médio e menores. Nas grandes estão contempladas (em ordem alfabética): as famílias Aruák, Karíb, Páno e Tukáno; dentre aquelas consideradas de tamanho médio estão Arawá, Katukína, Makú, Nambikwára, Txapakúra e Yanomámi e entre as menores estão Bóra, Guaikurú e Múra. Além disso, explicita o fato de haver no Brasil sete línguas consideradas isoladas, isto é, não são conhecidas como sendo afiliadas a outras. Moore identifica as línguas em perigo com *status* “urgente”, mas há diversas outras possibilidades de organização do critério de vitalidade das línguas sendo utilizados hoje por base de dados. A sistematização da UNESCO sobre os tipos de situações de línguas em ameaça é a mais comumente utilizada. As categorias dessa tipologia⁷⁹ são: *vulnerable*⁸⁰, *definitely endangered*, *severely endangered*, *critically endangered* e *extinct*.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/languages-atlas/index.php>
Acesso em 29 de agosto de 2013.

⁸⁰ Tradução nossa: vulnerável, definitivamente em perigo, severamente ameaçada, criticamente em perigo e extinta.

Ainda assim, todas essas tipologias referem-se e são comumente utilizadas para tratar somente de línguas autóctones. Mas é possível elaborar uma tipologia coerente que contemple línguas de naturezas e realidades sócio-históricas tão distintas? Há critérios “universais” para uma tentativa de equipará-las? Faz sentido, por exemplo, pensar em grau de vitalidade para todas as línguas que compõem o universo sociolinguístico brasileiro? Nossa hipótese é a de que os critérios variam enormemente e que uma proposta ideal de tipologia é a que proponha um arranjo de funções que sejam pertinentes ao INDL, como se consolidou na proposta do GTDL, o qual é o único modelo de organização da diversidade linguística do Brasil disponível para todas as línguas até o momento. Levando em conta a diversidade linguística do Brasil, o GTDL propôs categorias *histórico-sociológicas* objetivando a realização de inventários linguísticos:

As línguas faladas no Brasil são classificadas em cinco categorias histórico-sociológicas, **de acordo com sua origem histórica e cultural e sua natureza semiótica**. Podem ser:

- Indígenas
- de comunidades Afro-Brasileiras
- de Imigração
- de Sinais
- Crioulas
- Língua Portuguesa e suas variações dialetais (IPHAN, 2007, p. 17).

O referido Grupo propôs, ainda, que no conjunto das línguas indígenas se distinguíssem as ações necessárias a duas situações: a das línguas ameaçadas e próximas à extinção e a das línguas de grande população e extensão territorial (MORELLO, 2013). O modelo do GTDL, assim como outros modelos tipológicos, apresenta uma mescla de categorias que pode gerar algumas incompreensões: a língua de sinais Urubu Kaapor seria considerada uma língua indígena ou de sinais? Prevaleceria a classificação autóctone ou a semiótica para fins de execução de um inventário? Do mesmo modo, o Crioulo Karipuna seria considerado crioulo ou língua indígena?

Essa dificuldade não é uma exclusividade da tipologia elaborada pelo GTDL: cada modelo tipológico de plurilinguismo - em geral elaborados para organizar uma política linguística -, contempla alguns aspectos e permanece distante de poder esgotar o que conviria saber para

implementar uma ação de fomento, promoção de línguas ou da diversidade linguística. Após analisar diferentes modelos tipológicos para o plurilinguismo, Calvet (2007) conclui que para elaborar um modelo capaz de integrar a complexidade de todas as situações de línguas seria importante considerar fatores, dentre os quais lista os seguintes:

1. Dados quantitativos: quantas línguas e quantos falantes para cada uma delas.
2. Dados jurídicos: *status* das línguas em contato, reconhecidas ou não pela Constituição, utilizadas ou não na mídia, no ensino, etc.
3. Dados funcionais: línguas veiculares (e sua taxa de veicularidade), línguas transnacionais (faladas em diferentes países fronteiriços); línguas gregárias, línguas de uso religioso, etc.
4. Dados diacrônicos: expansão das línguas, taxa de transmissão de uma geração a outra, etc.
5. Dados simbólicos: prestígio das línguas em contato, sentimentos linguísticos, estratégias de comunicação, etc.
6. Dados conflituais: tipos de relações entre as línguas, complementaridade funcional ou concorrência, etc. (CALVET, 2007, p. 58).

No caso das informações existentes sobre a diversidade linguística brasileira, os três primeiros fatores apontados pelo autor são aqueles disponíveis, ainda que com dados muitas vezes imprecisos, para a elaboração de um modelo tipológico próprio do plurilinguismo nacional. O INDL a partir de suas próprias bases de dados, no futuro, poderá propor tipologias que levem em conta mais fatores e que representem um panorama mais preciso da diversidade linguística brasileira e, com isso, tornar mais visível as demandas por políticas públicas e garantia de direitos linguísticos as minorias que a compõem.

4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS INTERNOS

Na parte introdutória deste capítulo discutimos um aspecto diferenciador da política vinculada ao INDL: o reconhecimento de línguas como referência cultural brasileira. O reconhecimento - enquanto necessidade de consideração e inclusão em uma política desse porte - é contínuo, ocorre durante todo o processo de realização de um inventário. Já o reconhecimento público, formal e jurídico é previsto para ocorrer

com a titulação de uma ou mais línguas ao final dos processos de pesquisa.

Antes da titulação dessas línguas enquanto patrimônio imaterial, no entanto, faz-se necessário todo um percurso de *conhecimento* e *documentação* que ofereçam um retrato da situação atual da língua e da comunidade linguística de referência. Esse percurso decorre da própria definição do instrumento de *inventário*: para essa política. Pactuou-se ainda no âmbito do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística - GTDL que a promoção de ações de reconhecimento e salvaguarda da diversidade linguística brasileira requeriam, antes de tudo, *conhecer* as realidades das línguas hoje vivas no país (IPHAN, 2007). Nesse fato reside um dos principais motivos para a escolha do instrumento inventário para a política em vez da criação de um Livro de Registro das Línguas, como anteriormente à criação do GTDL se propunha. A criação de um Livro dessa natureza ficou indicada pelo referido Grupo de Trabalho como um desdobramento futuro a ser avaliado em função do critério de seletividade com que opera, ou seja, possui um caráter menos universal e não contemplaria toda a diversidade linguística do país do mesmo modo que uma política de inventário possibilita fazer.

Assim, no âmbito dessa política, *inventariar* significa documentar (ainda que não à exaustão) uma língua com vistas à preservação de sua memória. A composição de um banco de dados do plurilinguismo nacional como o que proporciona(rá) o INDL traz uma contribuição importante para os diversos tipos de estudos, sobretudo acadêmicos, que dizem respeito à compreensão dos modos de funcionamento dessas línguas. Entretanto, compreendemos que o maior benefício da composição desses bancos de dados é revertido para as próprias comunidades linguísticas que alcançarão outro nível de visibilidade, inclusive política. Desse modo, acreditamos que seja no reconhecimento processual dessas línguas e das comunidades linguísticas que está o maior potencial da política, a qual poderá fundar e/ou garantir a abertura para novos direitos linguísticos a essas minorias.

Como mencionamos anteriormente, o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística – GTDL (2006-2010) elaborou uma proposta metodológica preliminar publicada em 2007 que visava instrumentalizar a realização dos projetos-piloto para o INDL. Essa proposta foi testada pelos projetos-piloto entre 2008 e 2010, processo sobre o qual analisa:

Parecendo reunir, portanto, conceitos e metodologias diferentes e bastante específicos, advindos dos campos da descrição linguística,

sociolinguística e documentação linguística, e carecendo ainda de uma definição precisa do termo (e objeto) que lhe é central, o INDL foi pré-lançado por meio de chamadas públicas para a execução de projetos piloto para testá-lo. Além de permitir a consolidação da metodologia e indicar uma estimativa de custos e prazos adequados à execução dos futuros inventários a serem posterior e amplamente implementados, a ideia seria que esses pilotos pudessem ainda servir para a divulgação da inédita iniciativa. (CARDOSO, 2010, p. 104).

Em dezembro de 2010 foi publicado o Decreto n.º 7387/2010 que, ao instituir o INDL, também criou as condições para outras ações de promoção e fomento para a diversidade linguística que vão além do próprio instrumento do inventário. A esse conjunto de possibilidades, o Iphan – órgão que tem assumido a responsabilidade pela condução da política⁸¹ – vem correntemente denominando de *Política da Diversidade Linguística*. Com o pressuposto de promover ações para a preservação de todos os idiomas falados no país, incluindo aqueles que não foram contemplados no instrumento do INDL, como o português e suas variedades, a Política é mais ampla e incorpora o próprio INDL em seu guarda-chuva. Segundo a publicação do Guia de Aplicação do INDL (atualmente no prelo), essa política possui duas linhas de atuação: *Reconhecimento* e *Apoio e Fomento*. A segunda linha ainda não possui ações específicas e está em fase de formulação. Já a primeira diz respeito à “à inclusão de uma língua no Inventário Nacional de Diversidade Linguística – INDL, em atendimento ao Decreto n.º 7.387/2010, com o objetivo de reconhecer a língua como *Referência Cultural Brasileira*” (IPHAN, 2014).

Assim, o INDL e o reconhecimento que esse acarreta seriam instrumentos dessa política que prevê ainda a construção de outros tipos de ações. A produção de conhecimentos sobre as línguas e as

⁸¹ No Decreto que institui o INDL a responsabilidade por esse instrumento é compartilhada por cinco ministérios: Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

comunidades linguísticas de referência é o elemento principal que norteia não apenas o INDL mas toda a política em seu sentido mais amplo.

Embora não contivesse em si instruções detalhadas de métodos e procedimentos para a geração de informações sobre as línguas a inventariar, a proposta do INDL constitui-se como uma metodologia no sentido da definição dos conteúdos que se fariam necessários para a documentação mínima que consistiria em um inventário linguístico. O escopo proposto pelo GTDL organizou-se, portanto, como uma metodologia ao eleger os tipos de informações necessários para a composição de inventários de línguas. Autointitulada como *proposta metodológica*, a publicação do GTDL já continha a explicitação de que seria necessária uma revisão e complementação de suas informações em um manual após realização dos pilotos. Previa, também, a elaboração de um formulário que pudesse receber os dados das pesquisas. No relatório:

No que toca ao levantamento de dados, entende-se que, como sua implementação será descentralizada, inclusive integrando pesquisas já realizadas e experiências já acumuladas por pessoas e instituições, será necessário definir um padrão metodológico contendo as referências para adaptação dos procedimentos de campo às diversas situações encontráveis e em conformidade com o contexto linguístico investigado. (IPHAN, 2007, p. 10).

A negociação e pactuação de um escopo com as informações necessárias a um inventário no GTDL foi alvo de muitas divergências até chegar ao formato publicado (CARDOSO, 2010), tendo em vista as posições e marcos conceituais bastante diversos entre os membros especialistas que participaram do Grupo de Trabalho. Assim, o GTDL definiu um escopo metodológico que deveria, ao final dos processos de pesquisa, estar refletido em um formulário com o preenchimento dos seguintes requisitos para cada uma das línguas:

Escopo geral do Inventário

O Inventário apresenta o formulário único que será usado para a apresentação dos dados, e que será preenchido, através de diferentes metodologias, para cada uma das línguas inventariadas. Esse formulário é composto das seguintes seções:

I. Apresentação

- II. Introdução
 - III. Identificação da língua
 - IV. Demografia
 - V. Caracterização lingüística e histórico-cultural
 - VI. Distribuição geográfica
 - VII. Usos na sociedade
 - VIII. Ações sobre a língua
 - IX. Literatura oral e escrita
 - X. Produção Audiovisual
 - XI. Estudos sobre a língua
 - XII. Acervo
- (IPHAN, 2007, p. 17).

Cada um dos doze itens do escopo é apresentado brevemente na proposta metodológica do GTDL, indicando o tipo de dado esperado dos inventários. Não são feitas indicações, no entanto, de procedimentos e métodos específicos para os levantamentos da maior parte dos conteúdos requisitados.

Para o primeiro item, *apresentação*, é sugerida a descrição da equipe responsável pelo inventário além de outros temas contextualizadores da pesquisa, como da metodologia utilizada para geração de dados. Em *introdução*, sugere-se que sejam contempladas informações sobre o desenvolvimento do trabalho, incluindo descrições das fases de investigação, desafios encontrados e soluções desenvolvidos pela equipe executora do inventário, além de sugestões para futuras pesquisas de mesmo porte. O terceiro item, *identificação da língua*, contempla denominações, classificações e estatuto da língua inventariada. Para o atendimento do item *demografia*, são esperados dados populacionais do número de falantes, da transmissão intergeracional e dos graus de proficiência dos falantes, além de outras análises cabíveis e adequadas julgadas pela equipe de pesquisa. São contemplados itens como a classificação genética, composição dialetal, grau de distanciamento em relação a outras variedades linguísticas, deslocamento histórico sobre o território, situação de contato com outras línguas e intervenções que a afetaram no quinto item do escopo proposto pelo GTDL, intitulado *caracterização linguística e histórico cultural*. Já o sexto item, *distribuição geográfica*, solicita informações sobre a localização territorial de falantes a partir da construção de mapas, realizando cruzamentos com outras informações sobre usos linguísticos, como graus de proficiência, por exemplo. Em *usos na sociedade* são esperadas descrições de contextos e modalidades de uso, tanto em situações cotidianas quanto em usos e formas especiais (como

ritualísticos, por exemplo). O levantamento de ações jurídicas, educacionais e culturais, além da situação de escrita e seus usos para uma língua estão contemplados no item oito, *ações sobre a língua*. Os itens nove e dez requerem, respectivamente, informações sobre a *literatura oral e escrita e produção audiovisual na língua*. No item dez é proposto um levantamento bibliográfico com destaque para os principais *estudos sobre a língua* inventariada. Por último, o item *acervo* contempla os seguintes subprodutos para um inventário: a) lista de duzentas palavras-padrão na língua; b) amostra de listas de palavras escritas; c) amostras de textos escritos por falantes membros da comunidade linguística e d) filmes retratando usos conversacionais (diálogos com mínimo de 3 minutos).

A proposição desse escopo metodológico, segundo informa o próprio relatório do GTDL, tinha como critérios básicos a *qualidade e comparabilidade* de informações, sem perder do foco a heterogeneidade de contextos e línguas. Parte desses pressupostos não se concretizaram com os projetos-piloto, como discutiremos brevemente a seguir.

Com a testagem da proposta pelos projetos-piloto foram constatadas dificuldades de diferentes níveis, tanto pelas equipes de pesquisa quanto pelo órgão responsável por acolher tais investigações com o intuito de consolidar uma proposta metodológica a partir dessas experiências.

Por parte das pesquisas, vale lembrar que foram oito os projeto-piloto realizados no âmbito do INDL que se utilizaram desse escopo. Tive a oportunidade de integrar a equipe do IPOL que realizou o Inventário da Língua Guarani Mbya e também de tomar contato com os resultados gerados por todos os demais projetos durante a mencionada consultoria ao IPHAN, na seção a seguir discutiremos alguns elementos desse projeto em específico.

4.4 O INVENTÁRIO PILOTO DO GUARANI MBYA, LÍNGUA INDÍGENA DE GRANDE POPULAÇÃO E EXTENSÃO TERRITORIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Para tratar brevemente do tipo de dificuldade encontrada na utilização do escopo proposto pelo GTDL, aproveitamos a experiência com o projeto Inventário da Língua Guarani Mbya - ILG para discorrer

sobre alguns aspectos desses desafios⁸². O referido projeto foi aprovado em edital do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) do Ministério da Justiça do Governo Federal em 2009 e foi executado pelo IPOL em parceria com outras instituições e lideranças Guarani. Contemplando sessenta e nove comunidades Guarani Mbya de seis Estados das regiões Sul e Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) o projeto produziu grande quantidade de informações sobre os usos e diversos outros aspectos da língua Guarani Mbya, além de onze mapas temáticos, nove filmes em curta-metragem com depoimentos de falantes legendados na língua de referência e em português, 21 listas de palavras com análise de trações de variação geográfica e sociogeracional, arquivo de imagens da pesquisa e acervo na / sobre a língua em questão. Os resultados do ILG demonstraram alto grau de vitalidade dessa língua indígena de grande população e extensão territorial, revelando, entre outros, a presença massiva da língua Guarani Mbya nos lares das aldeias visitadas (98%) e o seu alto grau de transmissão intergeracional (98%).

As dificuldades com a metodologia inicialmente proposta pelo GTDL foram de diferentes naturezas para o ILG. Em termos da pesquisa, muitos dos elementos do escopo não se mostraram aplicáveis ou significativos para a língua Guarani Mbya, uma língua indígena de grande população e extensão territorial, como tentaremos explicitar a seguir. Por vezes essa inadequação dizia respeito a um tipo de investigação que não se mostrava culturalmente adequada entre os Guarani [vide discussão sobre descolonização de métodos e instrumentos de pesquisa no Capítulo 2], em outras as inadequações correspondiam aos temas do escopo que se mostraram inviáveis em termos de execução para o levantamento detalhado em cada uma das 69 aldeias visitadas. Houve ainda dificuldades relacionadas à parte dos conteúdos do escopo que continham levantamento de documentação voltados às línguas em situação de desaparecimento que não é o caso do Guarani que possui alto grau de vitalidade e que requer uma documentação diferenciada.

⁸² Cabe ressaltar que os desafios não foram apenas de natureza metodológica mas também, e principalmente, relacionados aos instrumentos de gestão de um projeto aprovado via edital. Aqui nos restringimos aos desafios metodológicos, ainda que os desafios de execução influenciem direta e indiretamente os trabalhos de pesquisa.

Como exemplo de um desafio que diz respeito às especificidades culturais, destacamos que alguns tipos de indicadores da vitalidade linguística, tal qual a investigação de proficiência entre os falantes de Guarani Mbya, mostraram-se inócuos. Na compreensão de muitos dos Guarani o pertencimento à etnia (autoidentificação) já denota a proficiência na língua, não sendo necessário (ou adequado) explorar níveis de proficiência de outros modos.

No caso de subprodutos requeridos no escopo proposto pelo GTDL, algumas adequações também se fizeram necessárias, como no caso da lista com 200 palavras padrão na língua. Esse tipo de material possui grande importância em se tratando de línguas em situação de vulnerabilidade ou desaparecimento. No caso da língua Guarani Mbya, que possui alto grau de vitalidade, a gravação de uma única lista constituiu-se como uma atividade inócua. A adaptação necessária neste caso foi a gravação de não apenas uma mas sim de 21 listas procurando detectar variações fonético-fonológicas e lexicais da língua de referência de modo a tornar o subproduto significativo à documentação da língua. Essa, contudo, foi uma definição interna ao projeto e certamente a escolha por essa apresentação diferenciou-se da realizada pelos demais projetos-piloto para listas de palavras.

Assim, não apenas no caso do Guarani Mbya mas de todos os demais projetos-piloto, houve campos que não se aplicaram ou precisaram ser revistos para dar conta das especificidades das línguas e dos projetos, rompendo justamente com um dos critérios mais importantes ao formulário: a comparabilidade das informações.

A consequência da ressignificação dos campos acarretou as dificuldades que mencionamos no âmbito do órgão gestor da política: a apresentação das pesquisas ocorreu de modo muito heterogêneo. Contando apenas com o escopo e sem uma proposta de formulário⁸³ com informações mínimas necessárias, cada projeto-piloto desenvolveu um formulário próprio, o que inviabilizou parcialmente a comparabilidade mínima de informação dos projetos.

A partir desse quadro com os resultados de execução dos projetos-piloto, iniciou-se uma nova fase de estudos e reelaborações da

⁸³ O relatório do GTDL infere que a organização do escopo poderia funcionar como o próprio formulário, entretanto, com os projetos-piloto verificou-se que houve muita heterogeneidade no modo de preenchimento dessas informações

política e da metodologia do INDL procurando incorporar soluções. O novo guia para a realização de inventários linguísticos, do qual tive a oportunidade de participar em um momento da elaboração, ainda não foi publicado mas intenta prover um detalhamento maior do escopo, sugestões de métodos e procedimentos de pesquisa para os diferentes contextos, além da consolidação de um formulário unificado para receber informações levantadas em cada uma das pesquisas. O material intenta funcionar, portanto, como um guia orientado para a inclusão de línguas no INDL tanto para a produção de conhecimentos novos, através de pesquisas de campo e afins, como para a sistematização de estudos já realizados sobre diferentes línguas produzidos em contextos variados.

Em vias de ser publicado, não exploramos nesta discussão as novas orientações do Guia de Aplicação do INDL por considerar que, em sua maioria, contempla detalhamentos de aspectos que já estavam contidos na proposta do GTDL, além do fato que o material ainda está em processo de readequação e revisões. Cabe salientar, no entanto, que o material inaugurará uma nova fase da política que além do reconhecimento, proporcionará um conjunto de informações sobre as línguas faladas no Brasil que, em um panorama ideal, poderá funcionar como catalisadora de ações pelos grupos de poder visando a promoção e salvaguarda da diversidade linguística nacional.

4.5 SÍNTESE

Documentar e reconhecer a diversidade linguística brasileira são os principais eixos que norteiam a recente política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

O reconhecimento está presente de duas formas: tanto contempla o reconhecimento jurídico através da titulação de uma língua como referência cultural brasileira ao final das etapas de pesquisa, quanto também ocorre enquanto processo de legitimação e visibilidade de cada uma das línguas e das comunidades linguísticas envolvidas durante todo o percurso não apenas de um projeto de inventário, mas da construção e implementação da própria política do INDL.

A documentação, subsídio requerido para o reconhecimento formal, também contribui para o conhecimento e reconhecimento de cada uma das línguas, à medida em que evidencia para as próprias comunidades linguísticas e para a sociedade civil em geral a formação multilíngue do país. Através dessas ações coordenadas é que direitos linguísticos poderão ser desdobrados e fundados novos precedentes, a

exemplo do que ocorreu com a Constituição Federal de 1988 ao garantir, pela primeira vez, direitos associados aos idiomas autóctones do país.

5 OBSERVATÓRIOS LINGUÍSTICOS

5.1 INTRODUÇÃO

O uso do termo *observatório* está em expansão nos últimos anos: com uma simples busca na internet encontram-se muitos e variados resultados de diferentes tipos de observatórios (autointitulados ou não), isto é, de espaços para o acompanhamento ou monitoramento de um setor ou de temáticas específicas (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006). Observatório da imprensa, de favelas, de metrópoles, de segurança viária, jovem, da educação, quilombola, do clima e do *crack* são só alguns dos muitos títulos relacionados em uma busca simples. Utilizado para o monitoramento de questões tão diversas, o desenvolvimento de observatórios tem passado, também, a ser considerado para as questões que envolvem a promoção de línguas e da diversidade linguística. Já existe uma quantidade considerável de observatórios linguísticos em implementação ou funcionamento como o “Observatório da Língua Alsaciana” ou o “Observatório Europeu do Plurilinguismo”. No Brasil, as duas únicas iniciativas localizadas de observatórios que contemplam a questão linguística são o OLEEI – Observatório Linguístico da Educação Escolar Indígena – e o OBEDF – Observatório da Educação na Fronteira –, projetos, aliás, os quais tive a oportunidade de integrar. Essas experiências, embora não tenham sido realizadas com o objetivo de produção desta tese, estão refletidas neste texto. Quanto ao foco linguístico, ambos os observatórios nacionais apresentam em seus

objetivos acompanhar e analisar o *panorama lingüístico* das instituições escolares nas áreas e contextos específicos delimitados por cada um.

Os significados atribuídos a observatórios, sobretudo em função da heterogeneidade de temáticas, são variáveis, mas aqui adotamos Maiorano:

Son organismos auxiliares, colegiados y de integración plural que deben facilitar una mejor información a la opinión pública y propiciar la toma de acciones concretas por parte de las autoridades responsables. En este sentido, se constituyen en instituciones que refuerzan la democracia y la práctica de los derechos y las libertades, promoviendo de este modo el acercamiento de los ciudadanos a los que ostentan legítima y legalmente el poder.⁸⁴ (MAIORANO, 2003, p. 2).

Assim, os observatórios embora não sejam em si mesmos um tipo de levantamento lingüístico como os demais contemplados nesta tese, possuem uma outra característica em comum com os demais objetos abordados neste trabalho: todos – censo, diagnóstico, inventário e observatório – podem funcionar como instrumento para a tomada de decisões pelos grupos de poder no que concerne à implementação de políticas lingüísticas. Parece ser o observatório, no entanto, o instrumento em que essa finalidade é mais considerada: a maior parte de seus mecanismos são já construídos e organizados com o objetivo de proporcionar leituras e compreensões de um fato ou fenômeno para subsidiar políticas públicas. Além disso, um observatório lingüístico pode ser o espaço de acolhimento, sistematização e disponibilização das informações geradas por todos os tipos de pesquisa arrolados. Os objetivos de um observatório em geral contemplam:

⁸⁴ Tradução minha: “São organizações auxiliares, colegiados e integrados de modo plural que devem facilitar o acesso público a informações de qualidade e promover tomadas de decisões concretas por parte das autoridades responsáveis. Nesse sentido, constituem-se como instituições que reforçam a democracia e a prática de direitos e liberdades, promovendo, assim, a aproximação dos cidadãos com aqueles que detêm o poder legal e legitimamente”.

a) recopilação e elaboração de bases de dados; b) metodologias para codificar, classificar e categorizar informações; c) conexão entre pessoas e organizações que trabalham em áreas similares; d) aplicações específicas de novas ferramentas técnicas; e) análise de tendências/publicações. (PNUD-Panamá *apud* ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006, p. 2).

São grandes e desafiadoras as potencialidades para um observatório linguístico, portanto. Maiorano (2003) vê os observatórios constituídos através do poder público ou de entidades da sociedade civil como instrumentos capazes de contribuir para o fortalecimento das instituições daquela região ou país. A observação sobre o modo de funcionamento dessas ferramentas parece demonstrar que seu alcance e influência vão muito além desse fortalecimento, como se evidencia nos exemplos discutidos mais à frente.

Quanto à origem do termo observatório, relacionam-se, frequentemente, os modelos hoje disponíveis com o astronômico desenvolvido nos séculos XVIII e XIX. Esse tipo de observatório, juntamente ao climatológico, geológico e meteorológico são os precursores quanto ao uso do termo e a designação está associada a um espaço para a investigação e o estudo de fenômenos ou eventos terrestres ou celestes. Outra etapa do desenvolvimento da noção de observatórios ocorre segundo autores como Beuttenmuller (2007) a partir da primeira metade do século XX nos Estados Unidos, com o desenvolvimento de observatórios ou estações de campo as quais realizavam levantamentos de dados e análises nas áreas de ciências naturais ou aplicadas. Posteriormente, ainda nos Estados Unidos, teriam sido iniciados grupos de pesquisa acadêmica focados no ambiente urbano e que consolidaram durante a década de 1970 o *National League of Cities: Urban Observatory Program* (*Ibid.*, p. 56), projeto que ampliou o registro de dados das ciências naturais e aplicadas para as ciências sociais. O conceito de observatório, portanto, foi sendo ampliado e associado com novas áreas do conhecimento ao longo das últimas décadas. A analogia do observatório astronômico com o conceito ressignificado do mecanismo é cabível, embora a noção própria do espaço ou local em que se materialize tenha se modificado: um observatório linguístico, social, de imprensa ou outro dos modelos contemporâneos pode (e costuma) existir mesmo sem possuir espaço físico, mas apenas virtual em sítios na internet. O desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação, portanto,

foram decisivos para o desenvolvimento dos novos modelos de observatório hoje disponíveis: a utilização dessas novas tecnologias e mecanismos proporcionaram o melhoramento de muitos processos envolvendo a ‘observação’. Sobre a ressignificação do termo observatório e as atividades relacionadas, afirma:

(...) o termo [observatório] sofreu uma expansão recente de seu significado ou de seu campo semântico desde sua atribuição original aos observatórios astronômicos. Essa mudança ocorreu em âmbito internacional, incorporando-se rapidamente ao vocabulário de instituições multilaterais, como as Nações Unidas. Assim, com relação às suas atividades, os observatórios locais de políticas públicas têm sido recentemente associados aos esforços de várias agências das Nações Unidas no sentido de organizar informações relacionadas aos seus vários focos de interesse. Nesse contexto, aparecem como centros articuladores dos atores sociais reunidos em torno de um tema ou política específica, funcionando como centro de referência e difusor de análises (muitas vezes inovadoras) sobre os temas relacionados. (BEUTTENMULLER, 2007, p. 57).

Quanto às atividades desenvolvidas pelos observatórios contemporâneos, Albornoz e Herschmann (2006) criam uma tipologia e dividem em dois grupos os modelos que analisam em seu trabalho⁸⁵: “observatório fiscal” ou fiscalizador e “observatório *think tank*”. O primeiro grupo conceberia esses mecanismos como “espaços articuladores da cidadania a partir do qual pode-se monitorar o funcionamento dos meios de comunicação” (p. 5) enquanto os do tipo “*think tank*”⁸⁶ são considerados organismos que contribuem para a

⁸⁵ O autor trata de observatórios de informação, comunicação e cultura.

⁸⁶ “As think tanks são organizações ou instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas sobretudo em assuntos sobre os quais pessoas comuns

formulação de políticas públicas através de suas intervenções e reflexões. A especificidade do observatório fiscal é a de acompanhar e fiscalizar a conduta [no caso abordado por Alborno e Herschmann da mídia] e denunciar irregularidades, ou seja, funcionam como ouvidorias, recebendo, encaminhando e acompanhando denúncias. Dentre os observatórios linguísticos analisados nesta tese, a maior parte parece assemelhar-se com o modelo *think tank*, organismos com a capacidade e possibilidade de intervir na formulação e implementação de políticas públicas. Sobre esse modelo de observatório, ainda esclarecem:

Este tipo de observatório pretende articular as suas pesquisas e intervenções com a elaboração de políticas públicas, através da construção de diagnósticos, avaliando o comportamento de um ou mais setores e/ou planejamento de projetos. Para a implementação dessas atividades, os coordenadores desses organismos dispõem de indicadores e ferramentas metodológicas, de caráter quantitativo e qualitativo. Em geral, este tipo de observatório está inserido na própria estrutura do aparato estatal e, portanto, é financiado com recursos públicos. (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2007, p. 7).

Embora em menor quantidade, há também entre as análises realizadas para esta tese observatórios linguísticos fiscalizadores, que recebem e/ou encaminham denúncias envolvendo o descumprimento de direitos linguísticos nos países em que há legislação correspondente. Há, ainda, alguns observatórios que parecem combinar as abordagens fiscal e *think tank*. Essas possibilidades serão exploradas em maior detalhe mais à frente, a partir dos exemplos de observatórios linguísticos internacionais selecionados para análise.

As transformações da sociedade ao longo das últimas décadas têm ampliado a busca dos grupos sociais e dos Estados por transparência nas ações e pela democratização da informação em direção ao ideal das democracias representativas. As premissas de transparência e acesso à informação estão presentes nos modernos observatórios sociais (BEUTTENMULLER, 2013), os quais vem se desenvolvendo como

não encontram facilmente base para análises de forma objetiva. ”. Fonte: Wikipedia.

mecanismos institucionais (governamentais ou da sociedade civil) para acompanhamento e controle de políticas e ações. A seguir discutiremos como essas e outras características têm sido enunciadas e implementadas a partir da análise de observatórios linguísticos em funcionamento.

5.2 ANÁLISE DE OBSERVATÓRIOS

A seguir discutimos modelos de observatórios linguísticos em dois contextos: nacional e internacionalmente. Dividimos a discussão entre os dois contextos em função das diferenças de construção e execução dos mecanismos nos dois âmbitos, já que no caso dos exemplos brasileiros, os observatórios atendem à uma política específica e apresentam características diferenciadas dos modelos internacionais contemplados.

5.2.1 Contexto brasileiro

Os observatórios linguísticos analisados nesta pesquisa incluem nove mecanismos em funcionamento em âmbito internacional e duas experiências vinculadas a projetos em âmbito nacional, OBEDF e OLEEI. Esses dois últimos, foram propostos e implementados a partir de projetos de pesquisa financiados pela CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no contexto Programa Observatório da Educação (POE)⁸⁷.

O Programa Observatório da Educação foi criado a partir do Decreto n.º 5.803 de 8 de junho de 2006, como projeto de fomento de estudos e pesquisas educacionais sob a responsabilidade da CAPES e do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

⁸⁷ Há um Observatório da Educação disponível na internet que não se relaciona diretamente com o Programas implementado por CAPES/INEP. Trata-se de uma iniciativa da ONG Ação Educativa que reúne e disponibiliza informações sobre a educação no Brasil, e tem, entre os seus objetivos: “subsidiar os meios de comunicação, agentes educacionais e movimentos sociais na promoção da educação como direito humano”. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/> Acesso em 15 de outubro de 2014.

Teixeira. O objetivo⁸⁸ divulgado do Programa inclui utilizar a infraestrutura disponível nas Instituições de Ensino Superior – IES e as bases de dados disponíveis no INEP, tais quais os dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), entre outros. O Programa prevê a abertura de editais convidando a comunidade acadêmica a inscrever projetos de estudos e pesquisas na área de educação e que envolvam estudantes dos diferentes níveis (graduação, mestrado e doutorado) das IES. Assim, o Programa explicita como objetivos⁸⁹: criar, ampliar e fortalecer os programas de pós-graduação na área de educação das Universidades, assim como a pesquisa interdisciplinar na área, a formação de recursos humanos como de futuros gestores educacionais, a formação continuada a professores, além de possibilitar ou criar meios para o diálogo entre as instituições escolares, os gestores educacionais e o meio acadêmico. Ou seja, as ações indicadas no e pelo Programa refletem a observação e acompanhamento dos aspectos educacionais *pelo* Estado e esse é um contraste quanto ao uso do termo observatório por outras experiências. Em geral, como mencionamos anteriormente, esse tipo de mecanismo tem em suas premissas a transparência e a democratização da informação para todos os níveis: ou seja, a divulgação para o Estado (e os tomadores de decisão) mas também para a sociedade civil. No nosso entender, o Programa se beneficiaria de diferentes modos se além de fomentar as pesquisas na área educacional as sistematizasse (advindas dos vários projetos) e disponibilizasse novamente às comunidades interessadas e à sociedade em geral, inclusive para poder atender com os objetivos de formação de professores e gestores educacionais. Foi implementada recentemente uma iniciativa que pretende preencher essa lacuna: a criação do “Portal Comunidades⁹⁰” pela CAPES com o objetivo de funcionar como um *repositório* das produções realizadas no âmbito dos Programas da Instituição, incluindo o Programa Observatório da Educação. Ainda não é possível avaliar a iniciativa porque permanece recebendo o cadastro das atividades e dos grupos de pesquisa. A proposta de um espaço para abrigar as produções certamente

⁸⁸ Fonte: CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/observatorio-da-educacao> Acesso em 26 de setembro de 2014.

⁸⁹ Fonte: INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao/finalidades> Acesso em 26 de setembro de 2014.

⁹⁰ Fonte: CAPES. Disponível em: <http://comunidades.capes.gov.br/home/sobre>

é de extrema importância, contudo, espera-se que sejam implementados modos de interlocução entre as produções das equipes e, mais do que isso, que se possibilite a intervenção e a participação agentiva de novos atores além de pesquisadores universitários. Sobre a disponibilização de informações para os estados e a sociedade civil:

Ao longo desse processo ocorrido nos últimos 20 anos, o objetivo principal dos observatórios tem sido produzir e disponibilizar informações e análises sobre as políticas locais aos atores sociais e cidadãos. No caso dos observatórios da sociedade civil, a disseminação de informações está voltada aos atores sociais das camadas populares da sociedade (compostos essencialmente pelas lideranças de movimentos sociais), na perspectiva de sua qualificação quanto o domínio de informações técnicas, específicas às políticas setoriais e informações sobre o funcionamento do aparelho do Estado, essenciais para ações de controle social e participação destes atores nas esferas públicas. No caso dos observatórios governamentais seu objetivo é dar maior transparência às ações relacionadas às políticas. Estes observatórios possuem um caráter diferenciado daqueles localizados na sociedade civil, em que a informação e as análises disponibilizadas pretendem ser alternativas às informações governamentais. Nos observatórios governamentais, por outro lado, as informações sobre as políticas assumem caráter de prestação de contas à sociedade. (BEUTTENMULLER, 2007, p. 14).

A cada novo edital do Programa Observatório da Educação são disponibilizados aos proponentes os eixos, objetivos, resultados esperados e outras informações pertinentes à elaboração de projetos. Quanto à divulgação dos resultados, é feita a menção sem especificar o modo como cada projeto pode ou deve realizar o intento. O Edital n.º

49/2012 CAPES/INEP⁹¹ traz como um dos objetivos específicos (p. 2): “divulgar a produção e os resultados encontrados, compartilhando conhecimento e boas práticas e integrando a pesquisa à dinâmica da Universidade e dos sistemas públicos de educação básica”.

Responsabilizados pela divulgação, mas sem contar com a orientação específica do Programa, cada um dos projetos tem sido construído e organizado seguindo lógicas adequadas aos contextos, no entanto, há aqueles que incorporam por conta própria as perspectivas de formação de redes e disponibilização de informações para os tomadores de decisão, comunidade implicada e a sociedade civil. É o caso dos projetos correspondentes ao OLEEI e OBEDF.

O Subprojeto "Observatório Linguístico da Educação Escolar Indígena do Território Etnoeducacional Leste", vinculado ao Projeto Interinstitucional (UFMG / UFSJ / UFSC / UniRio) "Práticas de interculturalidade, plurilinguismo e aprendizagem nas propostas de formação de professores e nas escolas indígenas: explorando perspectivas transdisciplinares" teve vigência de 2010 a 2012 e relacionou entre seus objetivos fornecer insumos para o trabalho da Mesa Gestora do Território Etnoeducacional⁹² Leste que, por incluir os Guarani Mbya do Espírito Santo, obriga a interação com o Território Etno-Educacional Guarani Mbya, que abrange seis estados do Brasil. Essa proposta de arranjo da Educação Escolar Indígena em Territórios Etnoeducacionais (TEEs) pelo Ministério da Educação (MEC) objetiva melhorar a gestão desta modalidade de educação. Entretanto, a constituição desses Territórios está em negociação e pactuação desde a publicação do Decreto n.º 6861 de 27 de maio de 2009. Segundo notícia da Comissão Nacional de Educação Indígena: “há previsão de 41 TEEs em diferentes etapas do processo de implementação, sendo que apenas 60% (24 TEEs) já estão pactuados”. Durante a vigência do OLEEI (e até o momento), no entanto, o Território Etnoeducacional Leste não foi implementado, o que inviabilizou o objetivo de fornecer insumos para a tomada de decisões envolvendo a Educação Escolar Indígena para essa instância. Aqui se coloca outro

⁹¹ Fonte: CAPES. Disponível em:

http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_049_ObservatorioEducao_2012.pdf Acesso em 10 de outubro de 2014.

⁹²Fonte:<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7563> Acesso em: 25 de outubro de 2014.

desafio para os projetos realizados no âmbito do Programa Observatório da Educação (INEP/CAPES) e para os demais observatórios que incorporarem o mesmo objetivo: identificar quem são os tomadores de decisão nas diversas instâncias responsáveis por diferentes políticas para uma mesma área, como a educação escolar indígena. Embora produzidos em parceria com INEP e CAPES, seria cabível que o Ministério da Educação participasse do acompanhamento e da divulgação de resultados dos projetos elaborados no âmbito do POE. Além do Ministério, diversas outras parcerias com os poderes públicos estaduais e municipais representariam ganhos importantes ao Programa e a toda a cadeia que se beneficia dele.

A legislação referente à implementação da educação bilíngue no Brasil é vinculada, inicialmente, somente à educação escolar indígena e encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394 de 1996). Com relação à educação intercultural bilíngue indígena, um de seus objetivos é assegurar às comunidades indígenas a utilização de suas línguas, direito previsto na Constituição Brasileira de 1988. Entretanto, para além de assegurar o uso, é necessário observar o desenvolvimento destas línguas a partir de sua escolarização bilíngue. Esta foi a temática do Observatório Linguístico da Educação Escolar Indígena no Território Etnoeducacional Leste (OLEEI).

Para cumprir com o objetivo, as atividades realizadas pela equipe do subprojeto OLEEI (bolsistas indígena, de graduação, pós-graduação e coordenação) constituíram-se cinco frentes distintas de trabalho, que se interrelacionaram para alcançar os objetivos propostos pelo subprojeto, o único dentre todos os projetos aprovados pela Capes até aquele Edital a tratar de questões linguísticas atreladas à Educação Indígena. Os eixos contemplaram: 1) teorização sobre outros observatórios linguísticos⁹³; 2) levantamento de informações sobre a língua Guaraní Mbyá nas bases de dados do INEP; 3) sistematização de legislação sobre a língua Guaraní nos países onde é falada; 4) observatório de trabalhos acadêmicos apontando o que tratam de língua e 5) pesquisa etnográfica em aldeias para observação de como ocorre o ensino bilíngue nas escolas.

⁹³ As pesquisas realizadas no âmbito do OLEEI pelos pesquisadores de graduação Henrique Poll e Érica Fiod que assumiram essa frente em diferentes momentos subsidiaram nossa reflexão sobre os modelos de observatórios linguísticos internacionais.

Quanto à divulgação das informações geradas, em outubro de 2012 foi realizado um seminário de encerramento do subprojeto OLEEI em que foram discutidas com lideranças e professores indígenas, especialistas, equipe e convidados especiais, as pesquisas realizadas no âmbito do Observatório, sobretudo quanto às políticas linguísticas e ações que amparam e promovem a língua Guarani, principalmente no âmbito da Educação Escolar Indígena. O evento teve o objetivo, também, de incorporar as análises e discussões propostas naquela oportunidade ao modelo proposto para o Observatório Linguístico. O observatório não se consolidou, portanto, como um mecanismo disponível ao acesso público (uma página na internet, por exemplo) em função do fim da vigência com CAPES/INEP e por não contar com outras possibilidades de financiamento. Esse representa outro desafio enfrentado pelos observatórios construídos no âmbito do POE: a limitação de vigência dos projetos. Como as propostas são escolhidas através de editais, todos têm prazo de execução determinada (de um a dois anos, em geral) e a continuidade de suas ações não tem garantia de financiamento, isso faz com que os projetos sejam encerrados ao fim da vigência das parcerias e a divulgação, em geral, restringe-se ao âmbito acadêmico e à comunidade-alvo do trabalho. Sem financiamento contínuo, inviabilizam-se os propósitos ideais de funcionamento de um observatório que contemplam, como já mencionamos, o acompanhamento sistemático de algum contexto ou objeto e a disponibilização dessa informação para tomadores de decisão e para a sociedade civil.

O Observatório da Educação na Fronteira – OBEDF (Edital 038/2010/CAPES/INEP – POE) constituiu-se como um projeto⁹⁴ para promover pesquisas sobre o Ensino Fundamental em contextos plurilíngues e multiculturais como o da fronteira e a qualificação de seu corpo docente. Foi desenvolvido em rede cooperativa pelas Instituições Públicas de Ensino Superior: Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir/Campus Guajará-Mirim e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; e em parceria com as Escolas de Ensino Fundamental: Escola Municipal Maria Ligia Borges Garcia e Escola Polo Municipal Ramiro Noronha em Ponta Porã (MS), Escola Estadual Ensino Fundamental Durvalina Estilbem de Oliveira e Escola Municipal de

⁹⁴ Fonte: Blog do OBEDF. Disponível em: <http://obedf2010.blogspot.com.br/p/o-observatorio.html> Acesso em: 10 de outubro de 2014.

Educação Infantil e de Ensino Fundamental Floriza Bouez em Guajará Mirim (RO), e Escola Municipal de Ensino Fundamental Bela Flor em Epitaciolândia (AC).

O OBEDF articulou duas ações principais com o objetivo de consolidar um “panorama qualificado sobre a situação linguística em escolas da fronteira, observando seu reflexo sobre os processos de aprendizagem, notadamente, da língua portuguesa pelo aluno de séries iniciais”. Essas ações contemplaram: a) acompanhamento contínuo e sistemático de aulas nas séries iniciais nas cinco escolas contempladas com a finalidade de compreender, principalmente, o ensino da língua portuguesa e de aquisição da escrita pelos educandos num contexto sociolinguístico que abrange alunos cuja língua materna não seja o português; b) realização de um diagnóstico sociolinguístico com a finalidade de compreender a circulação das línguas nas instituições escolares e o perfil linguístico dos estudantes. O OBEDF beneficiou-se de pesquisadores advindos de outras experiências de acompanhamento educacional em zonas de fronteira, o PEIBF (vide discussão sobre diagnósticos no Capítulo 2). Segundo Sagaz:

O Projeto OBEDF foi proposto por um grupo de pesquisadores advindos da experiência de assessoria ao PEIBF e trouxe para os estudos sobre educação na fronteira contribuições importantes²¹. As experiências do PEIBF e do OBEDF possibilitaram a reflexão sobre distintas possibilidades de educação bilíngue. (SAGAZ, 2013a, p. 91).

Uma diferença importante nos formatos de execução do projeto entre OLEEI e OBEDF diz respeito ao fato de que o segundo incorporou quinze agentes de educação (professores e coordenadores) como pesquisadores-bolsistas do projeto durante toda a sua vigência e envolveu as instituições escolares na parceria enquanto o OLEEI pode contar com apenas uma pesquisadora indígena e em um período menor da execução. CAPES/INEP incluíram de um edital a outro, a possibilidade de ampliar a participação de membros da comunidade-alvo no processo de pesquisa, o que no nosso ponto de vista é muito positivo. Garantir a participação da comunidade-alvo na construção de um observatório, em nossa opinião, é fator primordial para que a sociedade se aproprie do mecanismo e das informações que o mesmo disponibilizar. No caso do OBEDF, as duas ações articuladas mencionadas contemplam um investimento na

formação dos professores, que participando do processo, cumpriram com esse objetivo.

Em termos de divulgação, ao longo da vigência do OBEDF, foram realizados três seminários: dois de acompanhamento e um de encerramento do projeto com os objetivos de reunir todos os membros da equipe, compartilhar experiências e discutir os desafios e resultados das pesquisas. Ao final do III Seminário, realizado em maio de 2013, foi produzida a “Carta do OBEDF”⁹⁵, documento enviado às autoridades educacionais visando contribuir para uma proposta de ensino contextualizada, plurilíngue, culturalmente diversificada e de acordo com as especificidades do contexto fronteiriço. Além disso, o projeto construiu e manteve um *blog* na internet que, além de trazer informações sobre as ações dentro do projeto, organiza e disponibiliza informações e notícias de relevância para a educação em contextos fronteiriços. Apesar do fim da vigência do projeto, o *blog* permanece sendo atualizado com essas informações e notícias. Além disso, foram organizadas três publicações com os resultados do projeto e que estão em vias de ser lançadas: a) uma publicação com os resultados dos diagnósticos sociolinguísticos; b) uma publicação contendo mapas linguísticos para uso pedagógico pelos professores e c) uma publicação com artigos e estudos dos membros da equipe do Observatório a respeito de desafios e perspectivas para as escolas em zonas de fronteira no que concerne às políticas linguísticas em contextos plurilíngues.

Os dois exemplos pioneiros de observatórios linguísticos em âmbito nacional, portanto, oferecem subsídios para o debate quanto ao desenvolvimento de mecanismos semelhantes que contemplem diferentes aspectos de uma ou várias das línguas que compõem a diversidade linguística brasileira. Diante dos desafios implicados na política do Programa do Observatório da Educação, que compreendeu essas duas experiências, identificamos a necessidade de flexibilização e ampliação da política, de modo a garantir meios para a continuidade dos projetos. Fora do âmbito desta política, há inúmeras outras possibilidades de construção e manutenção desses mecanismos dos quais novas experiências nacionais poderiam se desenvolver. A análise dos

⁹⁵ Disponível no Blog do OBEDF:

<http://obedf2010.blogspot.com.br/search/label/III%20Semin%C3%A1rio%20OBEDF> Acesso em 27 de outubro de 2014.

observatórios linguísticos de outros países permitirá compor esse cenário de possibilidades.

5.2.2 Contexto internacional

Nesta seção exploraremos algumas características do funcionamento de observatórios linguísticos em âmbito internacional. Os exemplos que discutimos nesta seção foram selecionados a partir de um estudo preliminar de observatórios linguísticos realizado pela equipe do OLEEI⁹⁶ que contemplou em um de seus eixos de trabalho a análise de outras experiências para a construção de sua proposta. Valemo-nos desse levantamento inicial para realizar nossas análises.

Delimitamos um grupo de nove mecanismos em funcionamento, dos quais selecionamos os seguintes aspectos para a discussão: temática, objetivos, origem, financiamento, ações desenvolvidas, além da atuação específica como instrumentalizadores para tomadas de decisão ou fiscalizadores de direitos linguísticos.

Quanto ao objeto, os observatórios internacionais analisados variam entre contemplar uma única língua (e há os que a consideram apenas em um contexto, como os direitos linguísticos para uma língua) ou a diversidade linguística como um todo de uma determinada área ou território. A seguir, sintetizamos a temática e os objetivos expressos de cada um deles:

1. *Observatório da língua portuguesa*⁹⁷: focaliza a promoção da língua portuguesa (sobretudo da perspectiva de Portugal e Brasil) como língua internacional através de divulgação de informações; do estabelecimento de redes de parcerias e da possibilidade de instrumentalizar a formulação de políticas linguísticas que colaborem na afirmação da língua portuguesa como “língua estratégica de comunicação internacional”.

⁹⁶ Pesquisadores Henrique Poll e Érica Maciel Fiod atuaram nesta frente em duas fases distintas do trabalho.

⁹⁷ Disponível em: www.observatorio-lp.sapo.pt/

2. *L'OLCA - L'Office pour la Langue et la Culture d'Alsace [Observatório da língua alsaciana]*⁹⁸: concentra-se na promoção da identidade regional da Alsácia (ao leste da França), juntamente as suas especificidades linguísticas e culturais. A ação se concentra no apoio às políticas específicas implementadas na região da Alsácia.

3. *Portalingua – Observatório das línguas na sociedade do conhecimento (barômetro Calvet das línguas do mundo)*⁹⁹: compreende informações sobre o *comportamento* das línguas do mundo na sociedade do conhecimento (ciberespaço, ciências, tecnologias, organizações internacionais, tradução, etc.) e as apresenta de modo crítico através do cálculo de índices e questionando sobre a preponderância do monolingüismo nesses contextos.

4. *Hizkuntz Eskubideen Behatokia*¹⁰⁰: consiste em um observatório de direitos linguísticos dos cidadãos do País Basco (comunidade autônoma localizada ao extremo norte da Espanha) e fiscaliza o cumprimento desses direitos tanto na esfera pública quanto privada.

5. *Observatori de la llengua catalana [Observatório da língua catalã]*¹⁰¹: acompanhamento do uso da língua catalã na Espanha e do cumprimento de direitos linguísticos.

6. *Observatório da língua [francesa]*¹⁰²: disponibiliza material da língua francesa no âmbito da francofonia.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.olcalsace.org/>

⁹⁹ Disponível em:
<http://portalingua.observatoireplurilinguisme.eu/Portalingua/www.portalingua.info/pt/poids-des-langues/index.html>

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.behatokia.org/EN/>

¹⁰¹ Disponível em: www.observatoridelallengua.cat

¹⁰² Disponível em: <http://www.observatoire-de-la-langue.com/>

7. *Observatório europeu do plurilinguismo*¹⁰³: reúne informações sobre as línguas e se propõe a instrumentalizar políticas públicas voltadas à promoção do plurilinguismo no continente europeu, em especial das línguas majoritárias dos países que compõem a União Europeia. Propõe-se também a funcionar como uma rede e reunir os tomadores de decisões, pesquisadores e membros da sociedade civil que possam discutir questões e políticas linguísticas no nível das instituições dos países e em cada um dos estados-membro da União Europeia.

8. *Observatório da Língua Galega*¹⁰⁴: recebe, opera, permite comparações e disponibiliza dados sociolinguísticos quantitativos e qualitativos sobre a língua galega.

9. *Observatório de direitos linguísticos*¹⁰⁵: difunde informação sobre a língua galega e se propõe a fiscalizar direitos linguísticos. Além disso, expressa ter como objetivos: constituir-se como um interlocutor às instâncias de poder para o cumprimento de legislações; emitir e difundir informações quanto à vitalidade da língua galega; fiscalizar as instituições públicas quanto ao cumprimento da legislação relacionada aos direitos linguísticos; analisar e avaliar política de subvenções em matéria linguística; denunciar as deficiências de legislações para a proteção de falantes do galego e propor as modificações necessárias para o melhoramento das mesmas; acolher e realizar denúncias de discriminação linguística contra falantes do galego e prestar assessoria jurídica às pessoas que sofrem tais discriminações.

Dos nove observatórios linguísticos listados, todos são provenientes do Continente Europeu¹⁰⁶, e, dentre aqueles que disponibilizam a informação quanto à sua origem, identificamos que há dois períodos de maior incidência na criação desses mecanismos: nas segundas metades das décadas de 1990 e 2000. Quanto ao fato de tais mecanismos terem expandido sua presença muito recentemente, Maiorano (2003) argumenta, quanto aos observatórios sociais, que esse fato testemunha a crescente tomada de consciência da necessidade de

¹⁰³ Disponível em: www.observatoireplurilinguisme.eu/

¹⁰⁴ Disponível em: http://www.observatoriodalinguagalega.org/lg-pt_PT.php

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.amesanl.org/gl/mesa/Observatorio/Observatorio>

¹⁰⁶ Não localizamos experiências autointituladas como observatórios linguísticos em outros continentes.

realizar a avaliação de uma determinada situação ou fenômeno de modo permanente e sistemático. Podemos relacionar a segunda metade da década de 1990 também com diversos movimentos no Continente Europeu para a promoção da diversidade linguística, dentre os quais a divulgação da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* em Barcelona no ano de 1996, que é um importante marco das ações de valorização da diversidade linguística no período.

Diferentemente dos exemplos brasileiros apresentados anteriormente, os quais foram criados a partir do incentivo de uma política pública, no caso dos observatórios analisados em âmbito internacional, a maior parte surgiu através da organização de grupos da sociedade civil, ainda que posteriormente tenham sido incluídos em programas e/ou tenham recebido ou venham recebendo algum outro tipo de apoio governamental. Os que foram constituídos por iniciativas governamentais, como o Observatório da Língua Alsaciana e o Observatório da Língua Galega tiveram e/ou têm como preocupação a transparência na divulgação de informações para a sociedade, em especial para a comunidade linguística correspondente.

Quanto às formas de financiamento dessas iniciativas, de acordo com as informações publicizadas pelas mesmas (quando disponíveis), são variadas: a maior parte informa contar tanto com fontes civis quanto públicas de financiamento, é o caso do Observatório Europeu do Plurilinguismo e do Observatório da Língua Catalã. Há, também, os observatórios financiados exclusivamente pelo poder público local, como é o caso do Observatório da Língua Alsaciana e o Observatório da Língua Galega. Outra situação é a do Observatório das Línguas na Sociedade do Conhecimento que foi criado por uma organização internacional, a saber, a União Latina a qual era composta por cerca de 37 Estados-membro, incluindo o Brasil. Já o Observatório Behatokia de direitos linguísticos no País Basco afirma-se como uma fundação privada e formada por um conselho de organizações sociais. O Observatório da Língua Catalã é uma iniciativa de entidades culturais e civis. O Observatório de Direitos Linguísticos [da língua galega – item 9 de nossa lista] foi formado e aparentemente é mantido por membros da sociedade civil como magistrados, advogados, sociolinguistas, docentes universitários e profissionais do direito. Quanto ao tipo de participação civil no financiamento dos observatórios, quando apresentam essa possibilidade, há menção de joias, cotas e doações entre as formas de repasse de recurso. De todos os observatórios analisados, o Europeu do Plurilinguismo é o único que oferece a opção do registro para voluntariado em suas ações.

Os tipos de ações comuns desenvolvidas no âmbito e através desses observatórios são muito variadas. No ambiente do próprio sítio as ações incluem, como já mencionamos, a disponibilização pública de informações sobre uma determinada língua, sobre as línguas de uma região, ou, ainda sobre a legislação linguística, além da perspectiva de receber filiações e formar redes de interessados naquela temática ou perspectiva linguística.

Quanto ao tipo de informação (socio)linguística disponibilizada no ambiente virtual em cada um dos observatórios, são de naturezas e formulações bastante distintas. A maior parte dos observatórios apresenta levantamentos de dados secundários, produzidos por outras fontes e disponibilizados no mecanismo. Dentre os que realizam levantamentos e sistematização de dados, destacamos duas experiências representativas das possibilidades de estudos contemplados por/neste tipo de mecanismo. O Observatório das Línguas na Sociedade do Conhecimento, por exemplo, apresenta um levantamento estatístico das línguas do mundo, línguas latinas e regionais, considerando dez fatores: número de locutores, entropia, índice de desenvolvimento humano, índice de penetração da internet, índice de fecundidade, número de artigos publicados na Wikipédia, línguas oficiais, Prêmio Nobel de literatura, traduções – língua fonte e traduções – língua alvo. O Observatório da Língua Galega produz um diagnóstico sociolinguístico próprio, selecionando oito âmbitos de interesse: administração pública, educação, meios de comunicação, economia e empresa, saúde, associações, telecomunicações e cidadania. Para isso, aplica questionários nesses âmbitos com aspectos que contemplam usos linguísticos, normas e critérios de uso linguísticos, opiniões e atitudes linguísticas, competências de uso da língua e uso de línguas estrangeiras. Os resultados e estatísticas produzidos a partir desses levantamentos são disponibilizados por âmbito ou variável(eis) no sítio. Caso haja a necessidade específica, também é possível solicitar outros cruzamentos personalizados de dados à equipe desse observatório.

Quanto à disponibilização de dados secundários, todos os observatórios consultados possuem uma seção biblioteca, ciberoteca ou outra semelhante, em que sejam disponibilizados *links* e materiais adicionais sobre os temas daquele mecanismo e/ou uma seção com disponibilização de notícias publicadas em torno dos temas relevantes e associados à temática de cada um. Entre os observatórios analisados, o da língua [francesa] é o que apresenta menor clareza na exposição de seus objetivos e conteúdos. Quanto ao teor acessível (a página inclui restrições

a algumas áreas) há uma quantidade variada de entradas o que fragmenta as informações disponíveis. Os materiais contemplam um amplo espectro de temas e abordagens: há, além de dicionários, gramáticas, estudos sociolinguísticos também trabalhos e materiais relacionados a atividades pedagógicas para ensino da língua e literatura, por exemplo.

Fora do âmbito da página da internet dos observatórios há também ações variadas vinculadas a esses mecanismos, como a promoção de eventos de cunho acadêmico com a presença de especialistas ou encontros de falantes, por exemplo. A elaboração e disponibilização de informações através de diferentes tipos de materiais é comum às iniciativas analisadas, o Observatório da Língua Alsaciana, por exemplo, informa ter publicado e distribuído materiais voltados à sensibilização da população quanto à importância de transmissão intergeracional da língua. Há diversos outros tipos de ações desencadeadas através das iniciativas e que são apresentadas pelas mesmas, como a proposta de sinalização bilíngue de rua na região da Alsácia; a realização de concursos envolvendo as línguas minoritárias; fóruns e debates para discutir aspectos e projeções sobre uma determinada língua, como o Observatório da Língua Portuguesa afirma fazer. O desenvolvimento de atividades culturais como teatro, produção de audiovisuais, entre outras, envolvendo as línguas minoritárias também é um tipo de ação desenvolvido pelo Observatório da Língua Alsaciana. Outro observatório a desempenhar esse tipo de atividades é o da Língua [francesa] que afirma realizar oficinas e o desenvolvimento de produtos relacionados à língua, como dicionários e tradutores de texto.

Há dois aspectos da atuação específica dos observatórios que destacamos a seguir: a abordagem enquanto mecanismos fiscalizadores de direitos linguísticos e a possibilidade de subsidiarem tomadas de decisão no que diz respeito à elaboração e implementação de políticas públicas de fomento da diversidade linguística, itens que consideramos diferenciadores desses mecanismos em seu papel ativo na promoção e valorização da diversidade linguística.

Quanto ao funcionamento como observatório fiscal, são três dentre os analisados que atuam nessa perspectiva. O Observatório *Hizkuntz Eskubideen Behatokia* do País Basco é um deles, o qual recebe e encaminha denúncias de cidadãos, além de realizar campanhas públicas de conscientização de direitos linguísticos. Outro tipo de ação desse observatório é a elaboração e publicação de diagnósticos a respeito da situação dos direitos linguísticos no país, fornecendo indicadores através dos quais a sociedade civil pode avaliar a situação, além de relatórios

anuais e especiais onde constam descrição e análises das denúncias recebidas no período.

O Observatório da Língua Catalã também se dedica a fiscalizar direitos linguísticos, mas sua abordagem não é de ouvidoria para denúncias e sim de orientações, intervenções e monitoramentos quanto à aplicação da legislação. Atua tanto no âmbito das administrações nacionais e estatais defendendo a língua catalã por meio de intervenções técnico-especializadas quanto na divulgação de relatórios sobre a situação da língua para a sociedade civil. Além disso, quando oportuno, afirma propor alterações legislativas para ampliar os direitos linguísticos dos falantes de catalão e monitora a aplicação da *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*.

Outro observatório de natureza fiscal é o Observatório de Direitos Linguísticos [da língua galega] que é parte de um movimento associativo de defesa da língua galega e garantia de direitos linguísticos. Esse modelo fiscal não atua apenas apoiando os indivíduos a receber denúncias de discriminação linguística e assessorando juridicamente tais falantes, mas, também atua na interlocução com instituições públicas e privadas relacionadas à defesa da língua galega para o cumprimento da legislação vigente. Nesse sentido, uma das atividades que desenvolve, por exemplo, é a de analisar e comprovar (quando for o caso) se as instituições públicas cumprem a legislação que garante direitos linguísticos aos falantes de galego, propondo medidas quando as instituições falham neste cumprimento.

A fiscalização do cumprimento dos direitos linguísticos em uma região ou país depende da existência de legislação que trate ou abarque a questão. Nos três exemplos de observatórios linguísticos fiscais, há legislações que ancoram e justificam as ações. Todos os observatórios fiscais contemplados neste trabalho se referem a línguas cooficiais da Espanha ao lado do castelhano: basco, catalão e galego. De acordo com Vargas (2011), o direito ao uso das línguas minoritárias em âmbito público ou privado na Espanha advém da própria Constituição do país. Dentre os princípios constitucionais está o da oficialidade das línguas espanholas, além do castelhano, em cada uma das respectivas comunidades autônomas, além do direito à igualdade e de não ser discriminado(a). Além desse marco nacional de cooficialidade, as regiões da Espanha onde há falantes dessas línguas implementam políticas linguísticas próprias. No País Basco, por exemplo, a *Ley de Normalización del Euskera* determina (*apud* VARGAS, 2011) euskera (basco) como “língua própria” e também como língua oficial da

Comunidade Autônoma do País Basco, ao lado do castelhano. Esse reconhecimento como língua oficial por cada uma das regiões da Espanha tem importantes implicações:

O reconhecimento de uma língua como oficial implica a garantia do direito de se usar a própria língua com plena validade e eficácia jurídica, assim como a obrigação para os poderes públicos de removerem os obstáculos que impedem ou dificultam o exercício dos direitos linguísticos dos cidadãos. Em um regime de co-oficialidade, como o que vige para as línguas minoritárias da Espanha, a exemplo do basco, esse status garante ao cidadão o direito de escolher a língua de suas atividades econômicas e sociais e o direito de emprega-la em suas relações com o poder público, inclusive em juízo. Essas são medidas que, embora pareçam hoje naturais e triviais, representam um grande avanço em um país onde por décadas as línguas minoritárias permaneceram proibidas e o seu emprego ocasionava repressão, prisão e (ou) morte. (VARGAS, 2011, p. 5).

No Brasil, o estatuto de cooficialidade em âmbito nacional ao lado da língua portuguesa, como já apresentamos, foi conquistado pela Lei de LIBRAS (10.436/2002), a qual proporcionou o reconhecimento de direitos fundamentais historicamente reivindicados pelas comunidades surdas do Brasil. A mesma condição de oficialidade tem sido conquistada por diversas outras línguas em âmbito municipal, como também discorreremos brevemente acerca dos processos de cooficialização que têm sido implementados. A determinação de um *status* de cooficialidade para as línguas representa uma conquista importante, sobretudo na histórica luta por direitos linguísticos no Brasil. De acordo com Morello:

Os municípios, espaços com funções jurídicas e administrativas específicas face às instâncias estaduais e nacionais, recebem as demandas colocando-se diante do desafio de criar as condições para atendê-las. Em vista deste contexto, o debate jurídico vai presidir as ações da cooficialização desde sua concepção, exigindo pareceres sobre a autonomia legislativa dos municípios em matéria de línguas e sobre suas

atribuições nas leis de implementação de tais políticas face à Constituição Federal da República do Brasil de 1988 (BALDI, 2010; SOARES, 2008). Esse debate resultará em uma outra reviravolta no trato das línguas no Brasil, instituindo uma nova jurisprudência com capacidade legitimadora sem precedentes no Brasil. (MORELLO, 2012, p.14)

Igualmente importante na garantia de direitos pelas comunidades linguísticas minoritárias é (ou seria) o passo a seguir ao reconhecimento de cooficialidade, qual seja, a regulamentação dessas leis determinando obrigações, responsabilidades e prazos para efetivamente garantir direitos ao uso privado e público das línguas minoritárias nesses locais. Primeiro município brasileiro a oficializar línguas em nível municipal (Lei n.º 149/2002), São Gabriel da Cachoeira também foi o primeiro a regulamentar sua lei de cooficialização (Lei n.º 210/2006), contemplando, entre outros, a obrigação de o município “prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas na língua oficial e nas três línguas co-oficiais, oralmente e por escrito” (Art. 2, par.1); a produzir material publicitário institucional e documentação pública nas três línguas cooficiais além do português; a apoiar o ensino das línguas cooficiais no sistema educacional do município e nos meios de comunicação (par.3). Além disso, a referida lei de regulamentação criminaliza a discriminação linguística no município, obriga as demais pessoas jurídicas a contarem com atendimento nas línguas cooficiais; reconhece estatuto de oficialidade às demais línguas faladas no município, adstritas à sua territorialidade; cria o Conselho Municipal de Política Linguística (CMPL) e o Fundo Municipal de Política Linguística (FMPL).

Cabe destacar que a regulamentação da lei de oficialização em São Gabriel da Cachoeira foi discutida com a sociedade civil, lideranças, jovens, vereadores, secretários municipais, instituições públicas e privadas através de seminários. A legislação do município ancora e garante uma série de direitos e obrigações que vão além do reconhecimento público da língua em si. Nesse contexto, um observatório fiscal de direitos linguísticos tais quais os modelos fiscais apresentados seria pertinente e cabível, acolhendo e encaminhando denúncias do descumprimento dos direitos conquistados.

Com a crescente difusão de cooficializações em âmbito municipal no Brasil, deste modo, apresenta-se a demanda e o espaço para mecanismos de observação sistemática do cumprimento das

determinações dessas leis, como observatórios linguísticos fiscalizadores. A demanda para observatórios *think tank* ou mesmo modelos que combinem ambas as abordagens também existe e está em expansão. À medida em que se instalam instâncias como o Conselho de Política Linguística de São Gabriel da Cachoeira ou os Referidos Territórios Etnoeducacionais, fazem-se necessárias a apresentação sistematizada e crítica das realidades linguísticas relacionadas para subsidiar essas instâncias na formulação e implementação de políticas linguísticas.

Entre os nove modelos internacionais analisados de observatórios linguísticos, a respeito da instrumentalização de decisões político-linguísticas, o Observatório da Língua Portuguesa manifesta ter como um de seus principais objetivos contribuir para processos de deliberação no âmbito da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa – ou mesmo individualmente a cada um dos países de modo a contribuir para a afirmação e promoção da língua, sobretudo como língua estratégica e de comunicação internacional.

Embora não seja identificado claramente com o intuito de subsidiar tomadores de decisão, o Portalíngua – Observatório das Línguas na Sociedade do Conhecimento (Barômetro Calvet das línguas do mundo) parece ter sido construído de modo a subsidiar políticas linguísticas que promovam a utilização das línguas na sociedade do conhecimento. Esse observatório se dispõe a realizar uma reflexão através de seus dados sobre a ameaça à diversidade linguística na sociedade do conhecimento que, conforme indicam as informações disponibilizadas – parece estar sendo dominada pelo monolinguismo.

O tipo de informação a ser considerada como subsídio para tomadores de decisões depende da instância a que o mecanismo se refere. Este tema foi discutido em um Workshop organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1999, oportunidade em que se produziu um documento afirmando as características de um observatório ideal que contemplasse (*apud* BEUTTENMULLER, 2006, p. 59):

- Show current changes and provide early warning signals in the case of malfunctions to be rectified or prevented (non-sustainable phenomena);
- Assist to strategic decisions: help to appraise possible options for problem solving, with estimates on costs and impacts; assistance to moving sectoral policies towards greater sustainability; help to changing developmental and environmental policies especially to ensure

sustainable management of natural resources and ecosystems and to allow decision-making in good time;

- Contribute to setting quantified targets and to measuring progress and results of the "responses" implemented.

- It would also supply information able to generate a positive effect on the civil society's behaviour, and lastly contribute to awakening the needed contradictory debate on the development / environment relationship and on the policies to be applied.¹⁰⁷

O assessoramento de decisões estratégicas por observatório depende ou deveria depender menos da(s) instância(s) a que se refere(m) e mais da qualidade da informação gerada / disponibilizada pelo mesmo. A qualidade, por sua vez, implicaria na continuidade das ações de pesquisa de forma sistemática e, conseqüentemente, em modos de financiamento contínuos, além da associação dos observatórios com grupos e instituições de pesquisa. Entretanto, o que se percebe na prática, ao menos no contexto nacional, ainda é a dificuldade de interlocução desses mecanismos com as instâncias tomadoras de decisões. Ao final da vigência do OBEDF, por exemplo, a equipe do Observatório da Educação na Fronteira reunida no III Seminário do OBEDF "Educação Linguística no Contexto Plurilíngue da Fronteira: Ações e Perspectivas", realizado

¹⁰⁷ Tradução minha: "- Mostrar alterações atuais e fornecer sinais de alerta precoce no caso de avarias que possam ser corrigidas ou evitadas (fenômenos não-sustentáveis); - Auxiliar com decisões estratégicas: ajudar a avaliar as possíveis opções para a resolução de problemas, com estimativas sobre os custos e impactos; assistência para criar políticas setoriais para uma maior sustentabilidade; apoio na mudança das políticas ambientais e de desenvolvimento, especialmente para assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais e ecossistemas e para permitir a tomada de decisões em tempo útil; - Contribuir para a definição de objetivos quantificados e de medição do progresso e de resultados das "respostas" implementadas. – Supriria também informação capaz de gerar um efeito positivo sobre o comportamento da sociedade civil, e por fim contribuir para despertar o debate contraditório necessário para o desenvolvimento / relação entre ambiente e sobre as políticas a serem aplicadas. "

entre 15 a 18 de maio de 2013, em Florianópolis (SC) produziu uma Carta¹⁰⁸ conjunta, contendo demandas dos setores envolvidos na educação em zonas de fronteira endereçada a gestores educacionais de diferentes âmbitos. Dentre as recomendações do referido documento estão:

A realização de ações de combate aos preconceitos sejam eles culturais, linguísticos, sociais, econômicos;

A promoção de políticas de comunicação valorizando o plurilinguismo;

O reconhecimento do plurilinguismo das escolas de fronteira dando encaminhamento para políticas públicas que visem à educação bi ou plurilíngue;

O estabelecimento de diretrizes para a construção de base curricular que contemple a especificidade da educação em contexto de plurilinguismo, visando estratégias para a valorização dos saberes linguísticos e a aprendizagem qualificada das línguas;

A elaboração e a implementação de políticas educacionais públicas que possam atender a população falante de outra língua que não o português (tal como indígenas que vivem em espaços urbanos) que frequenta escolas brasileiras situadas em variados contextos;

A definição e a consolidação de ações em prol da educação bi ou plurilíngue para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, priorizando os anos iniciais do Ensino Fundamental;

A implementação de ensino modular, portanto, não seriado e não disciplinar, baseado em metodologias avançadas e inovadoras tais como o ensino via pesquisa, que contemple o perfil heterogêneo e plurilíngue da população fronteiriça;

A promoção de fóruns de discussão para a configuração de programas de educação plurilíngue pública no Brasil;

O fomento de pesquisas voltadas ao plurilinguismo;

(...)

¹⁰⁸ Disponível no Anexo 2 desta tese.

Esse documento, remetido às autoridades da Educação teve por objetivo contribuir para um ensino contextualizado, plurilíngue e culturalmente diversificado e de acordo com as especificidades das zonas de fronteira. Contudo, a produção e envio das recomendações não gerou qualquer tipo de reação pública das autoridades da Educação municipais, estaduais e federais ao qual foi direcionado. O silenciamento desses setores demonstra a dificuldade que existe no diálogo e na implementação de ações advindas de demandas das comunidades linguísticas pelo Estado Brasileiro. Talvez resida nesse fato a importância de advirem das comunidades linguísticas iniciativas de observatórios linguísticos que possibilitem a compreensão desse fazer mais amplo e que operem com pressupostos de execução e vigência diferentes do modelo universitário adotado em iniciativas como o Programa Observatório da Educação.

Sobretudo no caso do Brasil, cabe ressaltar que um grande desafio dos observatórios é estabelecer e manter o diálogo com instâncias deliberativas desde posições não previamente legitimadas pelo Estado, incluindo-se comunidades linguísticas e demais representações da sociedade civil. Parece haver possibilidade e investimento na interlocução quando o observatório é construído sob a demanda do Estado, tal qual acontece através do Programa Observatório da Educação que está implementando o “Portal Comunidades” especificamente para garantir esse acesso. Entretanto, o recebimento de novas demandas advindas de diversos setores da sociedade civil ainda parece distante de uma efetivação.

Aqui relacionamos a importância da disponibilização de informações aos grupos de poder responsáveis por decisões e implementações no que diz respeito às políticas linguísticas. Cabe-nos destacar, no entanto, que a reunião de informações sobre a diversidade linguística ou a respeito de uma única língua dispersos que os observatórios proporcionam geram benefícios diretos e indiretos a muitos outros grupos e instâncias, como pesquisadores e a própria comunidade linguística, assim como a sociedade civil como um todo que, de posse desse tipo de informação, poderá ser sensibilizada para a importância da preservação da diversidade linguística. Mais do que sensibilizar e conscientizar, espera-se que haja a apropriação dessas frentes e protagonismo da gestão do conhecimento das línguas pelas próprias comunidades, de modo a garantir maior eficácia e atendimento às demandas específicas por essas políticas.

5.3 SÍNTESE

É muito recente a constituição de observatórios linguísticos, mesmo assim, as experiências em curso já demonstram a relevância desse tipo de mecanismo na produção, disseminação e transparência das informações. Proporcionando o atendimento de diversas demandas e objetivos específicos, é na instrumentalização de políticas públicas e na fiscalização do cumprimento de direitos linguísticos (quando há legislação associada, como vimos), que vemos o diferencial e a potencialidade desse tipo de ferramenta no sentido de valorização e promoção de línguas minoritárias. Nossa análise concentrou-se na constituição e no tipo de ação vinculada por cada um dos mecanismos elencados que, embora sejam bastante variados já apresentam algumas características em comum que podem inspirar e subsidiar novas experiências do gênero.

A ação de *observar* sistematicamente uma língua ou um contexto envolvendo línguas pode reunir os resultados dos tipos de levantamento anteriormente apresentados – censo, diagnóstico e inventário – de modo a fornecer panoramas complexos e críticos das realidades linguísticas e seus contextos, constituindo os observatórios como meios de obtenção de informações para a comunidade linguística, o Estado e a sociedade civil. Proporciona, também, a articulação em rede dos parceiros - o que é imprescindível para o fortalecimento das lutas na garantia histórica de direitos linguísticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar, compreender, reconhecer e observar línguas, comunidades linguísticas ou situações e contextos bi ou plurilíngues são as principais ações que emergem dos objetos desta tese, a saber, censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos. Além dessas ações centrais de cada um dos objetos, podemos enumerar uma série de outras correlacionadas: contabilizar, documentar, mapear, valorizar, promover, preservar, acompanhar, mobilizar e fortalecer, por exemplo, são outros verbos que podemos associar aos tipos de instrumentos de levantamento e acompanhamento linguísticos discutidos neste estudo.

Individualmente, cada uma dessas ações pode representar um papel fundamental na promoção e valorização das línguas e da diversidade linguística brasileira (e global) como discutimos ao longo dos capítulos. Mas é na combinação de todas essas ações e objetos, no entanto, que enxergamos a possibilidade real de interferir nos rumos de desaparecimento e perdas linguísticas que afetam as línguas minoritárias, bem como no incentivo da preservação e valorização de todas as línguas faladas hoje no Brasil, numa perspectiva de gestão ou de gestões de línguas. Entretanto, mesmo a aplicação combinada de todos esses instrumentos não pode garantir a reversão de uma situação de perda linguística, por exemplo. Há muitos outros fatores combinados, incluindo a vontade e agentividade da própria comunidade linguística, que são determinantes em tais contextos. De todo modo, os objetos aqui discutidos constituem-se em mecanismos de que as comunidades e os Estados podem dispor para auxiliar nesses processos.

Nos quatro capítulos anteriores, exploramos a concepção e construção dos objetos escolhidos para esta tese. Indiretamente, procuramos responder ao longo do texto perguntas como:

-Em que consiste o objeto?;

-Qual sua origem?;

-Como são organizados metodologicamente?;

-Que tipo de informações cada um dos instrumentos levanta ou disponibiliza?; Com qual finalidade?;

-O instrumento em questão resulta ou desencadeia políticas linguísticas? Quais?

Neste ponto retomamos algumas características desses objetos de modo direto, numa perspectiva de comparabilidade entre esses três tipos de levantamento linguístico (censo, diagnóstico e inventário) e de um mecanismo de acompanhamento (observatório). Do ponto de vista metodológico, demonstramos que cada um dos objetos analisados possui características próprias numa perspectiva mais geral e a possibilidade de flexibilização em maior ou menor grau para cumprimento de seus objetivos num âmbito mais específico. Os quadros 5, 6, 7 e 8 a seguir organizam algumas das características mais amplas, previamente discutidas nos capítulos anteriores:

Quadro 4: Sistematização de características de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos: definição e principais funções.

	Definição	Principais funções
Censo	Levantamento da demografia linguística: contagens populacionais e identificação de realidades.	Identificar, contabilizar e mapear línguas coexistentes em um mesmo território.
Diagnóstico	Levantamento de caráter analítico e especializado com foco na identificação, análise e possibilidade de intervenção político-linguística.	Compreender aspectos relacionados aos usos, atitudes e representações de situações de línguas em contato.
Inventário	Levantamento com objetivo de identificar e documentar vários aspectos de uma língua com objetivo de reconhecê-la (juridicamente) como patrimônio linguístico. Levantamento com objetivo de identificar e documentar vários	Identificar, documentar, valorizar e promover com o objetivo de reconhecer juridicamente.

	aspectos de uma língua com objetivo de reconhecê-la (juridicamente) como patrimônio linguístico.	
Observatório	Instrumento para acompanhamento linguístico de direitos ou da situação de vitalidade de uma língua que pode agregar resultados de diferentes levantamentos e funcionar como ferramenta de decisão.	Observar índices e estudos sobre línguas ou ações envolvendo contatos linguísticos e/ou fiscalizar cumprimento de direitos linguísticos e/ou gerar índices para tomadas de decisões pelo poder público.

Quadro 5: Sistematização de características de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos: tipo de dados linguísticos gerados, natureza dos dados e existência de princípios ou parâmetros para a pesquisa.

	Tipo de dados linguísticos gerados	Natureza dos dados	Existência de Princípios / parâmetros para a pesquisa
Censo	Demografia linguística.	+ quantitativo	ONU [internacional] + legislação local.
Diagnóstico	Específico de acordo com o levantamento.	+ qualitativo	Não há.
Inventário	De identificação e caracterização panorâmica de diversos aspectos de uma língua e de sua	+ qualitativo	Legislação própria em âmbito nacional [Decreto 7378/2010] e Guia de Pesquisa do INDL [no prelo].

	comunidade linguística.		
Observatório	Não se aplica.*	Não se aplica.	Não há.

* A maior parte dos observatórios linguísticos apenas disponibiliza levantamentos de fontes secundárias, não realizando investigações próprias.

Quadro 6: Sistematização de características de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos: cobertura territorial, intervalo de realização e principais realizadores ou financiadores.

	Cobertura territorial	Intervalo de realização	Principais realizadores / financiadores
Censo	Ampla cobertura geodemográfica.	Realizado em intervalos regulares.	Poder público municipal, estadual ou federal
Diagnóstico	Abrangência local e muitas vezes recortada.	Variável.	Poder público, entidades não governamentais, comunidades de falantes, grupos de pesquisa
Inventário	Cobertura de uma língua e seu território ou, ainda, de uma região plurilíngue.	Levantamento único por língua.	Poder público.
Observatório	Reunião de informações disponíveis de diversas bases de dados o que	Não se aplica.	Poder público, entidades não governamentais, associações de falantes,

	possibilita panorama de uma língua ou de um território.		instituições internacionais.
--	---	--	------------------------------

Quadro 7: Sistematização de características de censos, diagnósticos, inventários e observatórios linguísticos: características dos instrumentos e métodos de pesquisa e mobilização social.

	Características dos instrumentos e métodos de pesquisa	Mobilização social
Censo	Questionários individuais ou por família – com perguntas fechadas ou semi-abertas.	+
Diagnóstico	Variável conforme especificidade do levantamento	+++
Inventário	Construção de instrumentos variados para cada um dos itens requeridos no escopo, em geral contemplando: entrevistas; questionários; observação etnográfica; pesquisa em fontes secundárias e documentação.	+++
Observatório	Não se aplica	++

De uma perspectiva político-linguística, o desenvolvimento recente desses instrumentos acompanha a evolução do campo em termos de promoção da diversidade linguística. Oliveira (2007b) sinaliza para o

início de uma “virada político-linguística” em relação ao período histórico que vivemos:

(...) o movimento pelo qual os linguistas (mais do que a linguística) passam a trabalhar junto com os falantes das línguas, apoiando tecnicamente suas demandas políticas e culturais. Deixam de atuar no campo da ‘colonização de saberes’ para atuar no que Boaventura Santos chama de ‘comunidade de saberes’, e passam do campo universitário ao campo dos conhecimentos pluriversitários, que prioriza a pesquisa-ação sobre uma visão de pesquisa que tem tratado os falantes das línguas como meros informantes descartáveis, uma vez que o gravador capture o ‘dado’ linguístico. (OLIVEIRA, 2007b, p. 9)

A criação ou o desenvolvimento de todos os objetos incluídos nesta tese, além de outros não explorados como Atlas Linguísticos, vem demonstrando a concretude desse novo fazer na Linguística, nascida, na maior parte das vezes, das necessidades das comunidades linguísticas e de suas demandas para a continuidade de existência de suas línguas. O papel dos linguistas (e da Linguística) nesse novo cenário se modifica drasticamente: deslocam-se da posição de “especialistas na língua de outro” para que os próprios falantes assumam o protagonismo na busca e efetivação de seus direitos linguísticos. A função dos estudiosos da linguística, sobretudo dos que atuam em situações de línguas em contato e na defesa de idiomas minoritários, é menos o de liderar e mais o de se tornarem aliados das comunidades nesses processos. Como toda disputa de poder, infere-se que ainda há um longo percurso conflituoso para que falantes assumam o protagonismo das ações em muitas das línguas brasileiras. A respeito do papel de filólogos mexicanos no processo de defesa e manutenção das línguas indígenas, destacamos a reflexão de Dora Pellicer, em uma seção do capítulo “*Oralidad y escritura de la literatura indígena: Una aproximación histórica*”, intitulado “*Fue entonces cuando las lenguas indígenas pasaron de manos de los misioneros a las de los eruditos*”:

No obstante, la labor de los especialistas mexicanos en el mundo académico no tuvo efecto alguno en la legitimación del uso de estos idiomas en el contexto de la nación independiente. Pueden

argumentarse varias razones de que ello ocurriera así. Pero una determinante principal es que aparentemente no hubo, por parte de este gremio, tan interesado en descripciones, comparaciones y estudios dialectales, el propósito de lograr, mediante sus conocimientos acumulados, la reivindicación del uso de estas lenguas. Para esa recién constituida intelectualidade mexicana – cuyos miembros, poseedores de una profusa erudición, se mantenían al día de la moderna filología – los idiomas nativos constituyeron un apasionante objeto de estudio, pero nada más. En el terreno ideológico todos ellos compartieron, sin someterlo a discusión profunda, el ideal nacional de una lengua común (...). (PELLICER, 1993, p. 36-37)

Nesse sentido, os objetos aqui discutidos possuem relevância enquanto pesquisa ou documentação linguística mas vão muito além disso. Pesquisas e documentação linguística realizadas de diferentes modos existem há muitas décadas no Brasil, entretanto, como sabemos, a documentação por si só não tem garantido a vitalidade ou a manutenção dessas línguas, tanto é que o deslocamento das línguas minoritárias pela língua portuguesa e a conseqüente extinção de línguas continuam ocorrendo. Segundo o Atlas das Línguas em Perigo no Mundo produzido pela UNESCO 190 línguas estão em perigo no Brasil (todas elas indígenas).

O principal diferencial das novas políticas e levantamentos tratados nesta tese é justamente a integração da comunidade linguística e de suas demandas nos processos de construção dos conhecimentos. A participação dos falantes na gestão do conhecimento sobre suas próprias línguas e nas decisões cabíveis para sua manutenção é imprescindível para a eficácia das políticas linguísticas. Afinal, a manutenção de uma língua também passa pelo desejo e o interesse de seus falantes em fazê-la.

Todos os objetos contemplados neste trabalho, de diferentes maneiras, podem instrumentalizar tomadas de decisão e implementação de políticas públicas. Entretanto, em si mesmos, a realização ou construção de censos, inventários, diagnósticos e observatórios linguísticos já são formas de intervenções político-linguísticas, na medida em que proporcionam o conhecimento e a reflexão sobre as línguas,

colaborando nos processos de conscientização linguística e empoderando os falantes das discussões.

Este novo cenário para a diversidade linguística no Brasil está em construção e ainda não é possível prever os desdobramentos dessas ações em médio e longo prazos. Salienta-se o caráter inovador dessas políticas e da discussão realizada neste texto. Talvez seja este o momento histórico uma nova fase da “virada político-linguística”: a definição do protagonismo na luta (e conquista) de direitos linguísticos pelas próprias comunidades linguísticas. Com esta tese, que organiza e descreve essas novas possibilidades de gestão das línguas, esperamos contribuir para o debate da construção de um país que compreenda, acolha e valorize cada vez mais sua diversidade linguística.

REFERÊNCIAS

Acervo do IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística.

ALBORNOZ, Luís A.; HERSCHMANN, Micael. **Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 1, p. 1-18, 2006.

ALTENHOFEN, Cléo V. O conceito de língua materna e suas implicações para o bilinguismo (em alemão e português). Jarbuch. Institut Martiu-Staden, São Paulo, v. 49, p. 141-161, 2002.

_____.; ROCH, Ingrid K. **Fundamentos para uma “pedagogia do plurilinguismo” baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness).** In. BEHARES, Luis E. (org.). V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas. Universidad de la República y Asociación de Universidades Grupo Montevideo: Montevideo, p. 15-24, 2011.

APPEL, René e MUYSKEN, Pieter. **Bilingüismo y contacto de lenguas.** Barcelona: 1996.

AQUINO, Letícia de Souza. **Pesquisas sociolinguísticas entre os Asuriní do Tocantins.** Contribuição para o inventário nacional da

diversidade linguística (INDL). 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

AZEVEDO, Marta Maria. **O Censo 2010 e os Povos Indígenas**. 2011. Disponível em:< <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/o-censo-2010-e-os-povos-indigenas> >. Acesso em: 10 out. 2014

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. [1967]. In POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo, UNESP, 1998.

BAYER, Arno et al. **A estatística e sua história**. XII Simpósio Sul-Brasileiro de Ensino de Ciências, 2004.

BESSA FREIRE, José Ribamar. **Da “fala boa” ao português na Amazônia brasileira**. Disponível em:<<http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/FalaboaVersao2001.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014

BEUTTENMULLER, Gustavo. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil**: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações. 2007.

Blog do OBEDF. Disponível em:<<http://obedf2010.blogspot.com.br/p/o-observatorio.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

<<http://obedf2010.blogspot.com.br/search/label/III%20Semin%C3%A1rio%20OBEDF>>. Acesso em: 27 out. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1996.

BOYER, Henri. **Contactos y conflictos de lenguas**: aproximación sociolingüística a las configuraciones de tipo diglósico con atención particular a los casos de Cataluña, de Galicia y del Paraguay. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Censo Demográfico**. Série Nacional, Volume 1. Rio de Janeiro: IBGE – Conselho Nacional de Estatística / Serviço Nacional de Recenseamento, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em: em 15 out. 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf>. Acesso em 09 jun. 2011.

_____. **Lei n.º N° 5.803, DE 8 DE JUNHO DE 2006**. Dispõe sobre o Observatório da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5803.htm>. Acesso: em 15 out. 2014.

_____. **Decreto n. 7.387, de 9 de dezembro de 2010**. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 147, n. 236, 10 dez. 2010. Seção 1, p. 1.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25.4.2002.

BRIGHT, William. **As dimensões da sociolinguística**. In: FONSECA, Maria Stella V. & NEVES, Moema F., orgs. 1974. Sociolinguística. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca.

BROVETTO, Claudia; GEYMONAT, Javier (orgs.). **Portugués del Uruguay y educación bilingüe**. Montevideo, Administración Nacional de Educación Pública, 2004.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística** – uma introdução crítica. São Paulo: Editora Parábola, 2002.

_____. **Towards an Ecology of World Languages**. Polity Press, Cambridge, 2006.

_____. **As políticas lingüísticas**. São Paulo: Editora Parábola: IPOL, 2007.

CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/observatorio-da-educacao>>. Acesso em: 26 set. 2014.

_____. Disponível em: <<http://comunidades.capes.gov.br/home/sobre>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Editai_049_ObservatorioEducacao_2012.pdf> Acesso em: 10 out. 2014.

CARDOSO, Fabíola Nogueira da Gama. **Línguas como patrimônio imaterial**: etnografia de um debate. 2010. 129 f. il. Dissertação (Mestrado em Antropologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARVALHO, Ana Maria. Diagnóstico sociolingüístico de comunidades escolares fronterizas en el norte de Uruguay In. BROVETTO, C.; GEYMONAT, J; BRIAN, N.(Comp.) **Portugués del Uruguay y educación bilíngüe**. Montevideo: ANEP-CEP, p. 49-98, 2007.

CONSEJO NACIONAL DE FOMENTO EDUCATIVO. **El diagnóstico lingüístico**. Modalidad de Atención Educativa a Población Indígena. México: dezembro de 2006.

CONSELHO DA EUROPA. **Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias**. Estrasburgo, 2 out. 1992. Disponível em: <http://www.agal-gz.org/portugaliza/tvsptnagaliza/carta_linguas.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO.
 <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7563>>. Acesso em: 25 out. 2014.

CRYSTAL, David. **Language Death**. Cambridge: Cambridge University Press/United Kingdom, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DURANTI, Alessandro. **Métodos Etnográficos** In: Antropologia Linguística. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FASOLD, Ralph. **The Sociolinguistics of Society**. London: Blackwell, 1984.

FERGUSON, Charles. **Diglossia**. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (orgs.). Sociolinguística. (volume 3). Rio de Janeiro, Eldorado, 1974, p. 99-116.

FISHMAN, Joshua A. **A sociologia da linguagem**. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (orgs.). Sociolinguística. (volume 3). Rio de Janeiro, Eldorado, 1974, p. 25-40.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

_____. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio.** In: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultural/Iphan, 2. ed, 2003, p. 83-95.

FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (orgs.). **Sociolinguística**. (volume 3). Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho. **De “o belo e o velho” ao mosaico do intangível.** Aspectos de uma poética e de algumas políticas de patrimônio. Brasília, 2004. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)– Departamento de Antropologia/UnB.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1989.

_____. **Atrás dos Fatos:** Dois Países, Quatro Décadas, Um Antropólogo. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** PLAGEDER, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLD, Elaine. **Sociolinguistics in Canada.** The Routledge Handbook of Sociolinguistics Around the World, 2009.

GUY, Gregory R. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. In. GUY, GR; ZILLES, AM **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise.** São Paulo: Parábola, p. 19-46, 2007.

HAGÈGE, Claude. **No a la muerte de las lenguas.** Barcelona: Ed. Paidós, 2001.

HAMEL. R. E. **Políticas del Lenguaje y educación indígena en México.** Orientaciones Culturales y estrategias pedagógicas en época de globalización. In: BEÍN, Roberto; BORN, Joachin (Ed.). **Políticas Lingüísticas. Norma e Identidad.** Buenos Ayres: UBA, 2001.

_____. **La globalización de las lenguas en el siglo XXI:** entre la hegemonia del Inglés

HAMERS, Josiane F.; BLANC, Michel H. A. **Bilinguality and Bilingualism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HICKEY, Raymond (Ed.). **The handbook of language contact.** Wiley. com, 2010.

Hizkuntz Eskubideen Behatokia. Disponível em: <<http://www.behatokia.org/EN/>> Acesso em: 04 out. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultado do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010: manual do recenseador**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Censo Demográfico: população e habitação: quadro de totais para o conjunto da união e de distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

_____. **Manual do Recenseador**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. Linha do tempo – **síntese da História do IBGE (1936-2011)**. 2013b. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/linha-do-tempo>> Acesso em: 5 out. 2014.

_____. Estudos especiais: **o Brasil indígena: língua falada**. [2012]. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/es/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>> Acesso em: 2 out. 2014.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Preparação, metodologia e conceitos**. Lisboa: INE I.P, 2013.

_____. **Breve história dos censos**. (s.d.). Disponível em: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_bhis toria>. Acesso em: 10 nov. 2014.

INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao/finalidades>>. Acesso em: 26 set. 2014.

IPHAN. Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil. **Relatório de Atividades (2006-2007)**. Câmara dos Deputados, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) e UNESCO. 2007.

_____. **Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL**. v1. IPHAN: Brasília: 2014 (no prelo). Disponível em: <<http://issuu.com/desincasa8/docs/binder1>>. Acesso em: 10 out. 2014

IPOL. (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Campinas, SP. IPOL, Mercado das Letras e ALB, 2003.

_____. **Diagnóstico Sociolinguístico** **Dionísio Cerqueira**. Florianópolis: (s/n) 2005; 2006; 2010.

_____. **Observatório de Políticas Linguísticas - Leis**. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/subsecao.php?id=273>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

KRAMSCH, Claire. **Language and Culture**. Oxford University Press, 2000.

LECONTE, Fabienne. **La famille et les langues: Une etude sociolinguistique de la deuxième génération de l'immigration africaine dans l'agglomération rouennaise**. Paris: L'Harmattan, 1998.

LIBRARY OF PARLIAMENT. **Official Languages in Canada: Federal Policy**. Ottawa, 2013

L'OLCA - **L'Office pour la Langue et la Culture d'Alsace**. Disponível em: <<http://www.olcalsace.org/>> Acesso em: 06 out. 2014.

MAHER, Terezinha Machado. **Em busca de conforto linguístico e metodológico no Acre Indígena**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 47(2): 409-428, Jul./Dez. 2008

MAIORANO, Jorge Luis. **Los observatorios de derechos humanos como instrumento de fortalecimiento de la sociedad civil**. Revista Probidad, v. 24, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. In: **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, 2010.

MOORE, Denny. **Línguas Indígenas**. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Org.). Os contatos linguísticos no Brasil. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 217-239.

MORELLO, Rosângela. **Diversidade no Brasil: Línguas e Políticas Sociais**. Synergies Brésil, v. 7, p. 27-36, 2009.

_____; OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras**. Patrimônio - Revista eletrônica do IPHAN, Campinas, n. 6, jan./fev. 2007a. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=211>>. Acesso em: 11 jul. 2013

_____.; OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras**. 2007. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 6, p. 1-8, 2007b. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=211>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

_____. SEIFFERT, Ana Paula (orgs.). **Inventário da Língua Guarani Mbya**. Florianópolis: IPOL; Editora Garapuvu, 2011b.

_____. **A Política de Cooficialização de Línguas no Brasil**. Platô Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, v. 1, p. 8-17, 2012a.

_____. **Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**. Gragoatá, v. 17, n. 32, 2012b. Disponível em:

<<http://www.uff.br/revistagragoata/revistas/gragoata32web.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014

_____.; OLIVEIRA, G. M. ; Segorbe, Armando Z. . **Fá d'ambô Herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial**. 1. ed. Florianópolis: Garapuvu, 2014a.

_____.; MARTINS, Marci Fileti (organização). Observatório da Educação na Fronteira: **Política Linguística em Contextos Plurilíngues: desafios e perspectivas para a escola**. Florianópolis : IPOL : Editora Garapuvu, 2014b (no prelo).

MORTARA, Giorgio. **Estudo sobre as Línguas Estrangeiras e Aborígenes Faladas no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatística Cultural nº 2. 1950^a.

_____. **Línguas Estrangeiras e Aborígenes faladas no Lar**, no Estado de Santa Catarina”. In Revista Brasileira dos Municípios, 3, nº 11, Rio de Janeiro, p. 673-704. 1950b.

NELDE, Peter Hans. **Language Conflict**. In: The Handbook of Sociolinguistics. Coulmas, Florian (ed). Blackwell Publishing, 1998. Blackwell Reference Online. <http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9780631211938_chunk_g978063121193819>. Acesso em: 10 out. 2014

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. **Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados**. **Revista de práticas psicossociais**, v. 1, n. 1, 2006.

NOBLES, Melissa. **History counts: a comparative analysis of racial/color categorization in US and Brazilian censuses**. American Journal of Public Health, v. 90, n. 11, p. 1738, 2000.

Observatório da Educação na Fronteira - OBEDF [página na internet]. Disponível em: <<http://obedf2010.blogspot.com.br/>> Acesso em: 10 out. 2014.

Observatório Linguístico da Educação Escolar Indígena – OLEEI [blogue na internet]. Disponível em: <<http://www.oleei.blogspot.com.br/>> Acesso em: 10 out. 2014.

Observatório da Língua Portuguesa [página na internet]. Disponível em: <<http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>> Acesso em: 05 out. 2014.

OBSERVATOIRE DE LA LANGUE. Disponível em: <<http://www.observatoire-de-la-langue.com/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

OBSERVATORI DE LA LLENGUA CATALANA. Disponível em: <<http://www.observatoridelallengua.cat/observatori.php?llengua=en>> Acesso em: 30 set. 2014.

OBSERVATÓRIO EUROPEU DO PLURILINGUISMO. Disponível em: <<http://www.observatoireplurilinguisme.eu>>. Acesso em: 10 out. 2014.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA GALEGA. Disponível em: <http://www.observatoriodalinguagalega.org/lg-pt_PT.php> Acesso em: 09 out. 2014.

OBSERVATÓRIO DE DIREITOS LINGÜÍSTICOS [DA LÍNGUA GALEGA]. Disponível em: <<http://www.amesanl.org/gl/mesa/Observatorio/Observatorio>>. Acesso em: 05 out. 2014.

OFFICE POUR LA LANGUE ET LA CULTURE D'ALSACE. Disponível em: <<http://www.olcalsace.org/>>. Acesso em 10 out. 2014.

OLIVARES, Dolors. **La utilización de los censos de población como instrumento para el conocimiento de las lenguas de un país**. Índice: revista de estadística y sociedad, ISSN-e 1696-9359, N°. 37, 2009 págs. 15-17. Disponível em: <<http://www.revistaindice.com/numero37/p15.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Os censos linguísticos e as políticas linguísticas no Brasil Meridional**. 1997. Disponível em: < http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Censos_Linguisticos_no_Brasil_-_Politicass_Linguisticas_no_Brasil_Meridional.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014

_____. **Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico.** In: MOURA & SILVA (org.) O direito à fala - a questão do preconceito lingüístico. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

_____. (org.). **Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos.** Campinas, SP. IPOL, Mercado das Letras e ALB, 2003.

_____. **Índios urbanos, línguas urbanas:** considerações político-lingüísticas sobre a urbanização dos povos indígenas. In: Geografia – Revista da Universidade Federal do Amazonas, v. 3, n. 1/2, p. 07-34, 2004a.

_____. **Política lingüística, política historiográfica :** epistemologia e escrita da história da(s) língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional (1754-1830). Campinas, 2004b. 230 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Programa de Pós-Graduação em Linguística Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/UNICAMP0169-T.pdf>>. Acesso em : 17 mar. 2006.

_____. (Org.) **Interesse, Pesquisa e Ensino:** uma equação para Educação Escolar no Brasil. Florianópolis: IPOL; Secretaria Municipal de Educação, 2004c.

_____. **Línguas como patrimônio imaterial.** 2005, www.ipol.org.br

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho da Diversidade Lingüística no Brasil/GTDL.** Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 2007a.

_____. Prefácio. In: CALVET, J-L. **As Políticas Lingüísticas.** São Paulo; Florianópolis: Parábola Editorial: IPOL, 2007b.

_____. „A Virada Politico Lingüística“ e a Relevância Social da Lingüística e dos Linguistas. In: **Relevância Social da Lingüística.** São Paulo: Parábola, 2007c.

_____. **Plurilingüismo no Brasil.** Brasília: UNESCO / IPOL, junho de 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001611/161167por.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014

_____. **Políticas linguísticas como Políticas Públicas**, 2009. Disponível em: <http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Políticas_linguísticas_e_Políticas_publicas.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. **O lugar das línguas**: a América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. Synergies, Brésil, n. esp. 1, p. 21-30, 2010.

_____; ALTENHOFEN, Cléo V. **O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil**: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade. In: In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Org.). Os contatos linguísticos no Brasil. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **O IBGE e as pesquisas populacionais**. Rev. bras. estud. popul., v. 22, n. 2, p. 291-302, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Patrimônio como política cultural. In: - Cultura é patrimônio. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008, p. 113-138.

PELLICER, Dora. "**Oralidad y escritura de la literatura indígena: una aproximación histórica**". In Carlos Montemayor (coord.), Situación actual y perspectivas de la literatura en lenguas indígenas. México, Dirección General de Publicaciones del Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1993, p. 15-54.

Portalingua – Observatório das línguas na sociedade do conhecimento: Barômetro Calvet das línguas do mundo. Disponível em: <<http://portalingua.observatoireplurilinguisme.eu/Portalingua/www.portalingua.info/pt/poids-des-langues/index.html>>. Acesso em: 2 out. 2014.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. **Os contatos linguísticos e o Brasil** – Dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Org.). Os contatos linguísticos no Brasil. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 13-56.

RELATÓRIOS de Assessoria Pedagógica. Florianópolis: [s.n], [2004 a 2005; 2010]. Acervo do IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística.

RODRIGUES, Aryon D'aligna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, SP, Edições Loyola, 1986.

RODRIGUES, Giovana de Sousa. **Política linguística para a diversidade**: uma política cultural. [201?]. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_GiovanaRodrigues_Política_linguística_para_a_diversidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014

SAGAZ, Márcia Regina Pereira. **Projeto escolas (interculturais) bilíngues de fronteira**: análise de uma ação político linguística. 2013. 170 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2013a. Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PLLG0549-D.pdf>>. Acesso em : 12 nov. 2013.

_____.; MORELLO, Rosângela. Observatório da Educação na Fronteira: **Diagnóstico Sociolinguístico**. Florianópolis: Garapuvu. 2013b (no prelo).

_____. Observatório da Educação na Fronteira: **Mapas Linguísticos**. Florianópolis : IPOL : Editora Garapuvu, 2014 (no prelo).

SEIFFERT, Ana Paula. **Línguas brasileiras de imigração faladas em São Bento do Sul (SC)** : estratégias para revitalização e manutenção das línguas na localidade. Florianópolis, 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Disponível em : <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLLG0429-D.pdf>>. Acesso em : 1 jul. 2009.

SIGNORINI, Maria Inês (org). **Lingua(gem) e Identidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (org.). **O direito à Fala: a questão do patrimônio lingüístico**. Florianópolis, Insular, 2002.

SILVA, Paulo Thadeu Gomes da. **Direito Linguístico: a propósito de uma decisão judicial**. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 9, p. 183-187, fev/2011

STATISTICS CANADA. **2011 Census of Population: Linguistic Characteristics of Canadians**. Ottawa, 2012.

STEWART, William. “An Outline of Linguistic Typology for Describing Multilingualism”, In. **Study on the Role of Second Languages in Asia, Africa and Latin America**. Washington: 1962.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas, SP: Pontes: Ed. Da UNICAMP, 1989.

TAYLOR, Charles. **La política del reconocimiento**. In: TAYLOR, C. El multiculturalismo y la política del reconocimiento. Tradução de Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 43-107.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez. 2000.

THOMAZ, Mendes Karina. **Política Linguística para a Integração: a experiência das escolas interculturais bilíngues de fronteira do Mercosul**. 2010. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira)-Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Cascavel/PR, 2010.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona, jun. 1996. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=14>. Acesso em: 10 out. 2014

UNITED CENSUS BUREAU, **Why We Ask: Language Spoken at Home**. [20--]. Disponível em: <<http://www2.census.gov/programs-surveys/acs/about/qbyqfact/Language.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014

UNITED NATIONS. **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses**, Revision 2. In: United Nations Expert Group Meeting on the 2010 World Programme on Population and Housing Censuses. 2008. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/docs/P&R_%20Rev2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014

_____. **Census Data Capture Methodology: Technical Report**. New York, 2009.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **O Marco Normativo da Língua Basca** - Um estudo jurislínguístico de Direito Comparado. Revista Eletrônica OAB Joinville, Joinville, Ed. 3, Vol. 1, Jul./Dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.oabjoinville.org.br/artigo/90/o-marco-normativo-da-lingua-basca-um-estudo-jurislinguistico-de-direito-comparado/>>. Acesso em: 04 out. 2014.

VERDOODT, Albert F. **The Demography of Language**. The Handbook of Sociolinguistics. Coulmas, Florian (ed). Blackwell Publishing, 1998. Blackwell Reference Online. <http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9780631211938_chunk_g97806312119384>. Acesso em: 10 out. 2014

VERDUM, Ricardo. **Dados Sociodemográficos, Políticas Públicas e Direitos Indígenas**. 2009. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/dados-sociodemograficos-politicas-publicas-e-direitos-indigenas/>>. Acesso em: 10 out. 2014

WEINREICH, Uriel: **Lenguas en Contacto**. Descubrimientos y problemas. Caracas: Ediciones de la Universidad Central de Venezuela, 1974.

ANEXO A – DECRETO Nº 7.387 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010



Presidência da República
Casa
Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de “Referência Cultural Brasileira”, expedido pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico.

Art. 5º As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização.

Art. 7º O Ministério da Cultura instituirá comissão técnica com a finalidade de examinar as propostas de inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, integrada por representantes dos Ministérios da Cultura, da Educação, da Justiça, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º Os membros da comissão técnica serão indicados pelos titulares dos órgãos que o integram e designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 2º A comissão técnica poderá convidar representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que possuam línguas cuja inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística tenha sido indicada, bem como especialistas para participarem de suas discussões e atividades.

§ 3º A comissão técnica poderá contratar consultores, de acordo com a legislação aplicável, para a discussão e exame de questões específicas.

§ 4º A coordenação da comissão técnica será exercida pelo Ministério da Cultura, que prestará o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades do colegiado.

§ 5º A participação na comissão técnica será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Poderão propor a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística à comissão técnica, órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, conforme normas a serem expedidas pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

João Luiz Silva Ferreira

Sergio Machado Rezende

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.12.2010

ANEXO B -Carta do Observatório da Educação na Fronteira - OBEDF¹⁰⁹

Considerando que o Brasil é um país plurilíngue, e que em seu território coexistem diversas línguas de comunidades linguísticas historicamente estabelecidas, além de possuir regiões extremamente plurilíngues, como é o caso da faixa de fronteira;

Considerando que, como um país plurilíngue e democrático, o Brasil deve pautar suas políticas na perspectiva da salvaguarda e fomento da diversidade linguística, como rezam documentos internacionais tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); o Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Declaração Sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992); a Carta Europeia sobre as Línguas Regionais ou Minoritárias (1992); a Declaração da Cúpula do Conselho da Europa sobre as Minorias Nacionais (1993); a Convenção-Macro para a Proteção das Minorias Nacionais (1994); a Declaração Universal para a Promoção da Diversidade Cultural – UNESCO (2005); a Carta Europeia do Plurilinguismo (2005-2009) e, fundamentalmente, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996);

¹⁰⁹ Disponível no Blog do Observatório da Educação na Fronteira – OBEDF: http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Carta_do_Observatorio_da_Educacao_na_Fronteira.pdf

Considerando a existência de políticas nacionais voltadas para a promoção das línguas, da educação bilíngue e da faixa de fronteira como espaço de integração, tais como: a política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) para o reconhecimento das línguas brasileiras como patrimônio cultural e imaterial; as políticas de cooficialização de línguas implementadas por municípios; a Carta de Calafate (2003); o Documento “Programa Escolas Bilíngues de Fronteira – Modelo de Ensino Comum em Escolas de Zona de Fronteira, a partir do Desenvolvimento de um Programa para Educação Intercultural, com ênfase no Ensino do Português e do Espanhol” (2008); a Portaria 798, de 19 de junho de 2012; a Lei 11.645, de 10 de março de 2008 e o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional (2009);

Considerando que nas regiões de fronteira as línguas estão presentes no cotidiano das relações sociais, incluindo o espaço escolar;

Considerando que essas línguas são primeira e/ou língua materna ou, ainda, segunda língua de muitos alunos, bem como de professores, gestores e funcionários que atuam nas instituições públicas de ensino na fronteira;

Considerando que a promoção de educação plurilíngue garante a essa população falante dessas línguas o acesso democrático aos conhecimentos e assim qualifica os processos de ensino e aprendizagem;

Considerando que é de responsabilidade de órgãos como Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia; Secretarias de Educação Estaduais e Municipais; Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, a regulamentação de políticas educacionais;

Considerando que é de responsabilidade de órgãos como Capes, CNPq e FNDE o desenvolvimento de políticas de fomento ao ensino e à pesquisa; Considerando os objetivos do Programa do Observatório da Educação (OBEDUCAPES/INEP/SECADI) voltados para a qualificação do ensino;

O Observatório da Educação na Fronteira (OBEDF) desenvolvido entre os anos de 2011 e 2013, no âmbito do OBEDUC, e que teve por foco construir um panorama sobre a situação linguística em escolas da fronteira, observando seu reflexo sobre os processos de aprendizagem, recomenda:

A realização de ações de combate aos preconceitos sejam eles culturais, linguísticos, sociais, econômicos;

A promoção de políticas de comunicação valorizando o plurilinguismo;

O reconhecimento do plurilinguismo das escolas de fronteira dando encaminhamento para políticas públicas que visem à educação bi ou plurilíngue;

O estabelecimento de diretrizes para a construção de base curricular que contemple a especificidade da educação em contexto de plurilinguismo, visando estratégias para a valorização dos saberes linguísticos e a aprendizagem qualificada das línguas;

A elaboração e a implementação de políticas educacionais públicas que possam atender a população falante de outra língua que não o português (tal como indígenas que vivem em espaços urbanos) que frequenta escolas brasileiras situadas em variados contextos;

A definição e a consolidação de ações em prol da educação bi ou plurilíngue para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, priorizando os anos iniciais do Ensino Fundamental;

A implementação de ensino modular, portanto, não seriado e não disciplinar, baseado em metodologias avançadas e inovadoras tais como o ensino via pesquisa, que contemple o perfil heterogêneo e plurilíngue da população fronteiriça;

A promoção de fóruns de discussão para a configuração de programas de educação plurilíngue pública no Brasil;

O fomento de pesquisas voltadas ao plurilinguismo;

A flexibilização dos critérios exigidos em editais públicos dos órgãos competentes para a participação em projetos/programas de pesquisa de modo a incluir novos atores e instituições, além das Universidades;

A proposição e a implementação de políticas de valorização e formação de profissionais da educação das escolas de fronteiras voltado para o ensino plurilíngue;

A criação de condições para qualificação de profissionais da educação e afins para a atuação em contextos de plurilinguismo em cursos de formação de diferentes níveis;

A criação e/ou incremento de cursos para a formação de profissionais em várias áreas, visando sua atuação em contextos plurilíngues; A promoção de políticas de formação universitária que visem à atuação de profissionais em contextos plurilíngues;

O aprimoramento dos mecanismos de avaliação do ensino nos diversos âmbitos (Provinha Brasil, IDEB, INAF, avaliações estaduais e

municipais) de modo a respeitar as particularidades linguísticas das escolas situadas em regiões plurilíngues;

A disponibilização de recursos no orçamento federal, estadual e municipal (FNDE, PAR, PDDE) visando à melhoria das escolas e à qualificação de profissionais de educação para a valorização do plurilinguismo em ações contínuas e articuladas às propostas pedagógicas e curriculares.

A equipe do Observatório da Educação na Fronteira abaixo relacionada, reunida no III Seminário do OBEDF intitulado Educação Linguística no Contexto Plurilíngue da Fronteira: Ações e Perspectivas, realizado entre 15 a 18 de maio de 2013, em Florianópolis, SC, Brasil, assina esta Carta.

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas

Escola de Ensino Fundamental Bela Flor, Epitaciolândia (AC) – fronteira Brasil/Bolívia

Escola Estadual de Ensino Fundamental Durvalina Estilbem de Oliveira, Guajará-Mirim (RO)– fronteira Brasil/Bolívia

Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Floriza Bouez, Guajará-Mirim (RO)– fronteira Brasil/Bolívia

Escola Municipal Maria Ligia Borges Garcia, Ponta Porã (MS) – fronteira Brasil/Paraguai

Escola Polo Municipal Ramiro Noronha, Ponta Porã (MS)– fronteira Brasil/Paraguai

Florianópolis, 18 de maio de 2013.